

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS-SEP/PR
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN
Autoridade Portuária
CNPJ 34.040.345/0001-90**

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2015

**NATAL – RN
DEZEMBRO/2015**

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE PORTOS-SEP/PR
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE – CODERN
Autoridade Portuária
CNPJ 34.040.345/0001-90**

RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 321/2015.

**NATAL – RN
DEZEMBRO/2015**



LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

AL - Alagoas
AGO – Assembleia Geral Ordinária
ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária
ATT - Área de Transbordo Temporário
CEP - Comissão de Ética da Presidência da República
CFTV – Circuito Fechado de TV
CGU – Controladoria Geral da União
CISSET/SG/PR - Secretaria de Controle Interno da Secretaria Geral da Presidência da República
CODERN – Companhia Docas do Rio Grande do Norte
CONFIS - Conselho Fiscal
CONSAD - Conselho de Administração
DEST/MP – Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DIREXE – Diretoria Executiva
DN – Decisão Normativa
EBITDA - *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização)
GERTAB – Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social
ISPS CODE - Código Internacional para proteção de Navios e Instalações Portuárias
LOA – Lei Orçamentária Anual
OCI – Órgão de Controle Interno
OGMO - Órgão Gestor de Mão de Obra
PAD – Processo Administrativo
PAINT - Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna
PCCS - Plano de Cargos, Carreira e Salários
PDG - Programa de Dispendios Globais
PDTI – Plano Desenvolvimento de Tecnologia da Informação
PDZ – Plano de Desenvolvimento e Zoneamento
PETI – Plano Estratégico de Tecnologia da Informação
PGRS – Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos
PLR – Participação nos Lucros e Resultados
PNLP – Plano Nacional de Logística Portuária
PNRS - Política Nacional de Resíduos Sólidos
PORTOBRAS – Portos do Brasil S/A
PORTUS – Instituto de Seguridade Social
PPA – Plano Plurianual
PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRGAP - Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuário
RFFSA – Rede Ferroviária Federal
RN – Rio Grande do Norte
SEMAC – Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle
SEP/PR - Secretaria de Portos da Presidência da República
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais



SIC - Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIGAP - Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo
SISAC - Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessão
SPU/RN - Superintendência do Patrimônio da União no Estado do Rio Grande do Norte
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TAC – Termo de Ajuste de Conduta
TCU - Tribunal de Contas da União
TERSAB – Terminal Salineiro de Areia Branca
TI – Tecnologia da Informação
TMP – Terminal Marítimo de Passageiros
UFRJ/COOPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro
VIGIAGRO – Vigilância Agropecuária



Handwritten signature or initials.

LISTA DE TABELAS E QUADROS

- Quadro I – Áreas Estratégicas da CODERN
- Quadro II- Macroprocessos Finalísticos
- Quadro III- Composição Acionária do Capital Social
- Quadro IV – Recursos Orçamentários - 2015
- Quadro V – Programa de Dispendios Globais Consolidado– PDG
- Quadro VI- Licitações
- Quadro VII - Indicadores de Desempenho
- Quadro VIII - Estrutura de Governança
- Quadro IX – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
- Quadro X – Síntese da Remuneração da Diretoria
- Quadro XI – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração
- Quadro XII – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal
- Quadro XIII - Força de Trabalho na CODERN/Natal/Areia Branca
- Quadro XIV – Distribuição da Lotação Efetiva
- Quadro XV - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas
- Quadro XVI – Despesa com Pessoal – CODERN/Natal/Areia Branca
- Quadro XVII - Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos
- Quadro XVIII - Estagiários da Codern/Natal/Areia Branca
- Quadro XIX – Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade
- Quadro XX – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União sob a Responsabilidade da Codern
- Quadro XXI – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento
- Quadro XXII – Despesas com Publicidade 2015



LISTA DE ANEXOS

- ANEXO I – Despesas por Licitação CODERN/APMC
- ANEXO II - Informações sobre Dirigentes
- ANEXO III – Relacionamento com a Sociedade
- ANEXO IV - Balanço Patrimonial
- ANEXO V - Demonstração do Resultado do Exercício
- ANEXO VI - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
- ANEXO VII - Demonstração do Fluxo de Caixa
- ANEXO VIII - Notas Explicativas
- ANEXO IX – Gestão de Pessoas CODERN/APMC
- ANEXO X – Gestão do patrimônio imobiliário da União CODERN/APMC
- ANEXO XI – Gestão da Tecnologia da Informação CODERN/APMC
- ANEXO XII – Gestão Ambiental CODERN/APMC



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	09
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS	11
1.1. Finalidade e Competência Institucional	11
1.2. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento da entidade	11
1.3. Ambiente de atuação	11
1.4. Organograma	12
1.5. Macroprocessos finalísticos	15
1.6. Composição acionária do capital social	17
1.7. Participação em outras sociedades	17
1.8. Principais eventos societários ocorridos no exercício	17
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL	18
2.1. Planejamento organizacional	18
2.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução dos resultados dos planos	20
2.3. Desempenho orçamentário	20
2.3.1. Informações sobre execução das despesas	22
2.4. Desempenho operacional	25
2.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	29
3. GOVERNANÇA	31
3.1. Descrição da estrutura de governança	32
3.2. Informações sobre dirigentes e colegiados	33
3.3. Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico	33
3.4. Atuação da Unidade de Auditoria Interna	33
3.5. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	35
3.6. Gestão de riscos e controles internos	36
3.7. Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados	36
3.8. Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	40
3.9. Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade	40
3.10. Participação acionária de membros de colegiados da entidade	41



4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	42
5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	43
5.1. Desempenho financeiro do exercício	43
5.2. Sistemática da apuração de custos no âmbito da unidade	43
5.3. Demonstrações contábeis exigidas pela lei 6.404/1976 e notas explicativas	44
6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	45
6.1. Gestão de pessoas	45
6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	45
6.1.2. Indicadores de gestão de pessoas	46
6.1.3. Demonstrativo das despesas com pessoal	50
6.1.4. Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal	51
6.1.5. Entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	52
6.1.6. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	53
6.2. Gestão do patrimônio e da infraestrutura	58
6.2.1. Gestão do patrimônio imobiliário da União	58
6.3. Gestão da tecnologia da informação	60
6.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	62
7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	65
7.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	65
7.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	66
7.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao Erário	67
7.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	67
7.5. Informações sobre as ações de patrocínio	67
7.6. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	68
7.7. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	69




APRESENTAÇÃO

A CODERN, Autoridade Portuária responsável pela gestão dos portos do Rio Grande do Norte, que compreende os portos públicos de Natal, Areia Branca (Terminal Salineiro), além do Porto público de Maceió, apresenta com satisfação aos seus acionistas, clientes, usuários e à sociedade em geral a evolução dos resultados alcançados no ano de 2015, alinhados aos objetivos preconizados em seu Planejamento Estratégico e amparados em projetos de inteira viabilidade técnica, econômica e ambiental respaldados pela Secretaria de Portos da Presidência da República.

O presente Relatório de Gestão 2015 evidencia o comportamento da CODERN frente ao cumprimento da sua missão estratégica, demonstrando os esforços de seu quadro diretivo em torná-la, a cada ano, uma Empresa mais ágil, eficiente e competitiva, pronta a ser solução logística para a economia da região atendida por seus portos. A equipe de colaboradores que a compõe busca, a cada dia, enfrentar os novos desafios, promovendo alternativas gerenciais para apresentar soluções aos problemas emergidos dos clientes, dos usuários e da sociedade.

Este relatório atende às determinações da Lei nº 6.404/76, de 15/12/1976, e alterações posteriores, que regem as sociedades por ações e demais legislações pertinentes, e está estruturado em conformidade com as disposições do Tribunal de Contas da União- TCU, por meio da Instrução Normativa TCU nº 63/2010; da Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e da Portaria-TCU nº 321/2015.

Relatamos a seguir as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados ao longo do exercício:

O ano de 2015 foi marcado por uma retração na economia brasileira, apresentando um PIB negativo de 3,8% em relação a 2014, registrando crescimento apenas no agronegócio na ordem de 1,8% em relação ao ano anterior. Apontamos o crescimento do Porto de Natal em 24,53% e o do Terminal Salineiro de Areia Branca em 28%, ambos em relação ao ano de 2014. A diversificação da carga no Porto de Natal com embarques de sal a granel, aliado ao crescimento das exportações de frutas, em sintonia com o aumento do escoamento de sal pelo Terminal Salineiro contribuíram para as performances desses portos norte-rio-grandenses. Todavia, em um cômputo geral, os portos administrados pela CODERN apresentaram aumento na ordem de 4,48% em relação a 2014, refletindo nesse resultado a queda de 11% na movimentação de produtos pelo Porto de Maceió, comparado a 2014.

Isso possibilitou uma receita bruta de R\$ 53,6 milhões em 2015, valor cerca de 17% a maior que o verificado no ano anterior.

Para efetivar os investimentos previstos para o exercício de 2015, a CODERN enfrentou as dificuldades para sua efetivação em razão das incertezas na liberação dos recursos orçamentários ao longo do ano em razão do ajuste fiscal pelo qual passou e vem passando as contas públicas. Ao se confirmar a não liberação das verbas, à CODERN somente foi possível executar 19,83% do seu orçamento aprovado, bem aquém do desejado para o alcance dos seus objetivos estratégicos sobretudo da melhoria da infraestrutura portuária, tão fundamental para os seus portos.

Mesmo assim, a Companhia deu continuidade às ações administrativas, principalmente, implementando o Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária-SIGAP que muito repercutirá nos controles internos tão amplamente necessários à eficiência e eficácia das atividades da CODERN e à confiabilidade das informações.

Todos os esforços despendidos pela direção para o êxito alcançado, que este relatório a seguir apresentará, contaram com o valioso empenho dos empregados da CODERN, a despeito de lidar com a expectativa de aprovação do novo PCCS previsto para primeiro semestre de 2016, que



almejamos restabelecer uma política salarial compatível às funções desempenhadas e exigidas para tornar a CODERN mais eficiente e competitiva no cenário portuário nacional.

Dessa forma, agradecemos a expressiva colaboração de todos os Clientes, Usuários, Parceiros, Órgão Gestor de Mão de Obra, Sindicados Obreiros, Operadores Portuários e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela confiança na gestão sempre pautada no espírito público de atender aos anseios econômicos e sociais da sociedade para quem atuamos.

Registramos também o apoio da SEP/PR, dando as diretrizes e compartilhando soluções na consecução dos objetivos desejados por esta CODERN.



1. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

1.1. FINALIDADE, COMPETÊNCIA INSTITUCIONAL

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, é uma autoridade portuária que administra diretamente os portos públicos do Rio Grande do Norte - Porto de Natal e de Areia Branca (Terminal Salineiro de Areia Branca) e, por força de delegação do Governo Federal, o Porto de Maceió, do Estado de Alagoas.

Ela tem a missão de disponibilizar infraestrutura portuária eficaz para atender a movimentação de cargas e de passageiros e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos Estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas e do Brasil.

A competência da CODERN, ao dispor de cais, pátios, armazéns, canais navegáveis, Terminal de Passageiros, entre outras infraestruturas, está intrinsecamente relacionada ao seu negócio de ser parte importante da logística de transporte para a prosperidade dos estados envolvidos e dos demais que compõem seu *hinterland*, de forma a garantir suas movimentações com praticidade, eficiência e economia, traduzindo-se em ganhos para a sociedade.

1.2. NORMAS DE FUNCIONAMENTO

A CODERN, assim como as demais companhias docas que compõem o sistema portuário nacional, é regulamentada pela Lei nº 12.815, de 05/06/2013.

No entanto, foi criada pelo Decreto Nº 66.154, de 29/01/1970, publicado no D.O.U. de 03/02/1970, que inicialmente instituiu a TERMISA – Terminais Salineiros do Rio Grande do Norte, posteriormente, em 20/01/1978, foi alterada a razão social para CODERN. Em 1º/01/1983, a CODERN incorporou às suas atividades a administração do Porto de Natal, que até então era administrado pela PORTOBRAS. Desde de 1990, com a extinção da PORTOBRAS, passou também a ser responsável pela gestão do Porto de Maceió, por meio de convênio.

Amparam seu funcionamento, Estatuto Social; Planejamento Estratégico; Plano de Desenvolvimento e Zoneamento dos portos; Planos Mestres; Regulamentos de Operação; Tarifas Portuárias; Regimento Organizacional; Planos de Cargos, Carreiras e Salários, entre outros.

1.3. AMBIENTE DE ATUAÇÃO

Os portos administrados pela CODERN estão aparelhados para atuarem como canais logísticos de transporte precipuamente nos Estados onde estão inseridos objetivando atender as demandas do comércio nacional e internacional dos produtores e do parque industrial, principalmente, no escoamento dos produtos produzidos. Os portos da CODERN operam mais significativamente no fluxo das exportações e importações da navegação de longo curso, impactando nos resultados da balança comercial dos Estados do RN e de AL.

Inseridos na Região Nordeste, onde se destacam economicamente os Estados da Bahia, Ceará e Pernambuco com elevados índices do PIB e significativos reflexos no comércio exterior de suas localizações, os portos da CODERN, mesmo assim, conseguem cumprir sua missão de contribuir para o crescimento econômico e social de seus estados.

O Porto de Natal se destaca pela movimentação das exportações de frutas para o mercado Europeu e pela importação de trigo vindo do Canadá e da Argentina, mesmo diante da forte



influência dos portos do Ceará e de Pernambuco, portos estes mais robustos na infraestrutura portuária e atuando como concentradores de cargas da região Nordeste. O porto propicia também excelente infraestrutura de Terminal para embarque e desembarque de passageiros de navios de turismo, fortalecendo o potencial turístico da cidade de Natal.

O Terminal Salineiro de Areia Branca, conhecido como Porto-Ilha por ser uma ilha artificial em alto mar e responsável pelo escoamento do sal a granel produzido no RN, maior produtor brasileiro desse produto; garante condições operacionais na recepção do sal oriundo das salinas e, sobretudo, na exportação para o mercado doméstico, atendendo às indústrias cloro-químicas do Sul e Sudeste e para o mercado internacional, particularmente para o mercado africano e para o mercado norte americano com o fito de utilização no degelo das nevascas ocorridas nos Estados Unidos.

O Porto de Maceió se destaca pelas exportações de açúcar a granel, produto de forte influência econômica no Estado de Alagoas, bem como de outros graneis sólidos como fertilizantes e trigo. Tem também forte influência o granel líquido petróleo e seus derivados.

Para fazer frente a atuação que lhe compete, a CODERN segue as diretrizes da SEP/PR, realizando seus investimentos em infraestrutura em consonância com as políticas públicas para o setor marítimo do Governo Federal, que visam tornar o sistema portuário brasileiro mais competitivo no cenário internacional. Da mesma forma, persegue a modernização nas práticas de gestão, desenvolvendo seu Planejamento Estratégico e buscando melhorias em seus processos organizacionais internos, que possam convergir para aproveitamento das oportunidades mercadológicas e atendimento aos anseios dos clientes e da sociedade.

1.4. ORGANOGRAMA

A CODERN possui uma estrutura organizacional coesa, contemplando satisfatoriamente todas as funções necessárias à administração portuária e dando o devido encadeamento entre as funções. Evidencia-se, contudo, a concentração de atividades, em especial, na área finalística (operacional) que acumula funções de operação, engenharia e manutenção, bem como na área administrativa da Companhia. Para dar sustentação a atual estrutura, a CODERN dispõe de um Plano de Cargos e Salários que permite ao empregado vislumbrar uma carreira dentro da organização. Importa destacar na sua estrutura organizacional vigente, papéis importantes das áreas estratégicas na condução da missão da CODERN, conforme descrito no Quadro I:



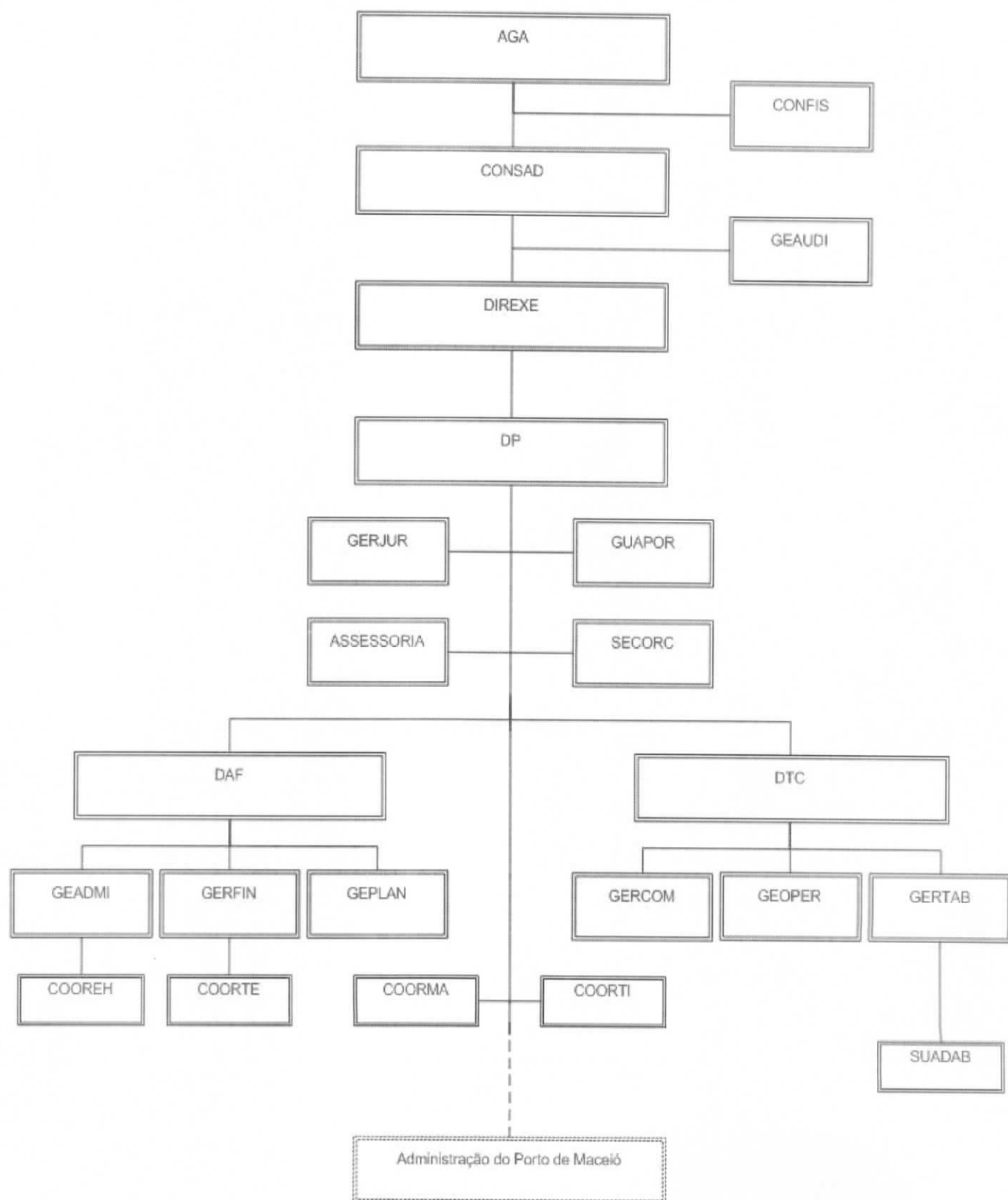
Quadro I – Áreas Estratégicas da CODERN

Área Estratégica	Competência	Titular	Cargo	Período de Atuação
Gerência de Infraestrutura e Suporte Operacional – GEOPER	Assegurar condições operacionais e de infraestrutura portuária para armazenagem de produtos; movimentação de embarque e desembarque de cargas e de passageiros; fiscalizar a operação portuária realizada pelos Operadores Portuários em parceria com o OGMO – Órgão Gestor de Mão de Obra; coordenar a programação dos navios solicitadas pelos agentes marítimos e de navegação e interagir com autoridades intervenientes – Capitania dos Portos, Receita Federal, Anvisa, Polícia Federal, Vigilância Fitossanitária – competências primordiais para o cumprimento da missão institucional da CODERN.	Vinicius Guilherme Cavalcante	Gerente	01.01.2015 a 31.12.2015
Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca – GERTAB	Atuar como gestor da operação portuária considerando que a CODERN é operadora nata do Terminal Salineiro; coordenar o tráfego das barcas que levam o sal das salinas para o porto, bem como garantir as condições operacionais dos equipamentos de manuseio e de escoamento do sal a granel e de toda manutenção da infraestrutura e interagir com autoridades intervenientes – Capitania dos Portos, Receita Federal, Anvisa, Polícia Federal, Vigilância Fitossanitária – competências primordiais para o cumprimento da missão institucional da CODERN.	Francisco Antônio de Macedo	Gerente	01.01.2015 a 02.06.2015
		Raclenir Lopes Galvão Júnior	Gerente	02.06.2015 a 01.09.2015 e de 02.12.2015 a 31.12.2015
		Vinicius de Oliveira Rebouças	Gerente	02.09.2015 a 01.12.2015
Gerência de Planejamento e Orçamento – GEPLAN	Planejar recursos orçamentários para investimentos na infraestrutura terrestre (cais, armazéns, pátios, terminais) e marítima (canal navegável, dragagem) dos portos por meio do Orçamento Geral da União, maior acionista da CODERN. Cabe também o acompanhamento da execução orçamentária, reprogramação e remanejamento.	Antônio Francisco da Silva	Gerente	01.01.2015 a 31.12.2015
Gerência de Marketing e Novos Negócios – GEMARK.	Atuar na captação e manutenção de clientes exportadores, agentes de navegação e operadores portuários com a finalidade de incrementar e diversificar a movimentação operacional de cargas e de passageiros nos portos, com vistas a elevação da receita operacional e garantia da sustentabilidade da companhia para o cumprimento de sua missão institucional.	Milena Galvão Ferreira de Souza	Gerente	01.01.2015 a 31.12.2015





ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA CODERN



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

LEGENDAS DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

AGA - Assembleia Geral de Acionistas
CONFIS – Conselho Fiscal
CONSAD – Conselho de Administração
GEAUDI – Gerência da Auditoria Interna
DIREXE – Diretoria Executiva
DP – Diretor Presidente
GERJUR – Gerência Jurídica
SECORC – Secretaria de Órgãos Colegiados
GUAPOR – Supervisão da Guarda Portuária
DAF – Diretoria Administrativa e Financeira
GEADMI – Gerência Administrativa
GERFIN – Gerência de Recursos Financeiros
GEPLAN – Gerência de Planejamento e Orçamento
DTC – Diretoria Técnica e Comercial
GERCOM – Gerência Comercial e de Gestão de Contratos
GEOPER – Gerência de Infraestrutura e Suporte Operacional
GERTAB – Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca
COOREH – Coordenadoria de Recursos Humanos
COORTE – Coordenadoria de Tesouraria
COORMA – Coordenadoria de Meio Ambiente, Segurança e Saúde Ocupacional
COORTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação

1.5. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Para exercer sua competência estatutária e perseguir o cumprimento de sua missão institucional em *“disponibilizar infraestrutura portuária eficaz para atender a movimentação de cargas e de passageiros e contribuir para o desenvolvimento econômico, social e sustentável dos Estados do Rio Grande do Norte e Alagoas e do Brasil”*, a CODERN, respaldada pela organização de suas funções bem delineadas, definiu como macroprocessos finalísticos aqueles direcionados à Gestão das Operações Portuárias, subordinado à gerência operacional e a Promoção Comercial dos portos, inerente à gerência de marketing, ambos ligados à Diretoria Técnica e Comercial da Companhia. São macroprocessos que se interligam continuamente com os demais macroprocessos de apoio administrativos existentes. Esses macroprocessos finalísticos são responsáveis por gerar significativos valores para os clientes exportadores e importadores ao possibilitar alternativa logística de escoamento da produção destinada aos mercados nacional e internacional, gerando emprego e renda nos locais de produção, e refletindo no desenvolvimento econômico e social das localidades onde os portos da CODERN atuam.



Handwritten signature or mark.

Handwritten mark or signature.

Quadro II- Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos Finalísticos	Descrição	Principais Atividades	Principais Produtos/serviços	Unidades Técnicas diretamente responsáveis	Principais insumos e fornecedores	Principais Clientes e Parceiros
Gestão das operações portuárias	Gestão das operações existentes no porto, desempenhando papel importante na prestação dos serviços portuários aos clientes e usuários, bem como mantendo relacionamento intenso com autoridades intervenientes na operação.	Coordenar a programação de navios; fiscalizar as operações de armazenamento, embarque, desembarque de carga e de passageiros.	Armazenamento das cargas; Realização da atracação e desatracação dos navios; Fiscalização do manuseio das cargas; Lançamento de informações nos sistemas internos e externos, inerentes à operação portuária;	GEOPER – Gerência de Infraestrutura e Suporte Operacional e GERTAB – Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca	Programação de Navios proveniente dos agentes de navegação e/ou agentes marítimos; Recebimento das cargas dos clientes; Funcionamento das Máquinas e equipamentos dos operadores portuários; Integração com autoridades intervenientes na operação	Clientes: Fruticultores, salineiros e outros exportadores / importadores, operadores portuários, agentes marítimos e agentes de navegação. Parceiros: Receita Federal; ANVISA, Polícia Federal; Capitania dos Portos; Praticagem; Vigilância Agropecuária; Despachantes aduaneiros e Despachantes Logísticos
Promoção comercial dos Portos	Integração com os atores da logística portuária, divulgando serviços, vantagens e facilidades dos portos, captando novos clientes e atuando na manutenção dos clientes existentes.	Reuniões sistemáticas com clientes atuais e potenciais; Promoção comercial por meio de visitação a clientes; Participações em feiras e eventos de logística de transportes; Integração com as autoridades intervenientes; promoção mercadológica da Codern.	Estudos de mercado; Divulgação da Instituição e da qualidade dos seus serviços; integração entre a CODERN, os clientes e os usuários; análise do desempenho dos clientes atuais.	GEMARK – Gerência de Marketing e Novos Negócios	Demandas dos clientes; Informações sobre comércio exterior; Interação com entidades de classes: federação da indústria, do comércio; Interação com agências de publicidade.	Clientes: Fruticultores, salineiros e outros exportadores/importadores, operadores portuários, agentes marítimos e agentes de navegação. Parceiros: Receita Federal; ANVISA, Polícia Federal; Capitania dos Portos; Praticagem; Vigilância Agropecuária; Despachantes aduaneiros e Despachantes Logísticos

1.6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL SOCIAL

A CODERN, empresa de economia mista, regida pelo seu Estatuto Social e pela Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais que lhe são cabíveis, dispõe em seu Capital Social de ações majoritariamente do Governo Federal (Tesouro Nacional) e, em montante ínfimo, de ações “free float” de pessoas físicas e jurídicas.

Apresentamos no Quadro III a Composição Acionária do Capital Social da CODERN/Natal, Areia Branca.

Quadro III- Composição Acionária do Capital Social

COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2015				
Denominação completa				
Companhia Docas do Rio Grande do Norte				
Ações Ordinárias (%)				
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014	
Governo	Tesouro Nacional	54,28598106	49,99974181	
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	54,28598106	49,99974181	
Free Float	Pessoas Físicas	0,00000416	0,00000385	
	Pessoas Jurídicas	0,00022302	0,00025434	
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,00022718	0,00025819	
	Subtotal Ordinárias (%)		54,28620824	50,00000000
Ações Preferenciais (%)				
ACIONISTAS		31/12/2015	31/12/2014	
Governo	Tesouro Nacional	45,71356523	49,99974181	
	Outras Entidades Governamentais			
	Fundos de Pensão que recebem recursos públicos			
	Ações em Tesouraria			
	% Governo	45,71356523	49,99974181	
Free Float	Pessoas Físicas	0,00000351	0,00000385	
	Pessoas Jurídicas	0,00022302	0,00025434	
	Capital Estrangeiro			
	% free float	0,000222653	0,00025819	
	Subtotal Preferenciais (%)		45,71379176	50,00000000
Total		100%		
Fonte: GEPLAN				

1.7. PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES

A CODERN não realiza Investimentos Permanentes em outras sociedades.

1.8. EVENTOS SOCIETÁRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

A CODERN não registrou eventos societários relevantes no exercício.



2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

A política pública do Governo Federal para o transporte marítimo consiste em continuar promovendo medidas de expansão e modernização da infraestrutura e da superestrutura, como também o aprimoramento da gestão portuária. Entendendo que tais as melhorias representam redução do Custo Brasil e contribuem para elevar a balança comercial brasileira, diante da importância do setor para o desenvolvimento interno do País e para o comércio internacional.

O Governo Federal priorizou linhas de ação para o setor que, entre outras, orientaram o planejamento da CODERN, quais sejam:

- 1) Planejamento Integrado do Sistema Portuário Nacional;
- 2) Projetos de Apoio ao desenvolvimento da Infraestrutura e da Superestrutura dos Portos e Terminais Portuários Marítimos;
- 3) Investimentos privados nos portos;
- 4) Inteligência logística Portuária
- 5) Modernização da Gestão nas Companhias Docas
- 6) Revisão de Poligonais Portuárias;
- 7) Gestão Ambiental, Saúde e Segurança no Trabalho Portuária;

Nesse sentido, a SEP/PR, ao longo do exercício, mais precisamente a cada trimestre, foi estabelecendo metas de gestão para CODERN, focadas para o planejamento, gestão e desenvolvimento do setor portuário, cujos pontos cabíveis à CODERN podemos destacar como:

- 1) Planejamento e desenvolvimento portuário;
- 2) Gestão logística e de operações;
- 3) Gestão patrimonial;
- 4) Sustentabilidade econômico-financeira;
- 5) Gestão administrativa e de pessoas;
- 6) Sustentabilidade ambiental e integração com a comunidade;
- 7) Expansão e manutenção da infraestrutura;

Perseguindo o cumprimento dessas diretrizes, a CODERN vem trabalhando o seu Planejamento Estratégico, norteando as ações para atender às demandas de mercado e da sociedade.

Esse trabalho vem perdurando desde 2011, dados os desafios de sua implementação entre os quais a insuficiência de recursos financeiros e as dificuldades de amadurecimento institucional e profissional. Desenvolver essa importante ferramenta de gestão, exige por parte da diretoria e do corpo gerencial acompanhamento continuado e mudanças de posturas funcionais que, em algumas situações, são influenciadas pelas rotinas de trabalho e pelas demandas externas.

Partindo de um diagnóstico da empresa e da definição de suas diretrizes organizacionais – negócio, missão, visão e valores – construiu-se o Mapa Estratégico onde foram estabelecidos os objetivos estratégicos focados nas perspectivas financeira e social; clientes; processos internos; pessoas; tecnologia e inovação.

Etapas de capacitação de equipe; mapeamento da estratégia; definição e detalhamento dos indicadores; definição de metas; definição e priorização de iniciativas também foram trabalhadas.

Para o alcance dos objetivos estratégicos, então definidos, foram estabelecidos e priorizados projetos consubstanciados em ações nas áreas de pessoal, comercial, operacional, tecnologia da informação, financeira, meio ambiente, segurança e comunicação.

Em 2015, a expectativa da CODERN foi de avançar nas ações estratégicas sempre vislumbrando o atendimento às demandas existentes em sintonia com sua missão de ofertar infraestrutura portuária, projetando para exercício:

- Perseguir melhores resultados do desempenho econômico-financeiro;
- Melhorar a qualidade e elevar a capacidade da infraestrutura;
- Dar prosseguimento a práticas da gestão por resultados;
- Elevar o nível dos serviços aos clientes, usuários e sociedade.

Destacamos as principais metas fixadas no início do ano para alcançar os objetivos estratégicos de seu Planejamento, tendo como foco de atuação:

- 1) Aumentar a receita operacional por meio da:
 - a) Captação de linha de navegação de cabotagem para o Porto de Natal;
 - b) Captação de linha de longo curso para EUA para o Porto de Natal;
 - c) Retomar os volumes de sal embarcados pelo TERSAB;
 - d) Arrendamento de área pelo Porto de Maceió.
- 2) Ampliar a capacidade portuária de adequação da infraestrutura terrestre e marítima por meio da:
 - a) Construção do Berço 4 do Porto de Natal;
 - b) Construção da nova sede administrativa da CODERN;
 - c) Incorporação de parte da área da Comunidade do Maruim contígua ao Porto de Natal;
 - d) Otimização da área ocupada pelo frigorífico no Porto de Natal;
 - e) Desenvolvimento de projetos para aumento do calado do Porto de Maceió.
- 3) Promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo concluindo a obra do TMP do Porto de Natal;
- 4) Implantar modelos de modernização de gestão e de sistemas:
 - a) Continuidade do Projeto de Gestão Portuária Por Resultado;
 - b) Projetos de melhoria dos sistemas de TI.
- 5) Promover a regularização ambiental;
- 6) Melhorar o nível de serviço:
 - a) Adequação das instalações gerais e de suprimentos;
 - b) Segurança;
 - c) Desenvolver política continuada de gestão de pessoas;
 - d) Sistematizar os processos internos;
 - e) Continuidade de implementações atinentes ao ISPS CODE no Porto de Maceió.

Dessa forma, a CODERN, na qualidade de autoridade portuária, pautada nas políticas públicas do Governo Federal e em conformidade com as diretrizes da Secretaria de Portos da Presidência da República, vem realizando seu planejamento organizacional totalmente alinhado à sua missão institucional e ao seu negócio, que se traduzem em ser ofertar infraestrutura portuária eficaz para atender a movimentação de cargas e de passageiros, sendo parte importante da logística de transporte para o desenvolvimento dos estados em que atua.



2.2. FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E DOS RESULTADOS DOS PLANOS

Por meio de reuniões gerenciais semanais, a diretoria vem monitorando a execução dos resultados dos planos e metas que são também acompanhados por indicadores de desempenho.

Essa sistemática tem ajudado a articulação e integração entre as áreas, mesmo sentindo ainda as dificuldades de dispor em tempo hábil das informações relevantes.

A ausência ainda de um sistema estruturado de geração de informações integradas, principalmente sobre movimentação de cargas, faturamento e contabilidade, tem comprometido, em algumas situações, as análises tempestivamente para auxílio à tomada de decisão.

No entanto, para melhorar a gestão administrativa e operacional, encontra-se em fase de implementação “Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária-SIGAP”, que evoluiu neste exercício, e deverá estar concluso até o primeiro semestre de 2017, principalmente, para auxiliar por meio de relatórios periódicos no monitoramento dos planos e metas estratégicas para a Companhia.

2.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

O sistema portuário exerce importante papel no tocante aos custos e à eficiência da logística de transporte do país, impactando diretamente na competitividade dos produtos nacionais no comércio exterior.

O Governo Federal, por meio do Programa Temático Transporte Marítimo e do Programa de Gestão e Manutenção da Infraestrutura das Empresas Estatais, inseridos no PPA 2012 – 2015, priorizou, entre outras, ações para ampliar a capacidade portuária por meio da adequação da infraestrutura nos portos organizados.

Nesse contexto se inserem os portos da CODERN que, sob a responsabilidade da SEP/PR, realizou sua programação orçamentária e financeira pautada em atender às necessidades de aumentar a capacidade de movimentação de cargas; promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros; sistematizar a gestão e a operação da infraestrutura e de buscar a regularização ambiental dos seus portos

Os recursos orçamentários previstos nos referidos Programas, aprovado inicialmente pela Lei nº 13.115, de 20 de abril de 2015, montavam a R\$ 48,40 milhões, que após os créditos adicionais e cancelamentos, resultantes da situação econômica brasileira de reequilíbrio fiscal, ficou reduzido a R\$ 27,00 milhões, dos quais foram liberados ínfimos 0,35%.

Foi liberado apenas no exercício o valor de R\$ 95,52 mil (0,35% do orçamento aprovado) que foram somados a saldo de exercícios anteriores (R\$ 5,29 milhões) e de recursos próprios (R\$ 74,37 mil).

A realização ficou na ordem de R\$ 5,36 milhões, aproximados 100% dos recursos oriundos do Orçamento Geral da União, porém representando 19,83% da dotação final revista e cuja parca liberação impediu a realização de metas planejadas, trabalhadas e esperadas.

Tal fato se deu diante das incertezas da liberação dos recursos ao longo do ano, como realmente não se concretizou a disponibilidade da verba, prejudicando a CODERN no cumprimento de suas metas orçamentárias. Vários cancelamentos de licitação, após todos os trâmites ocorridos, são exemplos dos acontecimentos que impactaram a execução orçamentária da companhia no tocante a seus investimentos.



Mesmo assim, atuando num esforço de gestão foram empreendidas várias ações, sempre com a finalidade de perseguir sua missão alinhada às diretrizes do Governo Federal definidas pela SEP/PR.

Demonstramos de uma maneira geral os volumes orçamentários do exercício por programas, conforme segue, que evidenciam que a não execução das metas almejadas se deveu unicamente à não liberação de recursos orçamentários aprovados.

Quadro IV – Recursos Orçamentários - 2015

Programa	Código	Dotação Inicial (R\$)	Dotação Final Aprovada (R\$) (A)	Realização (R\$)			Variação (%) (B/A)
				Recurso Liberado	Saldo de Exercício Anterior	Total (B)	
Programa de Transporte Marítimo	2074	47.860.000	26.465.111	95.517	5.195.154	5.290.671	19,99 (*)
Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais	0807	591.600	591.600	-	-	74.374 (**)	12,57
Total		48.451.600	27.056.711	95.517	5.195.154	5.365.045	19,83
(*) 100% em relação ao Recurso Liberado (**) Recursos Próprios Fonte: GEPLAN							

Ao mesmo tempo, destacamos as principais rubricas orçamentárias e suas respectivas realizações:

26.784.2074.12LN.0024 - Construção do Berço 4, no Porto de Natal (RN). Pela iniciativa em adequar as estruturas de acostagem e de operação de cargas no Porto de Natal (ampliar a capacidade portuária):

Foram elaborados de estudos e anteprojeto, no entanto, considerando que a liberação de recursos pelo Governo Federal não seria suficiente para o cumprimento do cronograma físico-financeiro, mesmo esse projeto estando inserido no PAC, a CODERN decidiu revogar o processo licitatório para a construção do Berço 4, em maio de 2015. Ressalta-se que somente essa ação representaria 40% dos recursos aprovados.

26.784.2074.20HM.0001 - Estudos para o Planejamento Portuário. Objetivou aprimorar a gestão e a formulação de política para o setor portuário marítimo de forma a contribuir com um planejamento logístico integrado para o país:

Dando continuidade ao iniciado em 2014, foram realizados projeto executivo do Sistema CFTV para a Sede da companhia, Porto de Natal, inclusive Terminal Marítimo de Passageiros e Terminal Salineiro de Areia Branca; estudos batimétricos no canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Natal, com elaboração de um Anteprojeto de Ampliação da Bacia em 450 metros e retificação do canal de acesso com no mínimo 1.000 metros lineares.

26.784.2074.20HL.0001 - Estudos e Projetos para Infraestrutura Portuária. Objetivou ampliar a capacidade portuária:





Iniciado em 2014, continuidade dos serviços de implantação do software integrado de gestão administrativa e financeira Porto de Natal.

26.784.2074.145H.0024 - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Porto de Natal (RN). Objetivou ampliar a capacidade portuária:

Foram realizadas diversas obras de adequação e de melhoria das instalações do Porto de Natal, destacando-se dentre elas no fornecimentos de água potável do cais; nos cabeços de amarração/atracação; no cabeamento de fibra ótica; na subestação para instalação de novos geradores; Aquisição de lanternas sinalizadoras solares; aquisição de cancelas incluindo sensores; serviço nas catraca de recepção e de acesso ao pátio e software de controle de acesso ao porto; manutenção da rede de abastecimento de água, entre outros.

26.784.2074.145U.0024 - Adequação de Instalações Gerais e de Suprimentos, no Terminal Salineiro de Areia Branca (RN). Objetivou ampliar a capacidade portuária:

Foram realizadas diversas obras e suprimentos para melhoria das instalações do Terminal Salineiro de Areia Branca para assegurar a operacionalidade do porto 24 horas, destacando dentre elas: aquisições e serviços para utilização nos Descarregadores de Barcaças, Carregador de Navios, Cais de Barcaças, *dolphins*, Empilhadeiras e Boias de Sinalização, tratamento anticorrosivo em diversos equipamentos dentre outros.

26.784.2074.12LP.0024 - Implantação de Terminal Marítimo de Passageiros, no Porto de Natal (RN). Objetivou promover a melhoria da infraestrutura de turismo marítimo de passageiros e a integração porto-cidade por meio da revitalização de áreas portuárias:

Foi elaborado estudo de viabilidade econômica para as áreas arrendáveis do Terminal Marítimo de Passageiros, porém a não autorização da agência reguladora, ANTAQ, fez sustar o andamento desta ação.

26.784.2074.14RC.0024 - Implantação do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos nos Portos Marítimos. Objetivou promover a regularização ambiental dos portos organizados, adequando suas necessidades de operação, manutenção e ampliação às normas ambientais e de saúde vigentes, de modo a assegurar a operação legal e sustentável no setor portuário:

Vêm sendo desenvolvido 02 projetos em parceria com a SEP/PR e URFJ (COPPE). Um deles consubstancia-se em Gestão de Resíduos Sólidos, o qual foi apresentado à CODERN o Projeto Básico da Área de Transbordo Temporário – ATT no Porto de Natal. A CODERN fez as adequações necessárias e submeteu aos órgãos parceiros no final do ano passado, aguardando posicionamento conclusivo para licitação em 2016. Ressalta-se que o Porto de Natal já adota, desde 2014, a metodologia prevista no Manual de Boas Práticas Portuárias. No outro projeto, Gestão de Efluentes Líquidos, a CODERN também recebeu dos referidos parceiros Projeto Básico do Sistema de Esgotamento Sanitário do Porto de Natal, encontrando-se em fase de análise e validação pela equipe de engenharia da companhia para seguir também para licitação em 2016.

2.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

A CODERN, de forma consolidada, realizou a programação de seus gastos por meio do Programa de Dispendios Globais – PDG, aprovado pelo Conselho de Administração, considerando as fontes de recursos provenientes das receitas operacionais geradas de sua atividade portuária (aplicação das tarifas) e dos recursos orçamentários/financeiros oriundos da União – maior acionista da CODERN –, sendo este para uso exclusivamente nos investimentos da infraestrutura.

Apresentamos Quadro V sobre a execução das despesas.



Quadro V – Programa de Dispêndios Globais Consolidado– PDG

PDG EXERCÍCIO DE 2015				
ESPEFICAÇÃO	CÓDIGO	APROVADO R\$	REALIZADO R\$	ÍNDICE REAL . %
Dispêndios de Correntes	240000	78.012.222	76.237.399	97,72
Pessoal e Encargos Sociais	241000	40.187.649	38.328.995	95,38
Demais Dispêndios correntes	242000	37.824.573	37.908.404	100,22
Total dos Dispêndios	299999	78.012.222	76.237.399	97,72
Fonte: GEPLAN				

Dispêndios Correntes – Valor total de R\$ 78,0 milhões aprovado para o exercício de 2015 dos quais foram realizados o montante de R\$ 76,2 milhões, indicando um índice de realização de 97,72%.

Pessoal e Encargos Sociais – Foi aprovado para o exercício de 2015 o valor de R\$ 40,2 milhões e o realizado alcançou R\$ 38,3 milhões, cujo índice de execução demonstrado atingiu 95,38 % do valor aprovado.

Demais Dispêndios Correntes – Do valor total de R\$ 37,8 milhões aprovado para o exercício de 2015 foi realizado o montante de R\$ 37,9 milhões, indicando uma variação de 100,22 %. Embora a realização neste item tenha ultrapassado o valor aprovado em 0,22 %, ainda assim se encontra dentro do limite de Dispêndios Correntes, que alcançou o percentual de 97,72 %.

Demonstramos no Quadro VI a despesa contratada sob a perspectiva da modalidade de licitação, que a CODERN está submetida por meio da Lei nº 8.666/93 e 10.520/2002 e respectivas alterações posteriores. Ressalta-se que o quadro em apreço se refere às contratações para atender as necessidades dos Portos de Natal e de Areia Branca. Quadro específico, ANEXO I, constam as informações do Porto de Maceió.

Quadro VI- Licitações

Unidade Orçamentária: CODERN/Natal/Areia Branca	Código UO:	UGO:
Modalidade de Contratação	Despesa Contratada	
	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	8.331.980,26	7.976.347,56
a) Convite	155.311,46	181.801,68
b) Tomada de Preços	778.518,08	437.162,74
c) Concorrência	2.735.630,30	-
d) Pregão	4.662.523,42	7.287.383,14
e) Concurso	-	-
f) Consulta	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	70.000,00
2. Contratações Diretas (h+i)	852.149,69	822.532,92
h) Dispensa	827.549,69	786.045,92
i) Inexigibilidade	59.290,00	36.487,00
3. Total (1+2)	8.592.667,05	8.798.880,48
Fonte: GEADMI/CPL		

As considerações sobre as informações ora apresentadas:

- a) As dispensas (item 2, letra “h”) referem-se somente às aquisições e contratações realizadas para atender às demandas geradas por Natal, atendendo também Areia Branca, com base nos dispositivos legais do art. 24, incisos I, II e V, da lei 8.666/93;
- b) As licitações realizadas em 2015 abrangeram tanto à demanda de Natal (Sede e Porto de Natal) quanto à de Areia Branca (Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca);
- c) Sobre a letra “i” do item 2, durante o ano de 2015 houve a manutenção, por meio de aditivo, de um único contrato por inexigibilidade firmado com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – CORREIOS;
- d) Não foram realizadas licitações nas modalidades concurso, consulta e regime diferenciado de contratação pública (RDC) no ano de 2015;
- e) Entre as concorrências realizadas em 2015, dois dos certames não integraram a planilha acima por tratarem-se de cessão e permissão de uso, não importando em despesa, e sim em receitas.



2.4. DESEMPENHO OPERACIONAL

O cenário nacional realçado pelos ajustes da política econômica do país, no exercício, influenciou sobremaneira nos resultados da CODERN, principalmente, no que diz respeito aos cortes orçamentários e às incertezas de liberação de recursos para continuidade dos investimentos na infraestrutura dos portos da companhia, principalmente, no de Natal e no de Areia Branca.

Por outro lado, no âmbito do comércio internacional conforme dados divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através do sistema Aliceweb, o Porto de Natal e o Terminal Salineiro de Areia Branca contribuíram para o superávit de US\$ 70,48 milhões da balança comercial do Rio Grande do Norte. O comércio exterior do Estado registrou US\$ 318,01 milhões nas exportações; e US\$ 247,53 milhões, nas importações.

É importante destacar que do montante das exportações do RN, os portos do Estado representaram 37% de participação, significando que a CODERN vem exercendo sua missão de fortalecer o crescimento do Rio Grande do Norte.

Isso tudo, vem a refletir no resultado também superavitário da balança comercial brasileira, mesmo diante da queda dos preços das commodities no mercado internacional. Destaca-se que os principais produtos movimentados pela CODERN são frutas, trigo, sal a granel e açúcar.

Ao mesmo tempo, o resultado positivo da movimentação de cargas nos portos de Natal e de Areia Branca, com crescimento operacional na ordem de 27,20%, em relação a 2014, ratificaram a presença desses portos no cenário do comércio exterior norte-rio-grandense.

Em consequência da elevação da movimentação das cargas em Natal e em Areia Branca, houve repercussão significativa no faturamento operacional da CODERN, no entanto, não suficiente para assegurar satisfatoriamente o desempenho financeiro da Companhia, face a compromissos financeiros remanescentes de exercícios anteriores.

Apresentamos, a seguir, os resultados obtidos pela CODERN na condução dos seus objetivos definidos nos seus planos estratégico e tático funcionando totalmente integrado com as diretrizes do Governo Federal (PPA) por meio da SEP/PR.

a) Análise da Movimentação de Cargas

O desempenho da movimentação de cargas nos portos de Natal, Areia Branca e Maceió registrou aumento na ordem de 4,48% em relação a 2014, refletindo negativamente para esse resultado a queda na movimentação de produtos pelo Porto de Maceió de 11%, comparado a 2014. Todavia, registramos o crescimento do Porto de Natal em 24,53% e o Terminal Salineiro de Areia Branca em 28,00%, ambos em relação ao ano de 2014.

O **Porto de Natal**, em 2015, movimentou 570,5 mil toneladas, apresentando crescimento de 24,53% em relação a 2014, contribuindo para esse resultado o aumento da carga containerizada com destaque para as frutas; a carga granel sólido trigo e o sal, que iniciou sua movimentação pelo Porto no final do ano. Destacamos, ainda, a movimentação de cargas de projetos, equipamentos para energia eólica, sondas da Petrobras, cimento, entre outras.

Ressalta-se que, embora o porto ainda não tenha conseguido implantar a operação de cabotagem e da linha de longo curso para os Estados Unidos mesmo diante da forte continuidade de esforços comerciais empreendidos, registrou-se esse resultado positivo.

Isso é reflexo dos investimentos realizados ao longo dos anos na infraestrutura portuária, que deixa o porto capaz de suprir demandas de cargas, aliado à qualidade dos serviços prestados e à confiança dos clientes e usuários de utilizarem o porto de Natal para escoamento de sua produção.



O Terminal Salineiro de Areia Branca obteve evolução no embarque da ordem de 28,00% comparado a 2014, perfazendo o total de 1,95 milhão de toneladas, dos quais 55,68% (1,08 milhão de toneladas) para o mercado externo; e 44,32% (865,0 mil toneladas) para o interno. Para garantir o escoamento dessa magnitude, o Terminal apresentou capacidade de desembarque de sal oriundo das salinas na ordem de 2,13 milhões de toneladas, também crescente 41,23% em relação a de 2014 (1,51 milhão de tonelada).

A capacidade elevada de armazenagem no Porto Ilha após sua ampliação em 2011, o aumento das transferências de sal via barcas, a excelente condição climática nas salinas após um bom período de estiagem na região, o aumento na demanda do sal a granel tanto no país quanto no comércio internacional, o aperfeiçoamento no embarque juntamente com os investimentos em manutenção e a recuperação dos equipamentos e da estrutura da Ilha e o cenário cambial favorável, foram os fatores primordiais para este crescimento, que tende a evoluir mais nos próximos anos, embasados na confiabilidade que a diretoria da CODERN obteve junto aos usuários.

O Porto de Maceió apresentou redução da ordem de -11,85% de sua movimentação em 2015 em relação ao ano anterior, totalizando 2,4 milhões de toneladas contra 2,7 milhões de toneladas em 2014. Essa redução se deu, principalmente, pela diminuição da exportação de açúcar em 9,88% resultante da queda da produção no Estado de Alagoas, como também a redução da movimentação de óleo diesel pelo porto. Um fator positivo, foi o aumento da importação de Adubo em 26,61%.

Assim, de forma consolidada, em 2015 a movimentação dos portos administrados pela CODERN só apresentou elevação de 4,48% em relação ao exercício anterior, provocada pelo recuo da movimentação do Porto de Maceió.

b) Resultados das ações estratégicas implementadas na área finalística:

Ações estratégicas para o **Porto de Natal** foram continuadas em 2015, destacando como relevantes para o alcance da missão institucional da CODERN, em alinhamento às diretrizes da SEP/PR e do Governo Federal:

a) Ampliar retroárea em 7.000m² com a incorporação de parte da área da Comunidade do Maruim - reuniões periódicas com a Prefeitura Municipal do Natal, monitorando o andamento do Processo de liberação da área. Ainda se encontra em andamento a obra da construção do complexo habitacional que irá abrigar essa comunidade, com previsão para o final de abril/2016. Em paralelo, a CODERN realizou gestões junto à SEP/PR para liberação de verbas para iniciar a edificação do muro de isolamento, assim que ocorrer a desocupação e liberação da referida área, de forma a evitar futuras invasões;

b) Iniciar obra de ampliação do cais do porto – Berço 4 e instalação das defensas na Ponte Newton Navarro (canal de acesso) – comprometida por falta de recursos financeiros, houve a revogação da licitação, no início de maio/2015;

c) Realizar processo de arrendamento das áreas públicas do Terminal Marítimo de Passageiros (TMP) – não concretizado devido a não liberação junto à ANTAQ/SEP/PR, que irá orientar a modelagem do arrendamento;

d) Otimizar área no porto desmobilizando armazém frigorífico, devidamente autorizada pela ANTAQ, visando ampliar espaço para armazenagem de carga de projeto e/ou manuseio de contêiner – assinado contrato para a obra no início de dezembro/2015;

e) Oficializar profundidade do canal de acesso do Porto de Natal para 12 metros – Foi dada continuidade às tratativas para oficialização do canal a 12m junto a DHN com base na batimetria realizada pela CODERN. Assunto ainda não conclusivo no exercício. Por outro lado, foi contratado Engenheiro Naval para realizar um novo plano de balizamento do canal de acesso do porto, e já encaminhado à Capitania dos Portos do RN, aguardando assim a oficialização.

f) Manter canal de acesso ao Porto de Natal navegável por meio de contrato de manutenção do sistema de balizamento – serviço mantido em 2015 por meio de empresa terceirizada.

g) Necessidade de definição de nova Poligonal do Porto de Natal – foi demarcada proposta de poligonal do porto elaborando planta com pontos georreferenciados, memoriais descritivos das áreas e suas respectivas necessidades. Assunto submetido à SEP/PR para demais providências e dado conhecimento à SPU e à ANTAQ;

h) Atualizar Plano de Desenvolvimento e Zoneamento -PDZ do Porto de Natal – foi dado início ao trabalho de atualização por meio de comissão interna em novembro/2015. Objetiva atender diretrizes da SEP/PR, por meio da Portaria nº 03/2014, alterada pela de nº 449/2014, que trata dos instrumentos do planejamento do setor portuário. O Plano Nacional de Logística Portuária-PNLP e os Planos Mestres integram o planejamento governamental. O PDZ consiste no instrumento de planejamento operacional da Administração Portuária, que compatibiliza as políticas de desenvolvimento urbano dos municípios, do estado e da região onde se localiza o porto. O PDZ do Porto de Natal está sendo atualizado a partir do Plano Mestre-PM que já foi aprovado pela SEP/PR.

No tocante ao **Terminal Salineiro de Areia Branca**, esforços foram empreendidos para garantir a sua operacionalidade ininterrupta ao longo do ano tendo em vista o esperado aumento da produção de sal, possibilitado pela estiagem na região e recuperação de mercados pelos salineiros.

Investimentos realizados foram direcionados principalmente à recuperação e à manutenção dos equipamentos para recepção do sal (DB's e moegas), para movimentação (tratores e pás mecânicas) e para escoamento (esteiras transportadoras e carregadores de navios). Os investimentos não foram tão intensos como da forma planejada em virtude das restrições orçamentária e financeira muito vivenciadas em 2015. Mas mesmo com as limitações, a CODERN, com o apoio primordial dos usuários salineiros, foi capaz de assegurar condições operacionais e atender ao crescimento da movimentação conforme comentado em tópico anterior. Na área de execução do planejamento portuário, o Terminal Salineiro teve em 2015 seu Plano Mestre aprovado pela SEP/PR, e, com base nele, irá elaborar em 2016 seu PDZ.

Quanto ao **Porto de Maceió**, a continuidade das ações estratégicas dos projetos de dragagem e do ISPS CODE não foi sequenciada em 2015, em virtude de não ter sido aprovada a solicitação da abertura de crédito especial destinado à incorporação de saldo de exercício anterior. Ressalta-se, todavia, a manutenção dos processos de arrendamentos de áreas em conformidade com as diretrizes da SEP/PR e da ANTAQ. O porto teve em 2015 seu Plano Mestre aprovado pela SEP/PR, que norteará a elaboração em 2016 do seu PDZ.

c) Desempenho econômico-financeiro

A Receita Bruta da Companhia totalizou R\$ 53,6 milhões em 2015, valor cerca de 17,5% maior que o verificado no ano anterior. As receitas líquidas por sua vez somaram R\$ 45,9 milhões no exercício de 2015, valor também cerca de 14,80% superior ao ano de 2014.

O Porto de Maceió conseguiu incremento em sua Receita Patrimonial de aproximadamente R\$ 0,9 milhão em relação ao ano anterior, o que representa um crescimento na ordem de 7% também em relação ao ano de 2014, resultante principalmente de arrendamento de áreas portuárias.

É importante destacar que somente a CODERN Sede (Porto de Natal e Areia Branca) aumentou seu faturamento em 33,16% no ano de 2015 em relação a 2014. Este fato é de grande destaque pois entre todas as Docas administradas pelo governo federal, a CODERN Sede teve autorizado o menor índice percentual de reajuste nos tarifários do Terminal Salineiro de Areia Branca e do Porto de Natal, que foi de 3,80%, conforme Resolução ANTAQ nº 4.093/2015.

Já em relação ao Porto de Maceió, o aumento tarifário foi de 21,10%, a partir de 07.05.2015, após cerca de 04 anos de congelamento, visto que o último reajuste concedido foi em 11/04/2011.

Diante desses resultados financeiros, ou seja, do crescimento nas receitas oriundas da performance operacional dos portos administrados pela CODERN, bem como em sua Receita Patrimonial que agregada a saldo de exercício anterior decorrente de repasse do Tesouro Nacional, a Companhia obteve os resultados almejados no alcance de todas as suas metas, o que acabou imprimindo os seguintes resultados de sua gestão:

d) Desempenho de apoio administrativo relevantes

Relativamente à **Gestão de TI**, a obtenção dos resultados iniciais da implementação do Sistema de Gestão Administrativa e Portuária – SIGAP tem possibilitado à CODERN/Natal/Areia Branca identificar melhorias nos controles internos na parte das compras e do fluxo de documentos, embora ainda não da forma desejada, dada as dificuldades normais encontradas na utilização de sistemas mais avançados tecnologicamente. Com a finalização do Módulo da Gestão Operacional, os resultados serão mais expressivos por se tratar da área finalística da Companhia com repercussões em outros setores. A gestão de TI tem tópico específico mais adiante deste Relatório de Gestão.

No que concerne à **Gestão Ambiental Portuária**, a Companhia deu continuidade às ações de execução do Programa de Conformidade do Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos e Fauna Sinantrópica Nociva – PGRS e o Programa de Regularização e Gestão Ambiental Portuário-PRGAP, em conformidade com as diretrizes da SEP/PR. Foram ações dentro das máximas possibilidades da CODERN, diante das limitações orçamentárias e da dependência das aprovações dos órgãos ambientais externos. Tópico específico neste Relatório irá abordar esse assunto.

No tocante à **Gestão da Segurança Portuária**, registramos que os serviços de recuperação do Sistema de Circuito Fechado de TV-CFTV e do Sistema de Controle de Acesso – SCA, da CODERN foram iniciados em uma primeira fase para se levantar o real estado dos sistemas e as suas necessidades. Para a realização da segunda e última fase estão sendo orçados os serviços necessários relacionados em Termos de Referências para fins de licitação em 2016. Estão sendo orçados, também, serviços de manutenção dos sistemas de segurança, por empresas especializadas. No porto de Natal, para que as recuperações dos sistemas de segurança sejam satisfatórias, há a necessidade de se estabilizar a planta elétrica e a infraestrutura de cabeamento lógico, serviços, estes, sendo conduzidos pela área de engenharia e da tecnologia da informação da companhia e que, em 2015 foram comprometidos pela falta de verba.

Destaca-se que ainda não foi implantada a Unidade de Segurança Portuária (Gerência) prevista na nova estrutura organizacional e no PCCS, que se encontram pendentes de aprovação pelo DEST/MP, embora as atribuições venham sendo conduzidas pela Supervisão da Guarda Portuária, lidando com limitações de falta de pessoal para as atividades administrativas e operacionais da área, inclusive da necessidade de maior capacitação dos seus componentes e da insuficiência de recursos para as aquisições que a atividade requer. Vislumbra-se para 2016, a superação dessas dificuldades com a reprogramação das metas visando melhores resultados da segurança portuária fundamental para a consecução dos objetivos da Companhia.

Na parte da **Gestão de Pessoas**, reafirmamos a continuidade das tratativas com o DEST/MP para aprovação do novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários-PCCS, que tramita desde 2009 e cuja versão final foi encaminhada pela SEP/PR ao DEST/MP em fevereiro de 2015, tendo esse lapso temporal causado fortes impactos na gestão, principalmente, influyendo no clima organizacional e na rotatividade de pessoal recém admitido na Companhia. Vislumbramos no primeiro semestre de 2016, solucionar essa situação que interfere sobremaneira a motivação dos empregados, tão primordial para a consecução dos objetivos da CODERN. Em tópico específico mais adiante deste Relatório de Gestão, o assunto em questão será abordado.



2.5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

Quadro VII - Indicadores de Desempenho

Denominação	Índice de Referência 2014	Índice Previsto 2015	Índice Observado 2015	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Evolução Carga Movimentada Objetiva ampliar e diversificar a movimentação de cargas em toneladas e em TEU's.	119%	116%	126%	mensal	$(\text{Tonelada movimentada período atual} / \text{Tonelada movimentada período anterior}) \times 100$
Produtividade da operação Objetiva prestar serviço de qualidade aos clientes na movimentação de carga e passageiro com praticidade (agilidade), eficiência e economia.	426,28t/h	507,51t/h	427,05t/h	mensal	$\text{Tonelada movimentada} / \text{tempo de operação do navio}$
Consignação média Objetiva oferecer infraestrutura (terrestre e marítima) competitiva, disponibilizando acessos, atracação/desatracação e operação dos navios.	16.515 ton/navio cargueiro	13.460 ton/navio cargueiro	14.079 ton/navio cargueiro	mensal	$\text{Toneladas Movimentadas} / \text{Quantidade de Atracações}$
Receita / m² Objetiva aumentar receita operacional decorrente da movimentação de cargas e passageiros.	R\$ 20,23/m ²	R\$ 23,45/m ²	R\$ 26,83	mensal	$\text{Receita Operacional Líquida} / \text{m}^2 \text{ de área Operacional}$
Comprometimento dos Custos Operacionais Objetiva otimizar custos operacionais e despesas.	119%	130%	110%	mensal	$(\text{Custo Operacional} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$
Margem EBITDA Objetiva ampliar a sustentabilidade, aumentando o resultado financeiro continuamente para suprir as necessidades de custeio.	-49%	-41%	-67% (*)	mensal	$[(\text{Lucro Operacional Contábil} - \text{Resultado Financeiro} + \text{Depreciação e Amortização}) / \text{Receita Operacional Líquida}] \times 100$
Execução Orçamentária de Investimentos Objetiva viabilizar Projetos de Infraestrutura, provendo recursos orçamentários e financeiros para atender a demanda dos investimentos portuários.	27,55%	100%	19,83% (**)	mensal	$\text{Valor realizado até o mês do Orçamento de Investimento} / \text{Valor Previsto até o mês do Orçamento de Investimento}) \times 100$
(*) Índice influenciado sobremaneira por discordâncias do PORTUS em relação a valores de Termo de Confissão de Dívida com esse Instituto a serem pagos com recursos disponibilizados no OGU.					
(**) Efetivamente executando 100% em relação ao recurso liberado					





Análise:

Os Indicadores de Desempenho listados acima são parte integrante do Planejamento Estratégico da CODERN, porém, abrangendo somente os Portos de Natal e Areia Branca. Estes indicadores são avaliados mensalmente pela Diretoria Executiva, em reuniões pré-determinadas, de tal forma que se possa corrigir possíveis desvios em relação as metas traçadas.

Nesse sentido, o exercício de 2015 foi expressivamente positivo para a CODERN, principalmente quando se referem aos indicadores financeiros. Praticamente todas as metas dos indicadores, que foram traçadas para este exercício, foram prontamente cumpridas, tendo em vista o comportamento de todas as variáveis dentro dos valores inicialmente estimados.

Como exemplificação, em relação às estimativas para a Receita Operacional Líquida da Companhia, as áreas operacional e comercial tinham inicialmente estimado um crescimento de 21%, sendo 67% de crescimento para o Porto de Natal e 9,92% de elevação para o Porto de Areia Branca. No entanto, com um crescimento real de 36% nas Receitas oriundas do Porto de Natal e de 32% nas Receitas oriundas do Porto de Areia Branca, a Receita Operacional Líquida da Companhia também apresentou um crescimento real superior, totalizando cerca de 34%.

Este crescimento verificado nas Receitas desses portos pode ser explicado pelo aumento nas exportações de frutas e, a partir do final de 2015, pela movimentação de sal também pelo Porto de Natal, assim como também, pelo forte crescimento da movimentação do sal escoado pelo Porto de Areia Branca, influenciado pela estiagem da região salineira e pela valorização do Dólar perante o Real, elevando às exportações desse produto.

Um outro exemplo, são os Custos Operacionais da Companhia. Ao analisar estes custos, verifica-se que todos os itens pertencentes à Cesta de Custos, embora tenham apresentado um crescimento, este ficou abaixo das estimativas iniciais, o que foi extremamente satisfatório para a Companhia.

Observando os custos com pessoal e encargos, materiais, serviços, entre outros, verificamos que o percentual de crescimento ficou em torno de pouco mais de 10%. No entanto, o percentual que tinha sido projetado, pela Gerência de Planejamento, inicialmente, era o de crescimento de 14,29% em relação ao exercício imediatamente anterior.

Até mesmo os custos com depreciação, que seriam impactados pela imobilização do Terminal Marítimo de Passageiros, apresentaram um crescimento menor do que o inicialmente estimado, tendo em vista a imobilização só ter ocorrido no mês de agosto e, nas estimativas, o valor adicional ter sido provisionado para todo o exercício.

Portanto, conforme já mencionado anteriormente, com as Receitas acima do esperado e os Custos e Despesas abaixo do estimado, quase todos os indicadores financeiros ficaram acima das metas estipuladas inicialmente, exceto pela Margem EBITDA. Neste caso, o motivo para tal situação foi a provisão para causas cíveis, relativas a um processo junto ao instituto PORTUS que, como não tinha sido inicialmente estimado, uma vez que esse tipo de provisão se torna praticamente impossível de ocorrer, impactou negativamente a Despesa da Companhia, tendo em vista o seu valor bastante expressivo de R\$ 20,4 milhões. Para mitigação de tal pendência, esta CODERN tomou todas as providências inerentes a análises de débitos para com o PORTUS referentes à CODERN/SEDE, à APMC e a débitos da antiga administração do Porto de Recife. Há discordâncias do PORTUS quanto ao valores envolvidos, no entanto, que estão a impedir a assinatura de Termo de Confissão de Dívida para pagamento com recursos disponibilizados no OGU.



3. GOVERNANÇA

Apresentamos neste tópico as práticas de governança utilizadas pela CODERN, evidenciando formas de controle e monitoramento de suas decisões no que diz respeito à condução das políticas públicas para o setor portuário e à prestação dos serviços ofertados aos clientes, usuários e ao interesse público em geral.

A CODERN, por meio do estatuto social e das legislações aplicáveis, possui estrutura e instâncias de governança corporativa que adotam mecanismos de controles para assegurar a conformidade da gestão e garantir o alcance dos objetivos planejados.

No âmbito interno, a companhia conta com Conselhos de Administração e Fiscal; órgão de Auditoria Interna e Comissão de Ética.

No âmbito externo, utilizamos auditoria independente para análise das demonstrações financeiras.

3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Apresentamos no Quadro VIII a estrutura de governança, suas principais atribuições e formas de atuação.



Handwritten signature or initials.

Quadro VIII - Estrutura de Governança

Estrutura de Governança	Principais Atribuições	Norma de Instituição e Forma de Atuação
Conselhos		
CONFIS – Conselho Fiscal	Opinar sobre o relatório anual da administração; denunciar aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses da Companhia, à Assembleia Geral, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Companhia; analisar, no mínimo trimestralmente, por ocasião das reuniões ordinárias, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia; examinar as demonstrações financeiras do exercício social; acompanhar a execução patrimonial, financeira e orçamentária, podendo examinar livros, quaisquer outros documentos e requisitar informações; elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.	Lei 6.404/76 e Estatuto Social, atuando em caráter permanente por meio de reuniões ordinárias mensalmente ou extraordinária, sempre que se fizer necessário.
CONSAD – Conselho de Administração	Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar os livros e demais documentos; determinar a realização de inspeções e outras auditagens de qualquer natureza; aprovar o relatório da Administração, as contas da Diretoria e os balanços consolidados submetidos a sua apreciação; aprovar os Orçamentos Anuais e Plurianuais, os projetos de expansões e programas de investimento, bem como acompanhar sua execução e desempenho.	Lei 6.404/76 e Estatuto Social, atuando em caráter permanente por meio de reuniões ordinárias mensalmente ou extraordinária, sempre que se fizer necessário
Órgão de Gestão Interna		
GEAUDI – Gerência de Auditoria Interna	Proceder a auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, administrativa, patrimonial, operacional, de engenharia e de sistema, envolvendo a análise de documentos, registros, controles, procedimentos e cumprimento de normas; suprir a administração superior de informações acerca do desempenho e eficácia das atividades desenvolvidas pela Companhia; assistir as inspeções e auditagens realizadas por auditores independentes e por auditorias de órgãos oficiais..	Decreto nº 3.591/ 2000, alterado pelo Decreto nº 4.304/ 2002 e Regimento Interno Próprio. Atua em conformidade com PAINT – Plano Anual de Auditoria Interna, e sempre que se fizer necessário auditar.
Comissões		
Comissão de Ética	Proceder à apuração de ato, fato ou conduta que seja considerada infringente ao Código de Ética, no tocante à relação no trabalho, a atendimento a clientes, parceiros, fornecedores e concorrentes, decidindo sobre procedimentos disciplinares a serem aplicados.	Portaria DP nº 086/2014, atua com base em denúncias oferecidas e identificação de comportamentos funcionais desvirtuados do código de conduta da companhia.
CPL – Comissão Permanente de Licitação	Promover a realização e o acompanhamento do processo licitatório, envolvendo organização, contato com fornecedores, análise e julgamento de documentos e propostas, emissão de atas e demais correspondências inerentes à licitação; providenciar a preparação e organização de editais e seus anexos, em conformidade à legislação vigente.	Lei nº 8.666/93; Lei nº 10.520/2002; Lei nº 12.462/2011. Atua zelando pelo rito legal dos processos de aquisições e contratações de grande vulto que atendem as necessidades da companhia.
Órgão Externo à CODERN		
Auditoria Externa.	Prestação de Serviço de Auditoria Externa, compreendendo a análise dos registros contábeis, formalizados através de Parecer, observando a sua forma padronizada e a legislação em vigor, registrando se as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o Fluxo de caixa no encerramento do exercício, observando todas as práticas contábeis aplicadas.	Lei 6.404/76, atua anualmente no momento da análise das demonstrações financeiras.

3.2. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS

De acordo com sua estrutura organizacional, a CODERN dispõe de três dirigentes, um Conselho de Administração e um Conselho Fiscal, cada um atuando dentro das suas atribuições estatutárias.

No quadro constante do ANEXO II, apresentamos a composição dos colegiados, indicando as exigências e a representação dos membros; destacando os seus papéis e forma de funcionamento, bem como o processo de escolha e exigências quanto ao perfil para ocupação desses cargos.

3.3. POLÍTICA DE DESIGNAÇÃO DE REPRESENTANTES NAS ASSEMBLEIAS E NOS COLEGIADOS DE CONTROLADAS, COLIGADAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO

Não há política de designação de representantes nas Assembleias e nos Colegiados de Controladas, Coligadas e Sociedades de Propósito Específico porque a CODERN não tem participação acionária em outras sociedade.

3.4. ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

3.4.1. A ESTRUTURA DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA E ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A unidade de Auditoria Interna da CODERN está formalmente subordinada ao Conselho de Administração – CONSAD, conforme dispõe o artigo 35 do Estatuto da Companhia. Sua estrutura é composta por um Gerente – Analista Técnico Administrativo, com formação superior em Administração Pública e de Empresas, um Analista Técnico Administrativo, bacharel em Ciências Contábeis, e um Analista Técnico Administrativo, bacharel em Administração de Empresas.

A atuação da Gerência de Auditoria da CODERN segue o estabelecido no Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT, documento previamente aprovado pelo CONSAD e pela Ciset/PR, órgão de controle interno ao qual a gerência se subordina.

No PAINT encontram-se listadas as ações previstas a serem executadas no decorrer do ano-calendário. Importa referir que eventuais solicitações exaradas pelos órgãos colegiados, de controle interno ou advindas de denúncias realizadas também demandam a execução de auditorias, realizadas prioritariamente.

O planejamento do PAINT é concretizado com o objetivo de percorrer todas as áreas da companhia num período de 4 anos. Dessa forma, o programa é efetivado focando cumprir tal exigência, que se conjuga com a realização de auditorias anuais nas áreas mais relevantes da companhia, quais sejam, recursos humanos, compras e pagamentos.

As limitações mais relevantes existentes na confecção dos relatórios de auditorias figuram-se nos atendimentos às “Solicitações de Auditorias-SA” demandadas aos setores, documento que requiere a documentação a ser analisada. Soma-se a isso a falta de um programa informatizado (software) e o acesso aos sistemas de tecnologias existentes.

3.4.2. AUDITORIAS REALIZADAS

Em 2015, foram emitidos 16 (dezesesseis) Relatórios de Auditoria Interna, atendendo a 8 ações planejadas no PAINT 2015. O referido Plano previu a realização de 21 ações de auditoria interna, a seguir listadas:

- I. Acompanhamento da atuação do TCU;



- II. Acompanhamento da atuação da Ciset/PR;
- III. Elaboração do Raint 2014;
- IV. Elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT do exercício seguinte;
- V. Exame e Parecer das Contas (Balanço Patrimonial);
- VI. Exame e Parecer das Contas Prestação de Contas;
- VII. Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços /Compras e Licitações;
- VIII. Gestão Financeira e Contábil;
- IX. Gestão de contratos;
- X. Gestão de Recursos Humanos;
- XI. Auditoria na Administração do Porto de Maceió;
- XII. Assessoramento;
- XIII. Gestão de estoques e de bens patrimoniais;
- XIV. Controles Administrativos;
- XV. Participação na Reunião do Comitê Técnico de Auditoria da Presidência da República;
- XVI. Treinamento/cursos;
- XVII. Reserva Técnica;
- XVIII. Acompanhamento das metas do Plano Plurianual e LOA;
- XIX. Governança da Companhia;
- XX. Acompanhamento da Execução das Metas do PLR dos empregados e a Remuneração Variável dos Dirigentes.
- XXI. ISPS-CODE – auditoria de acompanhamento quanto ao funcionamento do CFTV para monitoramento da segurança portuária.

Das ações previstas, foram executadas 17, sendo as de número I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, X, XII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI.

Da ação V – Exame e Parecer das Contas foi gerado o Relatório de Auditoria interna nº 02 que originou a emissão de 11 pontos relevantes, dos quais houve a regularização de 02 pontos, restando pendentes 9 pontos levantados. Os Relatórios de Auditoria nº 001, 004 e 009 advêm da ação VII – Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços/ Compras e Licitações. Foram levantados 26 pontos relacionados ao tema de Compras por Dispensa de Licitação, dos quais 9 foram regularizados.

A ação VIII – Gestão Financeira e Contábil – também motivou a emissão de três relatórios, 011, 012 e 014, com a produção de 12 pontos relevantes que não foram sanados até a emissão do presente documento. Correlacionam-se com a Ação X – Gestão de Recursos Humanos – os Relatórios de Auditoria Interna nº 007, 010 e 013, que culminaram com a edição de 26 pontos relevantes, todos pendentes.

Demandado pelos órgãos colegiados, os relatórios confeccionados pela Ação XVII – Reserva técnica – foram os de nº 003/2015 (Contratos TI), 005/2015 (Relatório Fotográfico na área do cais) e 008/2015 (Faturamento). Nenhum dos 29 pontos levantados foram corrigidos.

O Relatório de Auditoria Interna nº 015/2015 advém da Ação XVIII – Acompanhamento das metas do Plano Plurianual e LOA – e o de nº 016/2015 da Ação XIX – Governança da Companhia. Foram feitas duas constatações relevantes, ainda não regularizadas.

Por fim, houve a emissão do Relatório nº 006/2015 que provem da Ação XXI – ISPS-CODE – Auditoria de acompanhamento quanto ao funcionamento do CFTV para monitoramento da segurança portuária, com 7 recomendações feitas, baixadas pelo compromisso de regularização.

Além das ações previstas no PAINT 2015, foram emitidas 02 (duas) Notas Técnicas, 03 (três) Notas de Auditoria e 02 (duas) Notas Explicativas, em atendimento às solicitações do Conselho Fiscal da Companhia.

A tabela abaixo evidencia o quantitativo de auditorias realizadas em 2015, com a respectiva situação dos pontos levantados.

POSIÇÃO DOS PONTOS PENDENTES EM 2015	POS. ATUAL
TOTAL DE AUDITORIAS NO ANO	16
TOTAL DE PONTOS RELEVANTES	113
TOTAL DE PONTOS RELEVANTES PENDENTES	95
TOTAL DE PONTOS SANADOS	18

Ressaltamos, no tocante aos pontos pendentes, que já não estão totalmente resolvidos em vista da constante rotatividade de pessoal, decorrente da incipiente tabela salarial, que provoca um constante recomeçar de procedimentos e da insuficiente disponibilidade financeira.

3.5. ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

A CODERN está vinculada, para fins de correção, à Ciset/SG/PR, conforme determina o § 3º do art. 2º do Decreto nº 5.480, de 30 de julho de 2005, a qual exerce as atribuições de unidade seccional de correção dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência da República e da Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que em seu inciso XII do art. 21 do Anexo I, estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação da estrutura específica, a Ciset/SG/PR estabeleceu por meio da Portaria Ciset/SG/PR nº 13/2012, os procedimentos que seriam adotados para a condução dos trabalhos correcionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes: i) inspeções de correção; ii) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; iii) auxílio ao Gestor na tomada de decisão de procedimentos disciplinares; iv) realização de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC em infrações disciplinares de menor gravidade; v) Processo Administrativo de Fornecedores etc.

Ressalta-se, todavia, que independente da criação do referido órgão de correção no âmbito da Ciset/SG/PR, em nada se altera a competência originária da CODERN quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o artigo 143 da lei 8.112/90 ou legislação equivalente.

Nesse sentido, foram instaurados 05 procedimentos disciplinares em 2015 pelo processo de sindicância investigativa e punitiva. Dentre os quais, 03 foram notadamente no que concerne a irregularidades ocorridas no âmbito dos macroprocessos finalísticos da companhia. Em sua maioria não houve aplicação de penalidades pela impossibilidade de apontar responsabilidades funcionais, ressaltando, todavia, que esses fatos apurados tempestivamente não foram capazes de impactar negativamente o desempenho nas operações portuárias e nos resultados da CODERN.

3.6. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A alta administração da CODERN percebe a gestão de riscos e os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos estratégicos, porém ainda não dispõe de mecanismos de controle por meio de um sistema informatizado que possibilite de forma integrada e eficaz a avaliação, direcionamento e monitoramento de suas atividades, sob essa perspectiva.

No entanto, persistindo no desenvolvimento de ações de modernização da sua gestão, no segundo semestre de 2015, a CODERN instituiu Comitê de Gestão de Riscos Corporativos para atuar inicialmente no Porto de Natal. Os trabalhos do comitê têm como base a metodologia conceitual da COSO – (*Committee of Sponsoring Organization of The Treadway Commission*). Foram realizados levantamentos e identificados riscos que podem afetar os objetivos da companhia, programando os demais desdobramentos desse trabalho ao longo do ano de 2016.

Concomitantemente, vem ocorrendo a implantação do Sistema de Gestão Administrativa e Portuária-SIGAP, conduzida pela área de TI, que possibilitará uma harmonização dos controles internos e da gestão dos riscos e, assim, criar efetivamente mecanismos que possam assegurar a conformidade dos atos de gestão e viabilizar que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados da forma almejada.

3.7. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E MEMBROS DE COLEGIADOS

A política de remuneração dos membros da Diretoria da CODERN e dos Conselhos de Administração e Fiscal segue orientação do Departamento de Coordenação e Governança da Empresas Estatais – DEST/MP, que fixa a remuneração completa desses membros, ouvida a SEP/PR. Cabe à AGO fixar o limite global e os benefícios, e o DEST/MP fixa os limites individuais.

Amparo legal: Lei 6.404/76, art. 152; Decreto 89.039/84, art. 4º, inciso I, alínea “a”; Decreto-Lei nº 2.355/87, art. 3º, caput; Decreto nº 8.189, de 21/01/2014, Anexo I, art 8º, inciso IV, alíneas “c”, “d”, e “e”, inciso V e parágrafo único; Ofício nº 366/DEST/SE-MP, de 17/04/2015 – Nota Técnica nº 182/CGCOR/DEST/SE-MP de 17/04/2015; Assembleia Geral de Acionistas de 25/04/2015; Deliberação do Conselho de Administração – 589ª Reunião, em 20/03/2015; Período de aplicação: de abril/2015 a março/2016.

Detalhamento da política:

a) Limite máximo de até R\$ 1.699.987,34 (hum milhão, seiscentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e sete reais e trinta e quatro centavos) para a remuneração global a ser paga aos administradores da CODERN, no período compreendido entre abril de 2015 e março de 2016, aí incluídos: honorário fixo, honorário variável, gratificação natalina, adicional de férias, auxílio alimentação, auxílio saúde e seguro de vida em grupo, FGTS e INSS;

b) Observância dos limites individuais definidos pelo DEST/MP, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, com manifestação conforme a tabela por ele fornecida, atendo-se ao limite global definido na alínea “a”;

c) Ao Conselho de Administração compete autorizar o pagamento efetivo mensal da remuneração, observado o limite global e individual previstos nas alíneas “a” e “b”, respectivamente;

d) Honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e dos titulares do Conselho Fiscal fixados em um décimo da remuneração média mensal máxima dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios;



e) Vedação do repasse de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho – ACT na sua respectiva data-base;

f) Vedação ao pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado em assembleia para os administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos Lei nº 6.404/76, art. 152;

g) Condicionamento do pagamento da “quarentena” à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da república – CEP/PR, nos termos da legislação vigente.

h) Divisão do honorário total dos diretores em duas parcelas, sendo uma variável atrelada a metas operacionais e trimestrais fixadas pelo Ministério Supervisor e outra fixa congelada até que a parcela variável represente 50% do honorário total.

Evidenciamos nos Quadros IX, X, XI e XII a remuneração dos membros da Diretoria-Executiva e dos Conselhos de Administração e Fiscal efetivada no exercício de 2015, ressaltando, no entanto, que não houve remuneração a título de Bônus nem de Participação nos Resultados do Exercício.



Quadro IX – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Valores em R\$ 1,00

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				
Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Média Mensal	Total o Exercício
Filho W. E. C.	-	Setembro	1.986,82	17.881,37
Júnior E. F. D.	-	-	2.142,04	25.704,46
Pires A. T. F.	-	-	2.048,91	24.586,88
Antas S. B. B.	-	-	2.048,91	24.586,88
Correia J. L.	-	-	2.173,08	26.076,98
Araújo M. M. L. F.	-	Abril	1.955,78	7.823,10
Torres A. P.	-	-	2.157,56	25.890,72
Costa M.	Setembro	-	2.235,17	8.940,68
Bezerra E. H. P.	Outubro	-	2.235,17	6.705,51
CONSELHO FISCAL				
Nome do Conselheiro	Período do Exercício		Remuneração	
	Início	Fim	Média Mensal	Total o Exercício
Abreu R. L. S. (T)	-	-	2.048,91	24.586,88
Neto J. C. (T)	-	-	1.955,77	23.469,29
Brasileiro E. S. (T)	-	-	1.862,64	22.351,71
Souza C. L. (T)	-	-	2.048,91	24.586,88
Filho A. L. M. (T)	-	Julho	1.915,86	13.411,03
Araújo H. J. L. (S)	-	-	1.909,21	7.636,83
Campos B. C. M. C. (S)	-	-	2.235,17	2.235,17
Romera M. P. (T)	Setembro	-	2.235,17	8.940,68
Legenda: Titular (T); Suplente (S)				
Fonte: GEADMI				





Quadro X – Síntese da Remuneração da Diretoria

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Estatutária da CODERN		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	03	03
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	710.400,38	693.124,78
a) salário ou pró-labore	655.754,20	638.478,60
b) benefícios diretos e indiretos	0	0
c) remuneração por participação em comitês	0	0
d) outros	54.646,18	54.646,18
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	29.317,11	58.512,42
e) bônus	0	0
f) participação nos resultados	0	0
g) remuneração por participação em reuniões	0	0
h) comissões	0	0
i) Honorário Variável Mensal – HVM (baseada no alcance de metas)	17.049,60	30.817,59
j) outros (Valores referentes ao abono de férias e ao abono pecuniário dos Diretores)	12.267,51	27.694,83
III – Total da Remuneração (I + II)	739.717,49	751.637,2
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	53.530,95	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0
Fonte: GEADMI		

OBSERVAÇÃO – O item V refere-se a três parcelas (OUT, NOV e DEZ/2015) de um total de seis, da remuneração compensatória devida em virtude da destituição do cargo de Diretor Administrativo e Financeiro, com base na Lei nº 12.813/2013 (conflito de interesses) e decisão da Comissão de Ética da Presidência da República.

Quadro XI – Síntese da Remuneração do Conselho de Administração

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração da CODERN		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	09	10
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	168.196,58	174.597,71
a) salário ou pró-labore	168.196,58	174.597,71
b) benefícios diretos e indiretos	0	0
c) remuneração por participação em comitês	0	0
d) outros	0	0
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)		
e) bônus	0	0
f) participação nos resultados	0	0
g) remuneração por participação em reuniões	0	0
h) comissões	0	0
i) outros	0	0
III – Total da Remuneração (I + II)	168.196,58	174.597,71
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0
Fonte: GEADMI		




39

Quadro XII – Síntese da Remuneração do Conselho Fiscal

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho Fiscal da CODERN		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	08	07
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	127.218,47	143.551,94
a) salário ou pró-labore	127.218,47	143.551,94
b) benefícios diretos e indiretos	0	0
c) remuneração por participação em comitês	0	0
d) outros	0	0
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i))	0	0
e) bônus	0	0
f) participação nos resultados	0	0
g) remuneração por participação em reuniões	0	0
h) comissões	0	0
i) outros	0	0
III – Total da Remuneração (I + II)	127.218,47	143.551,94
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0
Fonte: GEADMI		

3.8. INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

A CODERN, exercendo a boa prática de governança e objetivando dar maior transparência e integridade de sua atuação para seus clientes, usuários, acionistas e sociedade em geral, contrata anualmente empresa de auditoria independente.

Em 08 de dezembro de 2015 foi assinado o contrato de prestação de serviços com a Empresa *Emerson Auditores e Consultores S/S – Auditores Independentes*, com sede na Avenida Bela Parnamirim, nº 870, 8ª, Parque de Exposições, Parnamirim/RN, naquela ocasião representada pelo seu Sócio-Administrador José Diego Braz da Silva, Carteira de Identidade nº 10575/0-9 – CRC/RN e CPF 080.588.704-04, contratada por meio de processo licitatório nº 622/2015, na modalidade Pregão Eletrônico.

O contrato objetivou a prestação dos serviços de Auditoria Independente para efetuar análise e emissão de Parecer das Demonstrações Contábeis desta Companhia, compreendendo a sua Sede em Natal/RN, assim como também, as suas filiais localizadas em Areia Branca/RN e em Maceió/AL e teve como remuneração pelos serviços contratados o montante de R\$ 9.850,00 (nove mil, oitocentos e cinquenta reais).

3.9. POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES NOS RESULTADOS DA ENTIDADE

A CODERN não dispõe de Política de Participação de Empregados e Administradores nos seus Resultados em razão da insuficiência de geração de receita própria para custear essa participação.





3.10. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DE MEMBROS DE COLEGIADOS DA ENTIDADE

Em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com as disposições estatutárias, os membros indicados pela Secretaria de Portos da Presidência da República, pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e pelo Ministério dos Transportes participam do CONSAD como representantes do acionista majoritário, a União.

O membro indicado pela TERSAL participa do CONSAD como representante dos acionistas minoritários pessoas físicas e jurídica, conforme demonstrado no Quadro III sobre a composição acionária do capital social desta CODERN, mencionado neste Relatório de Gestão.



4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1. CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO E MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Com o advento da Lei de Acesso à Informação a Companhia reestruturou sua relação com a sociedade de forma a aproximar as duas esferas e reforçar o importante papel da cidadania, contribuindo para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito que a Constituição de 1988, capítulo I da Constituição Federal – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos -, inciso XXXIII do artigo 5 diz que *“todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”*, assegurando ao cidadão, entre outros, o direito de acompanhar os gastos públicos, o desenvolvimento de projetos e o cumprimento de objetivos e metas dos órgãos.

Assim, a Companhia, através do seu **sítio(www.codern.com.br)**, traz todas as informações referentes a atuação dos Portos de Natal e Areia Branca, expondo inclusive a sociedade os relatórios de gestão e auditorias existentes (**<http://codern.com.br/acesso-a-informacao/auditorias-2/>**), expondo de forma proativa dados para conhecimento geral, antecipando-se a pedidos que possam ser formulados pela sociedade.

A reestruturação acima mencionada está em constante processo, com a introdução de novos conteúdos e o incremento na plataforma de navegação, visando o aperfeiçoamento constante das ferramentas digitais de transparência pública em âmbito federal.

Casos em que a informação desejada ainda não estiver disponível no portal, poderá ser solicitada através dos seguintes canais:

a) Pela internet: (**<http://codern.com.br/acesso-a-informacao/sic-2/>**) - Sistema e-SIC -

O Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação. Por meio do sistema, além de fazer o pedido, será possível acompanhar o prazo pelo número de protocolo gerado e receber a resposta da solicitação por e-mail; entrar com recursos; apresentar reclamações e consultar as respostas recebidas. O objetivo é facilitar o exercício do direito de acesso às informações públicas;

b) Presencial: Av. Engenheiro Hildebrando de Góis, 220 – Ribeira, Natal/RN, CEP 59.010-700;

c) Pelo Telefone: (84)4005-5324.

Encontra-se também disponível no site da CODERN “Carta de Serviços ao Cidadão” que atende à Lei 6.932/2009, e tem a finalidade de ser mais um canal de informação dos serviços prestados pela Companhia ao cidadão, clientes e usuários.

Cabe ainda destacar, que aguardamos a aprovação da nova estrutura organizacional e do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários, que vislumbra a implantação do serviço de Ouvidoria para melhorar e tornar mais específico o canal de acesso do cidadão à instituição com a responsabilidade de receber sugestões de aprimoramento, críticas, reclamações ou informações a respeito dos serviços prestados pelos portos administrados pela CODERN.

As informações do Porto de Maceió inerentes ao relacionamento com a sociedade encontram-se no ANEXO III.



5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1. DESEMPENHO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO

Com uma Receita Bruta de, aproximadamente, 17% superior ao exercício anterior, percentual este acima das projeções que foram estimadas para este exercício, somado a permanência dos Custos e Despesas da Companhia dentro das previsões também inicialmente estimadas, o impacto no fluxo financeiro da CODERN foi extremamente positivo.

Ao longo do exercício, exceto por períodos muito específicos, o cronograma de desembolsos, projetado mensalmente pela Gerência de Recursos Financeiros, foi seguido em sua quase totalidade, demonstrando um equilíbrio entre os ingressos e as saídas de recursos no caixa da Companhia.

No entanto, podemos citar como um fator que veio impactar negativamente esse sincronismo em relação às previsões realizadas para o exercício, o acúmulo de algumas dívidas oriundas de exercícios anteriores, quer sejam com fornecedores, quer sejam com impostos e contribuições, que foram priorizadas quanto ao seu pagamento, em virtude do seu tempo de vencimento.

5.2. SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Em meados de 2014, a SEP/PR deu início a uma série de encontros com o objetivo de se padronizar o Plano de Contas de todas as Companhias Docas, como também, desenvolver um modelo único para o processo de apuração de Custos destas Companhias.

Esses encontros técnicos se prolongaram durante todo o exercício de 2015, sempre ponderando as necessidades e diferenças de cada Porto, de tal forma que o novo Plano de Contas e o Sistema de Apuração de Custos pudessem atender, de forma igualitária, todas as Companhias Docas.

Como resultado deste trabalho, chegou-se na definição de um novo Plano de Contas, denominado “Padrão Docas”, onde, após a sua implantação definitiva, seria possível apropriar os Custos e Despesas da Companhia, sempre de acordo com as Receitas Tarifárias, demonstrando aquelas que apresentariam um déficit ou um superávit.

Por outro lado, para aqueles Custos e Despesas que não se pudesse relacioná-los diretamente com as Receitas Tarifárias, as Companhias Docas teriam que rateá-los, também sob os mesmos agrupamentos de centros de custos e os mesmos critérios de rateio, sempre objetivando a uniformidade das informações de todas as Companhias, possibilitando, inclusive, a comparação entre elas.

Em paralelo, a CODERN, para dar sustentação à determinação da SEP/PR além de buscar sistematizar seus controles internos, vem implementando um sistema de informação gerencial – SIGAP – que irá auxiliar bastante na apuração dos custos na origem da informação. No entanto, o contrato que está prestando o serviço de implantação do sistema ainda está vigente e todos os softwares contratados ainda não foram entregues.

De toda forma, a CODERN consolidando os seus portos de Natal, Areia Branca e Maceió e num esforço de gestão dada suas limitações funcionais e tecnológicas vem implementando ações para monitorar de forma mais eficaz seus custos. Assunto este em sintonia com as diretrizes da SEP/PR de possibilitar melhoria da gestão portuária, complementado com o novo Plano de Contas Padrão da CODERN consolidado, já aprovado.



5.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 6.404/1976 E NOTAS EXPLICATIVAS

As demonstrações contábeis consolidadas da CODERN, exercício 2015, estão apresentadas nos ANEXOS IV, V, VI, VII, VIII, incluindo as Notas Explicativas em conformidade com a Lei nº 6.404/1976.



6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. GESTÃO DE PESSOAS

Os empregados da CODERN estão sujeitos ao regime jurídico da Decreto-Lei nº 5.452/1943-CLT e em sua legislação complementar. Dispõe de Plano de Cargos, Carreira e Salários-PCCS que regulamenta a progressão funcional compatível com as finalidades da CODERN.

O Quadro de Pessoal da CODERN, consolidado os três portos administrados de Natal, Areia Branca e Maceió, está fixado em 348 empregados conforme Portaria MPO nº 707/2004, de 10/09/2004.

Desse quantitativo, 248 vagas destinam-se aos portos da CODERN de Natal e de Areia Branca.

Em 2015, a CODERN contou com a força de trabalho de 246 pessoas que atenderam às demandas administrativas e operacionais desses portos, dos quais 49% estão lotados na Sede/Porto de Natal e 51% no Terminal Salineiro de Areia Branca.

Dessa volume, 57% estão lotados na área meio e 43% na área operacional (finalística).

Ocorreram 13 admissões de pessoal de carreira por meio de Concurso Público, destinando-se 03 para área meio e 10 para área fim. Quanto aos desligamentos também de pessoal de carreira, registraram-se 15 pessoas por motivos de aposentadoria ou de salários mais atrativos em razão da aprovação em outros concursos públicos.

As informações que retratam a gestão de pessoas na Administração do Porto de Maceió se encontram no ANEXO IX.

6.1.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Quadro XIII - Força de Trabalho na CODERN/Natal/Areia Branca

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	248	234	13	15
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	16	12	04	04
4. Total de Servidores (1+2+3)	264	246	17	19

Fonte: GEADMI/QUADRO DE PESSOAL 12/2015.

Quadro XIV – Distribuição da Lotação Efetiva CODERN/Natal/Areia Branca

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	131	103
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	10	02
4. Total de Servidores (1+2+3)	141	105

Fonte: GEADMI/FOLHA DE PAGAMENTO 12/2015

Quadro XV - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas CODERN/Natal/Areia Branca

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Cargos Comissionados	Até 28	28		
1.1. Servidores de Carreira vinculada ao órgão	Até 28	16	06	05
1.2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	Até 16	12	05	05
2.Total de servidores em cargo comissionado	Até 28	28		
Considerações: A lotação autorizada para os ocupantes de cargos comissionados sem vínculo com a CODERN é fixada em um percentual sobre os cargos comissionados previstos, regulamentada pelo PCCS vigente. Fonte GEADMI/QUADRO DE PESSOAL 12/2015				

6.1.2. INDICADORES DE GESTÃO DE PESSOAS

a) ASSIDUIDADE

Descrição

Horas trabalhadas, expurgadas as faltas, incluindo-se atestados médicos, em relação às horas de trabalho previstas dos empregados lotados em Natal e de Areia Branca, inclusive, os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.

Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas. Quanto maior, melhor.

Fórmula de Cálculo e Medição

Número de horas trabalhadas dividido pelo número de horas previstas e multiplicado por 100 (cem).

Responsável pelo Cálculo

Gerência Administrativa - GEADMI

Valores Apurados

A Assiduidade dos empregados em 2015 em relação a 2014 está abaixo apresentada:

ANO (%)		
2015	2014	VARIAÇÃO
99,37	98,6	0,77

Comentários

A meta perseguida pela CODERN de 99% de Assiduidade foi cumprida. Esse indicador de desempenho foi implantado a partir de 2009, utilizando-se para identificação de causas/efeitos de possíveis problemas que afete a presença do colaborador para o trabalho. Verifica-se que a CODERN apresentou um aumento de 0,77% na assiduidade em relação a 2014.

b) ACIDENTES DE TRABALHO

Descrição

Trabalhadores acidentados por total de empregados dos portos de Natal e Areia Branca, incluindo os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.





Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas. Quanto menor, melhor.

Fórmula de Cálculo e Medição

Número de trabalhadores acidentados dividido pelo número total de empregados e multiplicado por 100 (cem).

Responsável pelo Cálculo

Gerência Administrativa - GEADMI

Valores Apurados

O indicador Acidente de Trabalho por empregado de 2015 em relação a 2014 está abaixo apresentado:

ANO (%)		
2015	2014	VARIAÇÃO
1,21	1,60	-24,38

Comentários

A meta perseguida pela CODERN de Zero Acidente de Trabalho não foi atingida, mas observamos uma redução de 24,38% em comparação ao ano de 2014, pois ocorreram 03 acidentes dessa natureza. A CODERN continuará perseguindo essa meta, conscientizando cada vez mais os empregados para a segurança e saúde do trabalhador, trabalho esse reforçado pela equipe estruturada em 2014, composta 01 (um) engenheiro de segurança do trabalho, 01 (um) biólogo, 02 (dois) técnicos ambientais, e 03 (três) técnicos de segurança no trabalho, que vem implantando várias ações como medidas preventivas de acidentes de trabalho, na busca continua de manter esse índice sempre em 0%. (zero por cento), mesmo diante das particularidades de condições de trabalho, sobretudo, no Terminal Salineiro de Areia Branca.

c) ACIDENTES DE TRABALHO FATAIS**Descrição**

Número de óbitos por total de trabalhadores acidentados nos portos de Natal e Areia Branca, incluindo os ocupantes de cargos comissionados que não são empregados.

Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas. Quanto menor, melhor.

Fórmula de Cálculo e Medição

Número de óbitos dividido pelo número total de empregados acidentados e multiplicado por 100 (cem).

Valores Apurados

O indicador Acidentes de Trabalho fatais 2015 em relação a 2014 está abaixo apresentado:



ANO (%)		
2015	2014	VARIAÇÃO
0	25	



Responsável pelo Cálculo

Gerência Administrativa - GEADMI

Comentários

A meta perseguida pela CODERN de Zero Acidente de Trabalho Fatal foi atingida, pois não existiu nenhum óbito por Acidente de Trabalho. Ressaltamos que a nossa Equipe de Saúde e Segurança do Trabalhador vem implementando várias ações como medidas preventivas de acidentes de trabalho, tais como: emitindo normas de procedimentos, requisitando diversos treinamentos, fiscalizando o cumprimento de todas as normas de segurança do trabalho, e cobrando o uso de EPI pelos empregados.

d) OTIMIZAÇÃO DE HORA-EXTRA**Descrição**

Comparativo do dispêndio total de hora extra com o volume total da folha de pagamento.

Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas. Quanto menor, melhor.

Fórmula de Cálculo e Medição

Valor do dispêndio total com hora-extra dividido pelo valor total da folha de pagamento e multiplicado por 100 (cem).

Valores Apurados

O indicador Otimização de Hora Extra de 2015 em relação a 2014 está abaixo apresentado:

ANO (%)		
2015	2014	VARIAÇÃO
1,44	1,78	-19,10

Responsável pelo Cálculo

Gerência Administrativa - GEADMI

Comentários

Percebe-se que o índice sofreu uma pequena diminuição, superando a meta para o ano de 2015, que foi de 2,0%. Tal diminuição se deu em consequência da reestruturação da escala de trabalho realizada na operação do Porto de Natal, bem como em razão das admissões provenientes do concurso público realizado em 2014, que reduziram a necessidade da realização de horas extraordinárias ocasionadas pela falta de pessoal.

e) CAPACITAÇÃO**Descrição**

Acompanhamento da carga horária de capacitação/treinamento oferecido anualmente aos empregados efetivos da CODERN/Natal/Areia Branca.

Tipo

Desempenho Operacional sob a perspectiva de pessoas. Quanto maior, melhor.

Fórmula de Cálculo e Medição

Somatório do número de horas total de capacitação/treinamento anual dividido pelo somatório do número total de empregados efetivos multiplicado por 12.

Valores Apurados

O indicador Capacitação 2015 está apresentado na tabela abaixo constando, inclusive, o comparativo com o ano de 2014:

ANO (h/emp)		
2015	2014	VARIAÇÃO (%)
13,40	10,52	27,38%

Responsável pelo Cálculo

Gerência Administrativa - GEADMI

Comentários

A meta perseguida pela CODERN de 10 (dez) horas de capacitação/treinamento por empregado efetivo foi superada, e conseguimos aumentar tal indicador em 27,38% em comparação com o ano de 2014. Tal aumento ocorreu em razão do Programa de Desenvolvimento de Pessoas, que foi implantado pela CODERN em 2014, mas só foi plenamente aplicado durante o ano de 2015.



6.1.3. DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL

Quadro XVI – Despesa com Pessoal – CODERN/Natal/Arcia Branca

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações (13 salário)	Adicionais (Ad. Risco, Ad. Noturno e H. Extra, Ad. embarque)	Indenizações (Diárias e ajuda de custo)	Benefícios Assistenciais e Previdenciários (Aux. Educação e sal. família)				Demais Despesas Variáveis
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada										
Exercícios	2015	6.600.259,30	0	295.469,92	3.855.730,65	20.398,72	251.325,47	44.330,97	0	11.067.515,03
	2014	6.659.132,85	0	267.721,10	3.777.105,75	15.798,56	217.115,35	52.660,12	0	10.989.533,73
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública										
Exercícios	2015	924.604,21	0	41.878,63	93.599,76	0	11.757,55	10,49	0	1.071.850,64
	2014	998.681,44	0	42.083,05	119.351,13	0	7.642,00	9.118,19	0	1.176.875,81
Fonte: GEADMI/FOLHA DE PAGAMENTO 2015										

Fonte: GEADMI/FOLHA DE PAGAMENTO 2015

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten signature

6.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTROLES PARA MITIGAR RISCOS RELACIONADOS AO PESSOAL

A CODERN/Natal/Areia Branca vem adotando como estratégia para mitigar os riscos relacionados à Gestão de Pessoas, a implementação de ações que garantam a captação, manutenção e o desenvolvimento de uma equipe de colaboradores apta a promover mudanças e capaz de atender às novas demandas organizacionais na busca de melhores resultados de produtividade e competitividade.

Para garantir uma melhor captação e consequente manutenção do quadro de empregados, a CODERN formalizou em setembro de 2014 sua proposta de Plano de Cargos, Carreira e Salários - PCCS à SEP/PR, que posteriormente (fevereiro/2015) o enviou ao DEST/MP, apesar de vir trabalhando nele desde 2009 e, desde então, a Companhia vem constantemente interagindo e atendendo às solicitações complementares do DEST/MP para fins de aprovação final e efetiva implantação. Os baixos salários têm causado desligamentos de empregados recém contratados, gerando perda funcional, despesas decorrentes de demissões e dificuldades na consecução das metas da Companhia..

No tocante ao desenvolvimento dos empregados, implantamos o Programa de Desenvolvimento de Pessoas, iniciado no segundo semestre de 2014, e plenamente aplicado durante o ano de 2015. Os cursos e treinamentos ofertados à força de trabalho da CODERN no decorrer do exercício, totalizaram 3.210 (três mil, duzentas e dez) horas de treinamento, superando em 39,50%, a quantidade de horas de treinamento realizada no ano anterior. Alcançamos o número de 312 (trezentos e doze) pessoas treinadas

Atendendo às metas de gestão estabelecidas no Planejamento Estratégico, em conformidade com as diretrizes da SEP/PR, foi aplicada Pesquisa de Clima Organizacional cuja análise do resultado será objeto de plano de ação para agir nos pontos de melhoria do clima, que não é tão somente influenciado pela questão salarial. Em paralelo, foi elaborada “minuta” da norma que irá regulamentar Avaliação de Desempenho Institucional, ainda a ser submetida à aprovação da diretoria. São assuntos convergentes que vislumbramos mitigar os riscos na gestão de pessoal da companhia.

A CODERN ainda enfrente problemas com relação a outros aspectos que interferem diretamente na força de trabalho. O primeiro é que a área operacional possui muitos empregados com idade superior a 51 anos. No cômputo geral do quadro de pessoal aproximadamente 32% do pessoal efetivo tem idade superior a 51 anos. O segundo aspecto, que acaba sendo consequência do primeiro, é o grande número de empregados que já estão aposentados pelo INSS, ou em vias de se aposentarem. E em terceiro, que também é maximizado em razão do primeiro aspecto, diz respeito ao grande número de afastamentos por benefício de auxílio-doença, ou por acidente de trabalho, bem como as aposentadorias por invalidez, que apesar de serem irreversíveis, a CODERN é obrigada por força de lei a manter a vaga por dez anos, sem poder contar com a força de trabalho do empregado nessa condição. Até dezembro de 2015, registramos 07 empregados afastados por aposentadoria por invalidez e 08 empregados afastados por benefício. São situações que comprometem e/ou reduzem o desempenho funcional esperado para a consecução dos objetivos da Companhia. O processo de captação e renovação da força de trabalho por meio de concurso público não vem sendo alcançado por esbarrar na questão salarial não atrativa no momento, daí a expectativa da implantação do novo PCCS.



6.1.5. ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR PATROCINADAS

A entidade fechada de previdência complementar a qual a CODERN é patrocinadora é o PORTUS - INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL, CNPJ Nº 29.994.266/0001-89. Atualmente administra um único Plano de Benefícios denominado Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1, na modalidade Benefício Definitivo, aprovado em 23/10/1978 pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – atual PREVIC, com adesão a partir de 26/12/1978, tendo iniciado suas atividades a partir de 01/04/1979.

Segundo o PORTUS, nos últimos anos a PREVIC não tem enviado relatório com a manifestação acerca do Balanço Patrimonial. Informou que desde agosto de 2011 foi decretada a intervenção do Instituto e em seu único plano – PBP1 -, conforme Portaria nº 459, de 22/08/2011, da Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, publicada no DOU de 23/08/2011, a qual vem sendo prorrogada por outras até o momento. Para monitorar o processo de intervenção, foi criado no âmbito da SEP/PR, de forma paritária, uma Comissão de Acompanhamento, conforme Portaria SEP/PR nº 165, de 05/09/2011, publicada no DOU de 06/09/2011. Entre os motivos que justificaram a decretação da Intervenção, destacou-se a situação econômico-financeira insuficiente à preservação da liquidez e solvência do PBP1. Não houve ações de fiscalização em 2015.

Em dezembro de 2015, a CODERN (Natal e Areia Branca) estava com 69 empregados participantes Ativos do PORTUS; 119 participantes Assistidos Aposentados; 01 participante Assistido em Auxílio Doença e 55 Pensionistas.

Esclarecemos que o valor referente aos pensionistas não estão sendo repassados atendendo o Acórdão nº. 169/2005 – TCU, que em seu item 9.1.2, determina que “a contribuição normal de patrocinador estatal para o plano de benefícios de previdência privada tem como limite a do participante, inclusive assistido...”. Desta forma, não contemplando Pensionistas.

Os valores repassados no exercício a título de contribuições dos Participantes Ativos foi de R\$ 397.400,30, e da Patrocinadora foi de R\$ 488.596,68 pelos Ativos e Assistidos Inativos.

No ano de 2015 não houve repasse de valores que não sejam contribuições.

No que diz respeito às informações do Porto de Maceió, em dezembro de 2015, constava 55 empregados participantes Ativos do PORTUS e 40 participantes Assistidos Inativos.

Os valores repassados no exercício a título de contribuições dos Participantes Ativos foi de R\$ 656.052,89, e da Patrocinadora foi de R\$ 553.444,05 pelos Ativos e Assistidos Inativos.

Não houve também repasse de valores que não sejam contribuições.



6.1.6. CONTRATAÇÃO DE PESSOAL DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

Para auxiliar no desempenho de suas atividades, a CODERN conta com 57 pessoas que compõe a mão de obra terceirizada não abrangida no Plano de Cargos e Salários, atuando exclusivamente na área meio da companhia. São prestadores de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva em área não operacional, prestados por empresas contratadas por meio de licitação. Estão dispostos em 05 contratos detalhados no Quadro XVII.

As informações dos contratos dos terceirizados no Porto de Maceió encontra-se no Anexo IX que consubstancia as informações sobre o item Gestão de Pessoas.

Quadro XVII - Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos da Codern/Natal/Areia Branca

CODERN/NATAL/AREIA BRANCA - INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS - 2015						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2013	Prestação dos serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares para os serviços continuados de limpeza, conservação e higienização, de recepção, de copeiragem e operação de máquina copiadora. (12 pessoas)	Labor prestação de serviços LTDA (13.312.604/0001-15)	02/01/2013	02/01/2017	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2013	Prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização, com mão de obra e todos os materiais e equipamentos necessários para atender o TERSAB, o edifício da GERTAB. A contratação também inclui o fornecimento dos serviços de cozinheiro e auxiliar de cozinha para o preparo das refeições dos funcionários lotados no TERSAB, observando que os equipamentos, utensílios, materiais e alimentos são fornecidos pela CODERN. (16 pessoas)	Labor Prestação de serviços LTDA (13.312.604/0001-15)	02/01/2013	02/01/2017	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado (P)

CODERN/NATAL/AREIA BRANCA - INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS – 2015

Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
2014	Contratação de empresa de segurança privada para prestação dos serviços de vigilância ostensiva armada no pátio da Assedorn e no terminal marítimo de passageiros (TMP – Porto de Natal), sendo 02 postos durante 24hs/dia = 08 vigilantes armados no pátio da Assedorn e 02 postos durante 24hs/dia = 08 vigilantes armados no terminal marítimo de passageiros (16 pessoas)	Supremax Segurança LTDA (16.505.678/0001-66)	14/10/2014	14/10/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2015	Prestação de serviço de motorista para transporte de pessoas. (01 pessoa)	Labor prestação de serviços LTDA (13.312.604/0001-15)	05/01/2015	05/01/2016	Nível Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
2015	Contratação de empresa para prestação de serviços terceirizados e continuados de vigilância armada (12 vigilantes) visando complementar a segurança das áreas não operacionais da Gerência do Terminal Salineiro de Areia Branca/RN (12 pessoas)	Interfort Segurança de Valores LTDA (04.008.185/0001-31)	07/10/2015	07/10/2016	Nível Fundamental	Ativo Normal (A)

Handwritten signatures and initials:

[Signature]

[Signature]

[Signature]

No tocante a estagiários, a CODERN/Natal/Areia Branca encerrou 2015 com um quadro de 27 estudantes, dos quais 89% são de nível superior e 11 % de nível médio, que em sua maioria atuam na área meio. A despesa anual realizada foi na ordem de R\$ 185,00 mil. O ingresso desses estudantes de curso de nível superior e profissionalizante para estágio na Companhia, atendendo a lei nº 11.788/2008, é disciplinado em norma interna específica, devidamente aprovada pela diretoria-executiva, cujo limite de estagiários não pode exceder à 20% do Quadro de Pessoal efetivo da CODERN/Natal/Areia Branca. Apresentamos no Quadro XVIII a evolução do quantitativo e das despesas com estagiários. O Anexo IX que informa a Gestão de Pessoas do Porto de Maceió consta as informações dos estagiários desse porto.

Quadro XVIII - Estagiários da Codern/Natal/Areia Branca

ANO	QUANTITATIVO	DESPESA (R\$)
2013	34	223.710,00
2014	26	200.144,00
2015	27	185.706,00

ANÁLISE CRÍTICA

As grandes transformações que caracterizam o cenário externo globalizado, e os seus impactos no sistema portuário nacional, bem como as novas diretrizes da Secretaria de Portos, vinculando o desenvolvimento organizacional ao planejamento estratégico da empresa, impõem à CODERN grandes desafios ao seu crescimento.

A CODERN/Natal/Areia Branca vem passando por dificuldades para atender suas demandas de gestão por meio de seu quadro de pessoal. Apresenta atualmente uma Tabela Salarial aquém do nível das demais companhias docas e do mercado de trabalho, fazendo com que vá perdendo gradativamente seus colaboradores admitidos nos últimos anos, que foram atraídos por melhores salários de outros órgãos ou da iniciativa privada.

O PCCS vigente foi implantado no início de 2002 e, considerando que as atualizações salariais, desde tal data, foram bem abaixo das atualizações do Salário Mínimo, o valor inicial da Tabela Salarial é sempre inferior ao salário mínimo vigente que exige da CODERN complementar salário-base para obedecer a Constituição Federal. Esse fato ocasiona muitos problemas. Quebra de equidade salarial é um deles, porque um empregado de Nível Fundamental que é admitido atualmente na companhia vai receber igual a um empregado do mesmo nível que tem 42 anos de casa. Também quebra a equidade em relação ao nível de escolaridade dos empregados, pois o valor do início da tabela de Nível Médio é muito próximo do salário mínimo vigente, que é o salário do Nível Fundamental. Causa ainda a ausência de ganho real com as promoções, pois a cada promoção alcançada pelo empregado, o valor da rubrica complementar diminui, não refletindo assim em aumento real de salário.

No final do ano de 2013, a CODERN realizou novo concurso público com o objetivo de repor as vagas existentes, já que aproximadamente 70% (setenta por cento) dos aprovados do concurso realizado em 2005 deixou a Companhia devido ao baixo nível salarial. E já no número de inscritos, ficou mais uma vez evidenciado o desinteresse salarial, posto que apenas 2.663 candidatos se inscreveram, quando para o concurso de 2005 foram 11.515 inscritos. O baixo número de inscritos, além de trazer prejuízos com relação ao custo do concurso, também ocasionou grande





frustração em relação a diversos cargos, pois em dois não se obteve nenhum candidato aprovado, e em três, o número de candidatos aprovados foi menor que o número de vagas existentes.

Atualmente a Companhia enfrenta um alto grau de desestímulo e falta de motivação do seu quadro funcional. Isso tudo ficou bastante evidenciado no resultado da pesquisa de clima organizacional que foi aplicada no final do ano de 2015.

Até dezembro de 2015, realizaram-se 13 admissões dos concursados, e 15 demissões, das quais 10 foram por motivo de desligamento de empregados já aposentados e 05 por desligamentos de empregados que passaram em outros concursos atraídos por melhores salários.

Diante de tais situações e, considerando que das 86 pessoas convocadas desde o último concurso, 26% (vinte e seis por cento) não tiveram interesse em assumir, ou já saíram da CODERN para assumir outro emprego, a diretoria teme que sem a implantação imediata do novo PCCS, fique inviável a captação e, principalmente, a manutenção de seus colaboradores e impossível o atendimento a correção de senões apontados pela auditoria e a implementação de metas.

Vale ressaltar que esse desequilíbrio profissional em relação às demandas, aumenta consideravelmente o serviço extraordinário (horas extras) prestado pelos empregados da CODERN, bem como a necessidade da contratação de estagiários e de serviços de terceiros mesmo que de apoio.

Ante este contexto, torna-se imprescindível para o bom andamento da Companhia a implantação imediata do referido Plano, pois propiciará reduções significativas destes custos, a redução do *Turnover*, o incentivo ao desenvolvimento profissional e aperfeiçoamento contínuo, o aumento do comprometimento e entrega de todos da empresa, por meio de salários adequados, de promoções e ascensões funcionais diferenciadas. A CODERN precisa ter uma política salarial de forma mais justa para proporcionar equilíbrio nas remunerações, tanto no âmbito interno, quanto em relação ao mercado de trabalho, fazendo a empresa ser atrativa quando da abertura de concurso público, gerando estímulo e satisfação aos talentos internos, incentivando-os ao desenvolvimento profissional e aperfeiçoamento contínuo.

A força de trabalho de carreira do Quadro de Pessoal da CODERN/Natal/Areia Branca de 234 empregados, registrou, em dezembro de 2015, 32% pessoas acima de 50 anos de idade, significando um contingente que apresenta um capital intelectual experiente e ao mesmo tempo se configura num quadro que caminha nos próximos anos para aposentadoria. Mais um motivo para a CODERN, por meio de uma política salarial satisfatória, reter o quadro dos novos contratados. Já no tocante ao grau de escolaridade, 40,6% tem 2º Grau ou Técnico; 33,3% Superior Completo; apenas 2,1% com Pós-Graduação e 24% distribuídos entre 1º Grau Completo, Incompleto e alfabetizados sem cursos regulares. No novo PCCS, que a CODERN aguarda aprovação do DEST/MP, está previsto estímulo à realização de pós-graduação vinculada às atividades da Companhia visando galgar melhores salários e principalmente elevar o nível funcional e os resultados da CODERN.

Conforme já informado neste tópico, a CODERN/Natal/Areia Branca encerrou 2015 com um quadro de 27 estagiários, dos quais 89% são de nível superior e 11 % de nível médio, que em sua maioria atuam dando apoio à área meio da Companhia.

Com relação aos contratos com prestação de mão de obra terceirizada, a CODERN/Natal/Areia Branca possui 05 contratos de prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização, cozinheiro, motorista e vigilância ostensiva, totalizando 57 (cinquenta e sete) trabalhadores. Destaca-se que se trata de uma força de trabalho complementar cujas funções não estão previstas no plano de carreira dos empregados da CODERN.



No que diz respeito ao controle sobre acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito da CODERN/Natal/Areia Branca, além do cadastramento no SISAC dos atos de pessoal sujeitos a registro e comunicação ao TCU, o controle interno adotado pela CODERN é a exigência do preenchimento de uma declaração, assinada no ato da admissão, informando que em face do disposto no artigo 37, incisos VXI e XVII da Constituição Federal, o empregado não exerce nenhum cargo, emprego ou função na Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, ou sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público. Atualmente não existe nenhum empregado que acumula cargos indevidamente. O único empregado em que foi detectada a acumulação de cargos em 2014, estava afastado em licença pelo INSS e ao retornar em fevereiro de 2015 fez a opção de continuar na CODERN, ocupando o cargo de Inspetor da Guarda Portuária.

Em 2015 não foi aberto nenhum processo administrativo disciplinar pois não se encontrou a situação de acumulação irregular de cargo.



6.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

6.2.1. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO

A CODERN faz a gestão de um patrimônio imobiliário pertencente à União que serve para o funcionamento de suas atividades. Estão sob a responsabilidade da CODERN 04 (quatro) imóveis da União, localizados no Município de Natal/RN. Dois deles consistem na área onde funciona as instalações do Porto de Natal e do Terminal Marítimo de Passageiros-TMP, este recém concluído. Outro se configura terreno com pequena área construída localizado fora da área do porto organizado, que é usado para armazenagem de cargas. E outro imóvel, também fora da área do porto organizado, sob a responsabilidade da CODERN por meio de contrato de cessão provisória assinado em 2011, refere-se a armazéns antigos provenientes do patrimônio da extinta Rede Ferroviária Federal-RFFSA, que se destina também à armazenagem de produtos. Os imóveis estão devidamente registrados no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet, a exceção do imóvel que se encontra o TMP, cujo processo se concretizará em 2016.

O regime de utilização dos imóveis formalizados com a União é de Cessão (Administração Federal Indireta) e eles estão em bom estado de conservação, a exceção do armazém da antiga RFFSA- RIP 176100521500.7

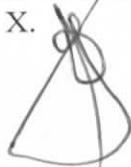
As informações detalhadas sobre esses imóveis estão apresentadas no Quadro XIX.

No âmbito interno, a CODERN mantém o controle e a gestão desses imóveis por meio de Sistema de Patrimônio que faz a integração das despesas com manutenção e de depreciação com a contabilidade. Ressalta-se que está sendo desenvolvido novo Sistema Integrado de Gestão do Ativo Imobilizado com tecnologia mais avançada e que permitirá um gerenciamento mais eficaz pela Gerência Administrativa da Companhia.

No imóvel RIP 176100220500.0-Instalação Portuária foi feita cessão de uso onerosa de uma área de 1.475,84m², por meio de licitação, destinado à complementação das instalações de moagem de trigo. O Quadro XX apresenta de forma detalhada as informações sobre esta área, ressaltando que o arrendamento da área em questão beneficia a CODERN ao gerar uma receita patrimonial, e principalmente possibilitar a atração de navios para o desembarque de trigo pelo Porto de Natal, influenciando significativamente de forma positiva na operacionalidade do porto e no incremento dos negócios da companhia. Em 2015, foram também licitadas 02 salas do prédio da operação do Porto de Natal e áreas diversas localizadas no pátio do porto destinadas a empresas usuárias para execução de atividades de apoio operacional, formalizadas por meio de contratos de cessão de uso onerosa.

Além dessas áreas, a CODERN mantém 05 contratos disponibilizando áreas, por meio de cessão de uso não onerosa, para as instituições intervenientes na operação portuária – Receita Federal, Polícia Federal, VIGIAGRO, ANVISA e OGMO - para desempenho das funções dentro do Porto de Natal.

As informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário da União sob a responsabilidade do Porto de Maceió encontram-se no ANEXO X.



Quadro XIX – Imóveis de Propriedade da União sob a Responsabilidade da Codern/Natal/Areia Branca

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
CODERN	176100220500.0	3	3	00	15/03/10	22.174.764,00		304.835,11
CODERN	176100452500.2	3	3	00	13/12/07	1.142.918,00	-	-
CODERN	176100521500.7	3	6	00	18/04/01	50.248,00	-	-
CODERN	N *	3	3	95.804.175,61	08/15	-	-	-
Total								304.835,11
Fonte: GEADMI/PATRIMÔNIO								
Legenda: Regime: 3-Cessão-Administração Federal Indireta; Estado de Conservação: 3-Bom; 6-Ruim								

Quadro XX – Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União sob a Responsabilidade da Codern/Natal/Areia Branca.

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	176100220500.0-Terreno acrescido de marinha das instalações no Porto de Natal
	Endereço	Av. Hildebrando de Góis nº220 – Ribeira –Natal/RN
Identificação do Cessionário	CNPJ	07.206.816/0026-73
	Nome ou Razão Social	M. Dias Branco S/A Comércio e Indústria – Filial Grande Moinho Potiguar
	Atividade ou Ramo de Atuação	Moagem de Trigo
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação nº 021/1998 e 013/2000
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Destinado a construção de instalação necessária para armazenamento e movimentação de mercadorias.
	Prazo da Cessão	Arrendamento de área de 1.475,84m2, pelo prazo de 25 (vinte e cinco anos)
	Caracterização do espaço cedido	Foi construído um armazém, com sala para escritório, refeitório, alojamento, banheiros e espaço para armazenamento de mercadorias.
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Valor recebido referente aos contratos nºs 011/98 e 003/2001, no ano de 2015, R\$ 295.608,07(duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e oito reais e sete centavos)
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Receita patrimonial
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Pagamentos diversos
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Todos gastos da arrendatária
Fonte: GEADMI/PATRIMÔNIO		

6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Ao definir como um dos objetivos previstos no Planejamento Estratégico de implantar sistemas de TI integrados e eficientes, a CODERN/Natal/Areia Branca aprovou em 2014 o Plano Estratégico de TI (PETI), bem como o Plano Diretor de TI (PDTI) concebidos para o período de 03 (três) anos - 2014 a 2016.

Podemos destacar quatro grandes ações previstas nesses instrumentos de planejamento da TI:

- A implantação de um Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária (SIGAP). O SIGAP é um aplicativo que tem o objetivo de automatizar os processos administrativos e portuários da CODERN em plataforma WEB. Nele foram previstos 7 módulos;
- O Portal de Serviços da Companhia (serviços.codern.com.br), é um aplicativo WEB para automatizar processos administrativos internos da CODERN em plataforma WEB. Nele há 13 módulos;
- Implantação de novos sistemas/módulos de Folha de Pagamento, Contábil, Tributário e Patrimônio da Empresa Domínio. Este software da Domínio Sistema é em plataforma desktop que foi locado para atender as novas demandas da Gerência Administrativa (GEADMI) e a Gerência de Recursos Financeiros (GERFIN). Este sistema é composto por 10 Módulos.
- Aquisição e implantação de um novo Data Center para atender toda a Companhia no âmbito do Estado do RN. Este projeto tem como principal objetivo a aquisição de Softwares, Servidores, Storages, Firewall, UPS e Ativos de Rede para atender a Política de Segurança da Informação que foi aprovada em 2015.

São ações que se coadunam com as necessidades estratégicas da Companhia e essenciais à integração das áreas administrativas e operacionais, que têm demandado de forma persistente práticas que gerem melhorias nos controles internos, confiabilidade e rapidez nas informações seja para o público interno seja para o externo.

As verbas orçamentárias escassas e as restrições financeiras da CODERN em 2015 comprometeram a implantação do parque de Data Center, bem como de outros projetos previstos no PDTI/PETI.

Para acompanhar o cumprimento do propósito e da política de TI de forma a subsidiar as decisões da CODERN, foi instituído Comitê de Tecnologia da Informação - CTI, com atribuições básicas de deliberar sobre as estratégias, planos e políticas de TI; priorizar

Os programas de investimentos na área; subsidiar a tomada de decisão em relação aos recursos orçamentários e acompanhar e avaliar a gestão de TI no âmbito da CODERN/Natal/Areia Branca. O Comitê se reuniu trimestralmente ao longo do ano de 2015 e deliberou sobre a Política de Segurança da Informação; a Política de Nivelamento, Atualização e Renovação da Infraestrutura de TI e a Política de Governança da TI.

Em 2015, a área de TI gerenciou 53 (cinquenta e três) softwares/módulos, sendo estes nas condições de ativos; descontinuados; em manutenção; em homologação e/ou em implantação, abrangendo todas as áreas da Companhia.

Destacamos os mais essenciais para o negócio da empresa, tais como:

- Sistema de Monitoramento de Câmeras (DIGIFORT);
- Sistema TopData de Controle de Acesso de Pessoas e Veículos;
- Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária (SIGAP);
- Sistema de Faturamento.

A força de trabalho de TI conta com 05 (cinco) colaboradores de carreira e um estagiário, que atua em Natal e, em função do quantitativo insuficiente, dá apoio precário às necessidades de TI do Terminal Salineiro de Areia Branca, dada as demandas internas da Companhia.

Por meio de Plano de Ação monitora o PDTI e com o apoio do Comitê gerencia os serviços de TI realizados, dando ciência dos acontecimentos e das dificuldades enfrentadas nas reuniões gerenciais que ocorrem mensalmente.

Um dos projetos relevantes de TI desenvolvido no período de 2015 e que demandou muitas ações, reuniões e monitoramento intensivo, foi a continuidade da implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária-SIGAP.

Desde 2014, a CODERN/Natal/Areia Branca vem trabalhando com empresa terceirizada - Contrato nº 009/2014 -, cujos módulos previstos são: Gestão de Materiais e Serviços; Gestão de Licitações; Gestão de Compras; Gestão de Contratos; Gestão de Processos Eletrônicos; Gestão de Operações Portuárias.

Encontra-se em fase de homologação os módulos sobre licitações e operações portuárias, estando os demais em atividade, porém sofrendo ajustes pontuais. Os resultados esperados ainda não estão da forma desejada em virtude dos obstáculos vivenciados ao longo do processo de implementação desse sistema, tais como: mudanças no fluxo da informação após sistema em andamento gerando retrabalho; algumas resistências funcionais ao uso do sistema; demora no tempo de resposta da contratada às correções necessárias; entre outras no dia a dia de toda e qualquer implantação de sistema requer.

Todavia, tem-se verificado resultados positivos refletindo nos controles internos principalmente nas aquisições de materiais e serviços, assunto esse tão enfatizados em relatórios de auditorias. Espera-se que com a maturidade funcional e os acertos necessários e principalmente com o módulo “Operações Portuárias” possamos em 2016 atingir melhores resultados.

Em paralelo, a TI vem trabalhando também com os sistemas “contabilidade e folha de pagamento, também por meio de empresa terceirizada. São sistemas extremamente necessários, sobretudo, pela necessidade de implantação do novo Plano de Contas Padrão e do Sistema de Apuração de Custos ABC, ambos exigidos pela SEP//PR, que devem ser finalizados a implantação em 2017.

A CODERN com seu quadro restrito e sem condições de no momento ampliá-lo ainda vai continuar dependente de empresas terceirizadas, embora esteja estudando maneira de minimizá-la a partir da aquisição e implantação do seu parque dos Data Centers, e, sobretudo, a elevação da capacitação de sua força de trabalho, mas tudo isso demanda ações e recursos orçamentários e financeiros disponíveis.

Mesmo assim, a CODERN não medirá esforços para continuar evoluindo sua TI tão fundamental para integração das áreas com reflexos nos controles internos tão necessário à consecução dos seus objetivos.

As informações sobre a gestão em tecnologia da informação do Porto de Maceió encontram-se no ANEXO XI.



6.4. GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

A CODERN prima por uma política que dispõe de uma gestão com governança organizacional integrada aos seus colaboradores e à sociedade, firmada nos pilares do respeito social, econômico e com práticas ambientalmente sustentáveis.

Em 2015, a Companhia realizou ações que pudessem assegurar a continuidade das condições de sustentabilidade ambiental no âmbito de sua atuação, especialmente na aquisição de bens e serviços.

Desde 2014, a CODERN/Natal/Areia Branca enseja integrar o Programa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P). Para aderir tal programa, exige-se estudos de uma série histórica (banco de dados) consolidada a partir da implantação de projetos de redução no consumo de energia e água. Isso ainda não aconteceu por demandar a contratação de empresa terceirizada, impossibilitada pela situação de contingência orçamentária fortemente vivenciada neste ano e que requereu a racionalização dos recursos. Entretanto, a Companhia não poupou esforços em adoção de boas práticas sustentáveis que compõem os eixos temáticos, a saber:

a) Uso racional dos recursos naturais e bens públicos, bem como a redução do desperdício:

A CODERN já adota procedimentos internos, a exemplo da Instrução de Serviço N° 005/2011 que versa sobre “disciplinar o uso de bens e serviços, a fim de garantir a saúde ocupacional e sanidade ambiental na CODERN”, com sanções e multas pelo descumprimento aplicáveis a toda comunidade portuária.

Ações de uso racional dos bens como a água, energia e da segurança dos colaboradores, bem como a manutenção das condições higiênico-sanitárias satisfatórias ao ambiente e a conservação do patrimônio, estendida às empresas arrendatárias, operadoras e prestadoras de serviços, tais como:

MATERIAL	AÇÃO	IMPACTO (%)
Papel A4	Implantação do Sistema Integrado de Gestão da Administração Portuária– SIGAP/CODERN. O Sistema possui base web, permitindo integrar os Terminais Portuários de Natal e Areia Branca proporcionando uma redução de significativa de uso de papel nos processos internos.	Redução de aproximadamente. 30% de uso.
Copo descartável	Campanha: ADOTE UM COPO Universo de 220 usuários	Redução de 45% do uso.
Água	Aplicação de torneiras com temporizador e fechamento automático	Em análise
	Aquisição de Equipamentos Móveis com Hidrômetros para um controle mais eficiente do consumo de água em operações.	Em análise
Combustível	Programação de viagens para vistorias técnicas, fiscalização setorial conjuntas, para otimização de custos.	Em implantação

b) Gerenciamento de Resíduos Sólidos PNRS Lei nº 12.305/2010 e Decreto Nº 7.404/2010:

A CODERN aderiu ao Programa de Gestão dos Resíduos Portuários – RESPORTOS em 2011, que teve a conclusão da primeira fase executado por meio do Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Portos/Presidência da República SEP/PR e a Universidade Federal do

Rio de Janeiro - UFRJ/IVIG/COPPE, resultando em dois projetos prioritários iniciados em 2012 e com conclusão em 2016.

b.1) Implantação do Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos

Com a execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS, tendo como metodologia o Manual de Boas Práticas Portuárias para o monitoramento dos resíduos, o Porto de Natal obteve como produto final a elaboração do Projeto Básico da Área de Transbordo Temporário – ATT que se encontra em adequação pela Equipe da UFRJ/IVIG/COOPE com vistas a licitação.

b.2) Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Dada as dificuldades em identificar a malha de esgotamento sanitário dos portos brasileiros, em função do tempo de fundação, várias Docas priorizaram o projeto como sendo o de concepção mais sustentável, uma vez que nos proporciona confeccionarmos um traçado para comunicação com a rede coletora de esgoto do município, de forma a condicionar um tratamento e saneamento adequados dos efluentes. Projeto validado e trâmite processual em andamento com vistas a licitação.

b.3) Monitoramento da Retirada de Resíduos de Embarcação

Em cumprimento a Resolução ANTAQ nº 2.190/2011 a CODERN realizou o credenciamento das empresas para retirada dos resíduos (lixo orgânico, recicláveis, e água oleosa) das embarcações que atracaram em 2015, com comprovação do Manifesto e o Certificado de Destinação Final.

Como procedimento ao credenciamento, as Empresas apresentaram junto a CODERN toda documentação atualizada conforme a Portaria anteriormente citada, para operarem com retirada de resíduos das embarcações no Terminal Portuário de Natal/RN.

Quanto ao Terminal Salineiro de Areia Branca, sob orientação da ANVISA/Posto Portuário e o órgão licenciador IBAMA, as condições ambientais offshore em que se encontra inserido, bem como, o tipo de produto que opera ser o Sal, não é permitida a retirada de resíduos de embarcações.

No que diz respeito ao cumprimento da legislação vigente – Decreto nº 5.940/2006 – dispoendo sobre separação dos resíduos recicláveis descartados e respectiva destinação a associações e cooperativas de catadores, a CODERN mantém desde 2010 por meio de parceria institucional - Termo de Compromisso firmado com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Norte - COOCAMAR para a realização da Coleta Seletiva Solidária – CCS com vistas a separação e reciclagem de papel, papelão e descartáveis, no Terminal Portuário de Natal.

Apontamos, todavia, dificuldade em manter a parceria, haja vista o deslocamento da cooperativa para o Aterro Sanitário de Ceará-Mirim/RN, e a logística do transbordo estar comprometida em função da dificuldade dos cooperados virem coletar os resíduos.

No Terminal Portuário de Areia Branca também encontramos dificuldades em aplicar a Coleta Seletiva Solidária – CSS considerando que o município ainda não dispõe de aterro sanitário e uma política de gestão de resíduos.

No tocante às contratações realizadas a luz da observância ao Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente, a CODERN, ao implantar o Sistema Integrado de Gestão Administrativa Portuária – SIGAP, Módulo Compras, instituiu no fluxo processual para as aquisições e compras de bens, contratações de serviços, sejam por processos licitatórios ou de aquisição direta, vincular a autorização do trâmite processual a emissão de Pareceres Técnicos Sustentáveis - PTS, norteando os

Termos de Referências e os instrumentos convocatórios – Editais e/ou Contratos, configurando conformidade aos permissíveis legais com critérios de sustentabilidade, ficando estabelecido:

As licitações para contratação e execução de obras e/ou serviços de engenharia devem constar no instrumento convocatório, como peças técnicas e no projeto básico, as licitantes apresentarem o Programa de Responsabilidade Social, Planos de Gestão da Qualidade, Plano de Segurança e Saúde Ocupacional, sem faltar o Plano de Gestão Ambiental Integrada, quando o caso requer, considerando o não comprometimento da competitividade do certame;

Para as aquisições de bens e contratação de serviços em geral foi aprovado o Manual de Compras Sustentáveis, que está vinculada a consulta ao Catálogo de Materiais – Sustentáveis do site www.comprasnet.gov.br – em conformidade com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP.

Sobre o Plano de Gestão Logística Sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012, a Companhia não possui Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12/11/12. No entanto, possui um Grupo de Trabalho designado pela Portaria DP Nº 040/2010 para acompanhamento e elaboração do Plano de Gestão Integrada em cumprimento a Portaria SEP/PR nº 104/2009; que poderá ser adaptada conforme o § 1º do art. 6º, para atendimento ao referido Plano, uma vez que já contempla ações correlatas.

Quando da adequação e formalização da Comissão Gestora do PLS, serão devidamente elaborados os Planos de Ação nos moldes do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, que hoje a CODERN já dispõe de forma setorial, planos elaborados em cumprimento ao Planejamento Estratégico e em consonância aos Indicadores e Metas Estipuladas pela SEP/PR, com acompanhamento semanal.

Logo que elaborado o PLS será dada a devida publicidade no site www.codern.com.br - Sustentabilidade Ambiental, assim como dos resultados alcançados.

Em suma, considerando as ações aqui demonstradas, podemos avaliar que a CODERN durante o exercício 2015 no âmbito da Gestão Ambiental e Sustentabilidade cumpriu satisfatoriamente as metas estipuladas pela Secretaria de Portos da Presidência da República – SEP/PR, e em algumas ações realizando até mais que o previsto, apesar das limitações orçamentárias e, principalmente, financeiras. Vale a ressalva para as ações que não foram concluídas por depender das demandas de outros órgãos ou instituições externas à CODERN.

As informações sobre a gestão ambiental do Porto de Maceió encontram-se no ANEXO XII.



7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1. TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Quadro XXI – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
18843/2013-1	312/2015	9.1	Ofício 0098/2015-TCU/SECEX-RN	05/03/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
COMPANHIA DOCAS DO RN				
Descrição da determinação/recomendação				
Fixar o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, para que a Companhia Docas do Rio Grande do Norte – Codern adote as medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis a fim de cumprir integralmente a determinação contida no subitem 9.1 do Acórdão 2.931/2013-TCU-Plenário, no sentido de buscar junta à empresa executora do Contrato 7/2001, referente à construção do Cais de Contêineres do Porto de Maceió, a correção do piso de concreto intertravado do cais de uso múltiplo, que causa deficiência do sistema de drenagem, e a correção, em acréscimo, do problema de vazamento no aterro sob a plataforma do Cais para Contêineres, através da cortina de estacas pranchas, situada entre os cabeços 2 e 3, módulo I; apresentando a este Tribunal, ao término do prazo acima mencionado, cópia da documentação comprobatória das medidas implementadas.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A CODERN atendeu a determinação do referido Acórdão e notificou a empresa executora do contrato, conforme Ata de Reunião datada de 19/03/2015, que apresentou Carta datada de 09/03/2015, isentando-se de qualquer responsabilidade, e aferindo a culpabilidade à outra empresa atualmente ocupante da área ao lado do cais do porto de Maceió. A CODERN, com base no Parecer Técnico Nº 01/2015, de 16/04/2015, dos engenheiros do Porto de Maceió discordante do argumento da empresa executora, ingressou com a AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PERDAS E DANOS C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA, distribuída para Vara Cível da Comarca de Natal/RN. Processo nº (081723877.2015.8.20.5001). Em 04/05/2015, A CODERN informou ao TCU/SECEX-RN, por meio da Carta DP nº 141/2015, de 04/05/2015, a providência acima adotada. Em 21/05/2015, a Justiça deferiu o Pedido de Antecipação dos Efeitos da Tutela à CODERN e determinou que a ré (empresa executora) procedesse à recuperação total da pavimentação de toda área do cais do referido porto, no prazo de 120 dias. A situação 31/12/2015 é que esse assunto encontra-se tramitando judicialmente em razão de Recursos impetrados pela empresa executora do contrato.				
Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
027.641/2014-7	4531/2015-Segunda Câmara	1.8	Ofício 0620/2015-TCU/SECEX-RN	12/08/2015
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
COMPANHIA DOCAS DO RN				
Descrição da determinação/recomendação				
1.8.1 – Realize planejamento de compras e serviços, a fim de que possam ser efetuadas aquisições de produtos e contratações de serviços de mesma natureza de uma só vez, pela modalidade de licitação compatível com a estimativa da totalidade do valor a ser contratado/adquirido, abstendo-se de utilizar, como o ocorrido no exercício de 2013 (item 4 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 18/2014-Ciset-PR), o art. 24, inciso II, da Lei 8.666/1993 para justificar a dispensa de licitação, por caracterizar fracionamento de despesa;				
1.8.2 – Intensifique seus esforços de melhoria dos controles internos concernentes aos aspectos mais prementes reportados no Relatório de Auditoria Anual de Contas 18/2014, da Ciset-PR, a saber:				

- 1.8.2.1 – Promover levantamento dos conhecimentos, das competências e das habilidades necessárias para o alcance dos objetivos estratégicos;
- 1.8.2.2 – Realizar análise sobre os impactos negativos ou positivos de eventos internos e externos que possam afetar o alcance de seus objetivos estratégicos;
- 1.8.2.3 – Fomentar ações no sentido de implementar metodologia/política para a gestão de risco; e
- 1.8.2.4 – Divulgar a sociedade seus objetivos estratégicos.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O **item 1.8.1** (Planejamento de compras e serviços) - foi constituído grupo de trabalho para realizar o levantamento das compras continuadas e com base nessas informações a CODERN vem realizando Atas de Registro de Preços. Ao mesmo tempo, a CODERN está implantando o SIGAP – Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Portuária, cujo Módulo de Compras Diretas já está em operação, porém passando ainda por pequenos ajustes, bem como o Módulo Licitações está em andamento para efetivação em 2016. São medidas que visam a melhoria dos controles internos, passando principalmente pelo planejamento das aquisições fundamental às necessidades da Companhia, mas que ainda demanda tempo para alcance dos resultados satisfatórios desejados.

Os **itens 1.8.2.1, 1.8.2.2 e 1.8.2.4** (melhoria dos controles internos) – a CODERN, em continuidade às ações previstas no processo do seu Planejamento Estratégico, vislumbrou em 2015 contratar empresa de consultoria para revisar e/ou finalizar os demais desdobramentos do Planejamento, face às dificuldades internamente encontradas pelo seu quadro funcional. Nesse trabalho, estarão inclusas as ações contemplando os assuntos abordadas nos itens em apreço. Tal contratação foi postergada para 2016 em virtude da falta de liberação de recursos orçamentários e da impossibilidade de arcar com recursos próprios. Entretanto, medidas de acompanhamento dos Planos Estratégicos e Indicadores foram ao longo do ano conduzidas pela diretoria e corpo gerencial por meio de reuniões mensais, dentro das disponibilidades e das limitações enfrentadas.

O **item 1.8.2.3** (gestão de riscos) – A CODERN instituiu Comitê de Gestão de Riscos Institucionais que vem atuando com base na metodologia conceitual da COSO – (*Committee of Sponsoring Organization of The Treadway Commission*). Está em andamento pelo Comitê análises dos levantamentos de riscos realizados pelas áreas da Companhia.

7.2. TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

A diretoria da codern trata as recomendações da Ciset/PR determinando às áreas envolvidas a solução das providências solicitadas pela auditoria por meio da elaboração do Plano de Providências Permanente-PPP fixando prazos para o cumprimento. Mantém, contudo, o devido acompanhamento mensal por meio de reuniões gerenciais e, posteriormente, alimenta o sistema de monitoramento da própria Ciset/PR, utilizamos o SEMAC - Sistema de Execução e Monitoramento das Ações de Controle. Todavia, algumas recomendações não são passíveis de correção de forma imediata, demandando o transcorrer ou até mesmo o encerramento do exercício para o atendimento da providência (solução dos pontos para melhoria da gestão).

A CODERN recebeu por meio da Auditoria Anual de Contas sobre o exercício de 2013, 35 (trinta e cinco) constatações, subdivididas em 39 (trinta e nove) recomendações e 59 (cinquenta e nove) providências, das quais 3 (três) foram acatadas e estão concluídas; as demais estão abertas, em diversas situações – 2 (duas) em elaboração, 2 (duas) não acatadas, 3 (três) acatadas a verificar, 10 (dez) devolvidas a pedido e 39 (trinta e nove) em fase de implementação.

Quanto à Auditoria Anual de Contas referente ao exercício de 2014, foram apresentadas 15 (quinze) constatações, subdivididas em 35 (trinta e cinco) recomendações, todas ainda em fase de atendimento.

O corpo diretivo em conjunto com os gestores da companhia vêm envidando esforços para solucionar as pendências dada a importância para organização e estruturação dos controles internos e a consequente elevação o nível de gestão da CODERN, mesmo diante das dificuldades em algumas situações encontradas, seja no aspecto de limitações financeira, de modernização do parque tecnológico e de desenvolvimento e capacitação de pessoal

7.3. MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA A APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Em decorrência das apurações dos ilícitos administrativos ocorridos em 2015, por meio de sindicâncias internas de natureza investigativas e punitivas, não restou configurado nenhum dano ao Erário, no tocante à CODERN, inclusive no Porto de Maceió.

7.4. DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

O cronograma de desembolsos ou pagamentos da CODERN é elaborado pela Gerência de Recursos Financeiros (GERFIN), em conjunto com a Coordenação de Tesouraria (COORTE), sempre com a anuência da Diretoria Executiva.

Todos os lançamentos dos títulos a pagar são realizados pela COORTE, em um sistema financeiro próprio, denominado Gerenciador Financeiro – GERFIN, onde alguns dados obrigatórios precisam ser informados, como por exemplo, a data de vencimento dos títulos, ou seja, a data de suas exigibilidades.

É com base nestes dados lançados, em conjunto com a realização de caixa da empresa, que a programação de desembolso é realizada, quase sempre respeitando a cronologia dos seus respectivos vencimentos.

Embora a CODERN esteja caminhando para o seu equilíbrio financeiro, ou seja, as receitas da Companhia se igualando as suas Despesas, este momento ainda não chegou, o que nos obriga, muitas vezes, a quebrar esta cronologia, nos obrigando a definir prioridades e, consequentemente, efetuar primeiro algum pagamento de título com data de vencimento inferior a outro.

Isso ocorre porque existem uma série de despesas que, muitas vezes, precisam ser priorizadas em detrimento de outras, sob pena de uma possível descontinuação do serviço público, visto que o serviço prestado pela CODERN é caracterizado como tal. Nesse contexto, podemos citar as despesas com as concessionárias de energia elétrica, com os fornecedores de gêneros alimentícios para o Terminal Salineiro de Areia Branca, com os contratos de prestação de serviço continuado, principalmente os que têm trabalhadores que precisam receber os seus salários dentro dos prazos legais, entre outros.

Dessa forma, a CODERN mantém um cronograma de pagamentos dentro de suas particularidades em conformidade com o previsto na legislação 8.666/1993. Todavia, frisamos que se não priorizássemos despesas que, embora se configurem como discricionárias, mas que, dada a sua importância para a continuação do serviço público poderiam perfeitamente se enquadrar como uma Despesa Obrigatória, estaríamos infringindo o compromisso de descontinuidade do Setor Portuário dos estados do Rio Grande do Norte e de Alagoas, prejudicando, inclusive, toda cadeia produtiva, chegando as suas consequências até o consumidor final e, até mesmo, ao próprio país. E isso estaria indo de encontro à missão institucional da CODERN.

7.5. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PATROCÍNIO

A CODERN no exercício de 2015 não realizou ações de patrocínio.



7.6. INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Após a recomendação tratada nos Acórdãos TCU nº. 2.859/2013 e 1.214/2014, no qual estabeleceu, resumidamente, a necessidade de revisão dos contratos de prestação de serviços firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento, propiciada pela Lei nº. 12.546/2011 e Decreto nº. 7.828/2012, mediante alteração na planilha de custos e obtenção do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão de dano), a CODERN/Porto de Natal e Areia Branca), em razão de não possuir em seu quadro de pessoal profissionais especializados em consultoria tributária, resolveu por meio da Resolução nº. 142/2015, iniciar processo de contratação de serviço especializado para revisão dos contratos de prestação de serviços vigentes e encerrados, retroativos às datas de início da aplicação da Lei.

Finalizamos 2015 com o processo de contratação ainda em curso, só sendo possível apresentar os itens abaixo elencados, após a conclusão do certame, contratação da empresa e realização do objeto contratado:

- a) ***Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação;***
 - Como forma de atender a legislação e como já informado acima, a Companhia realizou algumas diligências junto as empresas prestadoras de serviço, no entanto, foi verificado que o trabalho demandava uma maior complexidade, sendo portando necessário a contratação de empresa especializada para realizar o trabalho objeto da Lei e dos Acórdão já mencionados.
- b) ***Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano), em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012;***
 - Pautado pelo trabalho de levantamento informado no Item “a”, a Companhia irá levantar a redução dos custos dessas empresas prestadora de serviços, para posterior requisição de ressarcimento.
- c) ***Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato”,***
 - A CODERN ainda irá levantar os valores dos contratos restantes, no entanto, já identificou todos os contratos vigentes à época da desoneração que podem se encontrar sujeitos a esta contribuição.

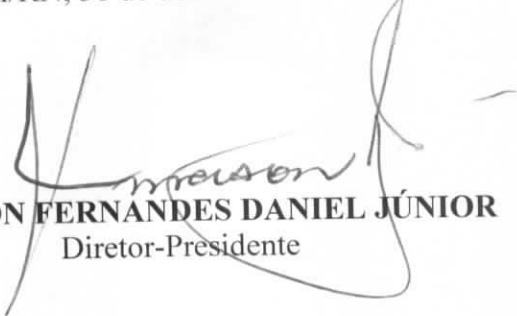
2015. A administração do Porto de Maceió informou que não houve alcance de empresas em



7.7. INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A CODERN no exercício de 2015 realizou ações de publicidade e propaganda pontuais, mais precisamente no tocante à Publicidade Legal (aviso de licitação, convocação de assembleia, publicação de demonstrações financeiras, etc.) Foi programado o valor de R\$ 347,00 mil para essas despesas, sendo realizado apenas R\$ 129,00 com a Publicidade Legal, não realizando à Mercadológica em virtude da escassez de recursos próprios para tal finalidade.

Natal/RN, 31 de dezembro de 2015.



EMERSON FERNANDES DANIEL JÚNIOR
Diretor-Presidente



EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA
Diretor Administrativo e Financeiro



HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico-Comercial

ANEXO I

Despesas por Modalidade de Licitação da CODERN/APMC

Modalidade de Contratação	Despesa liquidada		Despesa paga	
	2015	2014	2015	2014
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.786.171,76	5.023.112,91	1.786.171,76	5.023.112,91
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	1.786.171,76	5.023.112,91	1.786.171,76	5.023.112,91
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado Públicas de Contratações	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	167.225,55	217.971,11	167.225,55	217.971,11
h) Dispensa	167.225,55	197.571,11	167.225,55	197.571,11
i) Inexigibilidade	-	20.400,00	-	20.400,00
3. Regime de Execução Especial	-	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	-	-	-	-
k) Pagamento em Folha	-	-	-	-
l) Diárias	-	-	-	-
5. Outros	-	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	1.953.397,31	5.241.084,02	1.953.397,31	5.241.084,02
Fonte: APMC				



ANEXO II

QUADRO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS - CODERN

ÓRGÃOS COLEGIADOS	COMPOSIÇÃO	EXIGÊNCIAS	REPRESENTAÇÃO DOS MEMBROS	PAPEIS	FUNCIONAMENTO	PROCESSO DE ESCOLHA	PERFIL
DIRETORIA EXECUTIVA	03 membros: Diretor-Presidente e dois diretores.	Devem ser brasileiros, residentes e domiciliados no País. Exercício sob regime de dedicação exclusiva. Um dos membros, deve ser empregado do Quadro de Pessoal da CODERN.	-	Órgão executivo de administração e de representação, observado as diretrizes do CONSAD.	Reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.	Eleitos pelo Conselho de Administração.	
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	07 membros	Devem ser brasileiros, residentes e domiciliados no País. Devem ter notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo.	Representam as seguintes instituições: 02 membros, pelo Ministro Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; 01, pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão; 01, pelo Ministro de Estado dos Transportes; 01, pelos acionistas minoritários; 01, pela classe empresarial, indicado pelo Conselho de Autoridade Portuária; e 01, pela classe trabalhadora, indicado também pelo Conselho de Autoridade Portuária.	Deliberam sobre o planejamento estratégico da Companhia; sobre a estrutura organizacional; orçamentos anuais e plurianuais, de custeio e de investimentos; e fiscaliza a gestão da Diretoria-Executiva; entre outros.	Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.	São indicados de acordo com suas representações e eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Os representantes da Secretaria de Portos; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério dos Transportes devem ser previamente aprovados pela Presidência da República. O da classe trabalhadora deve ser empregado de entidade sob controle estatal.	Devem ter notórios conhecimentos e experiência, idoneidade moral, reputação ilibada e capacidade técnica compatível com o exercício do cargo.

Handwritten signature

Handwritten signature

QUADRO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS DIRIGENTES E COLEGIADOS - CODERN

ÓRGÃOS COLEGIADOS	COMPOSIÇÃO	EXIGÊNCIAS	REPRESENTAÇÃO DOS MEMBROS	PAPEIS	FUNCIONAMENTO	PROCESSO DE ESCOLHA	PERFIL
CONSELHO FISCAL	Até 5 membros efetivos e igual número de suplentes	Pessoas naturais, residentes no país, diplomados em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.	I. Um membro efetivo e seu suplente, indicados Pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República; II. Um membro efetivo e seu suplente, indicados pelo Ministro de Estado dos Transportes; III. Um membro e seu suplente, indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, como representante da Secretaria do Tesouro Nacional; IV. Um membro efetivo e seu suplente, representante dos acionistas minoritários, portadores de ações ordinárias; e V. um membro efetivo e seu suplente, representante dos acionistas minoritários, portadores de ações preferenciais, se houver.	Atuar na fiscalização da administração da CODERN.	Reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.	São indicados de acordo com suas representações e eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas. Os representantes da Secretaria de Portos; do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério dos Transportes devem ser previamente aprovados pela Presidência da República	Diplomados em curso de nível universitário ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador de empresa ou de conselheiro fiscal.

Handwritten signature/initials.

Handwritten signature/initials.

ANEXO III

Relacionamento com a Sociedade - APMC

I - Canais de acesso do cidadão:

A APMC disponibiliza os seguintes canais de acesso ao Cidadão:

- E-mails corporativos constantes do site portodemaceio.com.br;
- Pelo Telefone 82-2121-2500;
- Pessoalmente, no endereço: Rua Sá e Albuquerque S/N, Jaraguá, Maceió – Alagoas;
- No protocolo Geral da Administração do Porto, na Rua Sá e Albuquerque S/N Jaraguá, Maceió/AL;
- Por correspondência: Rua Sá e Albuquerque S/N, Jaraguá, Maceió, Alagoas CEP 57028-180

Com relação ao SIC – Serviço de Informação ao Cidadão, o acesso pode ser realizado por intermédio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão, **SIC@Portodemaceio.com.br**;

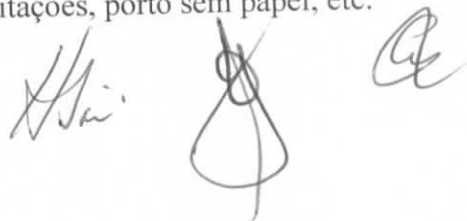
A Carta de Serviços ao Cidadão, instituída pela Decreto 6.932/2009, tem como objetivo informar aos usuários, clientes e a sociedade de modo geral dos serviços prestados pela Administração do Porto de Maceió, na qualidade de empresa pública, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de desempenho e qualidade no atendimento ao público. Portanto, todas as demandas inerentes ao Porto de Maceió, podem ser realizadas acessando o site do Porto de Maceió no e-mail: portodemaceio.com.br.

O Porto de Maceió também oferece um link para acesso ao “Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, que é um espaço de livre acesso para a solicitação de informações, dúvidas e consultas atinentes à atuação da Administração do Porto, em cumprimento a Lei de acesso a Informação –LAI.

II - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade:

No relacionamento com a Sociedade, especificamente no item “Transparência”, o cidadão encontra informações sobre: a história do Porto, operadores Portuários, Estatística, programação de Navios, Tarifas Portuárias, tábuas de marés, compras e licitações, porto sem papel, etc.

Fonte: APMC





ANEXO IV

COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: 181.198.186.577 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL

CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 432.842.995,32

BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	19.248	23.447	Contas a Pagar	11	88	-
Contas a Receber	5	6.999	5.437	Fornecedores		4.177	4.051
Outros Créditos		10.700	9.639	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9	32.403	23.326
Adiantamentos		546	564	Provisões de Férias	10	2.719	2.284
Impostos a Recuperar		3.527	2.956	Outras Obrigações		1.890	1.567
Devedores Diversos	6	6.626	6.116	Total do passivo circulante		41.277	31.228
Outros valores a receber		0	3				
Estoques	7	9.603	10.082	Não Circulante			
Despesas Antecipadas		39	34	Contas a Pagar	11	17.027	16.810
Total do ativo circulante		46.589	48.639	Provisão para contingências	12	37.908	24.262
				Outros Créditos da União	13	64.229	64.229
				Total do passivo não circulante		119.164	105.302
Não Circulante							
Realizável a longo prazo		7.104	6.993	Total do passivo		160.440	136.529
Contas a Receber	5	289	289				
Depósitos judiciais e Contratuais		2.495	2.385	Patrimônio Líquido			
Bloqueios Judiciais		4.309	4.308	Capital Social	14	432.843	421.955
Outros Valores a Receber		11	11	Créditos para aumento de capital	15	623.482	568.200
Investimentos		22	22	Prejuízos acumulados		(588.519)	(499.829)
Imobilizado Líquido	8	574.523	571.192	Total do patrimônio líquido		467.807	490.325
Intangível		9	9				
Total do ativo não circulante		581.658	578.216	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		628.247	626.855
Total do Ativo		628.247	626.855				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR
Diretor Presidente
C.P.F. Nº 074.212.814-87

EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA
Diretor Administrativo Financeiro
C.P.F. Nº 044.732.894-86

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56

ANEXO V



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90

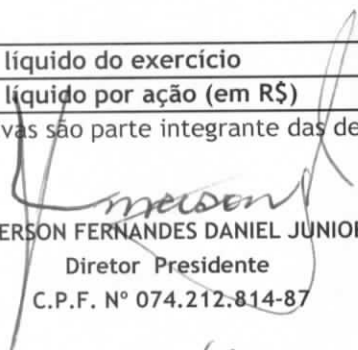
CAPITAL AUTORIZADO: 181.198.186.577 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL

CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 432.842.995,32

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Descrição	Nota	2015	2014
Receita Líquida dos serviços	16	45.959	39.157
Custos operacionais	17	(55.344)	(45.651)
Lucro Bruto		(9.385)	(6.495)
(Despesas)/Receitas operacionais		(30.482)	(17.029)
Despesas gerais e administrativas	18	(27.872)	(25.980)
Despesas tributárias		(1.429)	-
Provisões diversas		(356)	-
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	19	(15.300)	(5.118)
Receitas patrimoniais	20	13.576	12.730
Outras (despesas)/receitas operacionais		900	1.339
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(39.866)	(23.524)
Receitas financeiras	21	2.715	2.877
Despesas financeiras	21	(77.546)	(58.160)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(114.698)	(78.807)
IRPJ e CSLL		-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(114.698)	(78.807)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		- 0,0005	- 0,0003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR
Diretor Presidente
C.P.F. Nº 074.212.814-87


HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico Comercial
CPF Nº 037.959.854-04


EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA
Diretor Administrativo Financeiro
C.P.F. Nº 044.732.894-86


FRANCISCO JOSEPRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF Nº 011.815.944-56


ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC 3815/RN
CPF Nº 201.065.804-34

ANEXO VI



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90

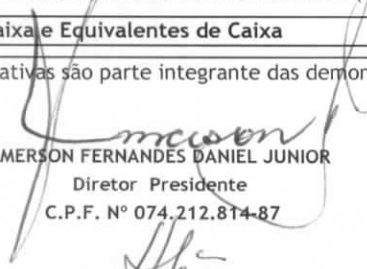
CAPITAL AUTORIZADO: 181.198.186.577 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL

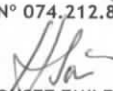
CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 432.842.995,32

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Descrição	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(114.698)	(78.807)
Ajustes do Lucro Líquido		
Depreciação e amortização	18.408	12.933
Ajustes de exercício anterior	(279)	0
Provisões	13.817	0
Despesas de atualização monetária	75.089	0
Redução (Aumento) de Ativos		
Clientes e contas a receber	(1.733)	(1.795)
Outros créditos	(1.061)	(1.920)
Estoques	478	(1.911)
Despesas antecipadas	(5)	0
Outros ativos não circulantes	(111)	0
Aumento (Redução) de Passivos		
Contas a Pagar	(34)	0
Fornecedores	126	569
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9.077	5.129
Provisões de Férias	435	0
Outras Obrigações	444	(9.919)
Outros passivos não circulantes	285	0
Provisão para contingências	0	2.333
Caixa gerado pelas operações	240	(73.388)
Imposto de renda e contribuição social pagos	0	0
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	240	(73.388)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(21.739)	(32.194)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.739)	(32.194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento para aumento de capital	17.368	3.936
(+) Acréscimo (-) Redução de Reserva de Capital	0	81.278
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos	(69)	0
Compensação de prejuízos	0	13.335
Ajuste de exercícios anteriores	0	(194)
Caixa líquido das atividades de financiamento	17.300	98.356
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.200)	(7.227)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.447	30.674
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	19.248	23.447
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.200)	(7.227)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras


EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR
 Diretor Presidente
 C.P.F. Nº 074.212.814-87


HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
 Diretor Técnico Comercial
 CPF Nº 037.959.854-04


EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA
 Diretor Administrativo Financeiro
 C.P.F. Nº 044.732.894-86


FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
 Gerente de Recursos Financeiros
 CPF Nº 011.815.944-56


ANA MARIA DE SENA
 Contadora - CRC 3815/RN
 CPF Nº 201.065.804-34



ANEXO VII

COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

C.N.P.J Nº 34.040.345/0001-90

CAPITAL AUTORIZADO: 181.198.186.577 AÇÕES SEM VALOR NOMINAL

CAPITAL AUTORIZADO, SUBSCRITO E REALIZADO: R\$ 432.842.995,32

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Descrição	Capital social (Nota 14)	Créditos para aumento de Capital (Nota 15)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2014	418.019	486.922	(434.164)	470.776
Prejuízo líquido do período			(78.807)	(78.807)
Aumento de Capital com reservas				
Ajustes de Exercícios Anteriores	17.273	(17.273)	(194)	(194)
Atualização dos créditos para aumento de capital		54.661		54.661
Recebimento dos créditos para aumento de capital		43.890		43.890
Compensação de prejuízos com redução de capital	(13.338)		13.335	(2)
Em 31 de dezembro de 2014	421.955	568.200	(499.829)	490.325
Mutações de 2014	3.936	81.278	(65.665)	19.549
Em 1º de janeiro de 2015	421.955	568.200	(499.829)	490.325
Prejuízo líquido do período			(114.698)	(114.698)
Aumento de Capital com reservas (Nota 14)	37.105	(37.105)		
Ajustes de Exercícios Anteriores		(70)	(209)	(279)
Atualização dos créditos para aumento de capital		75.089		75.089
Recebimento dos créditos para aumento de capital		17.368		17.368
Compensação de prejuízos com redução de capital (Nota 14)	(26.217)		26.217	
Em 31 de dezembro de 2015	432.843	623.482	(588.519)	467.807
Mutações de 2015	10.888	55.282	(88.690)	(22.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR

Diretor Presidente

C.P.F. Nº 074.212-814-87

EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA

Diretor Administrativo Financeiro

C.P.F. Nº 044.732.894-86

HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH

Diretor Técnico Comercial

CPF Nº 037.959.854-04

ANA MARIA DE SENA

Contadora - CRC 3815/RN

CPF Nº 201.065.804-34

FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR

Gerente de Recursos Financeiros

CPF Nº 011.815.944-56



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Maceió permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 7º Termo Aditivo a partir de 01.01.2016, com vigência até 31.12.2016.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 588.519 mil (R\$ 499.829 mil em 2014). Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, cujo valor dos encargos para o exercício de 2015 foi de R\$ 75.089 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulante e não circulante

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetários incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre os recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

• Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

• Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa		
Recursos em caixa	-	-
Recursos em bancos	254	483
Aplicações financeiras	18.994	22.964
Total de caixa e equivalentes de caixa	19.248	23.447

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 12% durante o exercício 2015 e está detalhado da seguinte forma:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras Sede	18.924	22.901
Aplicações financeiras Maceió	70	63
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.994	22.964

Os rendimentos provenientes da aplicação são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e são utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Clientes e contas a receber		



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Contas a receber de clientes	9.388	7.655
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(2.389)	(2.218)
Contas a receber de clientes líquidos	6.999	5.437
Total ativo circulante	6.999	5.437

Os valores apresentados no ativo não circulante estão descritos a seguir:

	SalDOS em R\$ mil Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Clientes e contas a receber		
Contas a receber de clientes longo prazo	289	289
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	-	-
Contas a receber de clientes líquidos	289	289
Total ativo não circulante	289	289

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do COFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerencias. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de tributos.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados a seguir:

	SalDOS em R\$ mil Consolidado	
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Portos Conveniados	1.781	1.547
Parcelamentos a receber COFINS, PASEP e IRRF	1.322	-
Valores a Receber de Rateio COFIS, CONSAD e Gerenciais	2.688	3.749
Valores a receber de bloqueios judiciais	562	562
Outros devedores diversos	273	257
Total Devedores Diversos	6.626	6.116

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

	SalDOS em R\$ mil Consolidado	
Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Material de consumo permanente Sede	1.626	780



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Material Terminal Salineiro Areia Branca	7.908	9.195
Material de consumo permanente Maceió	69	107
Total	9.603	10.082

8. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados conforme quadro a seguir:

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	Saldos em R\$ mil	
			31/12/2015	31/12/2014
Bens Móveis	107.170	(53.692)	53.477	55.474
Equipamentos Industriais	92.026	(44.456)	47.570	50.810
Embarcações	3.919	(2.943)	977	1.068
Veículos	585	(505)	80	136
Móveis e Utensílios	2.400	(737)	1.663	541
Informática	1.206	(470)	737	230
Máquinas	1.548	(500)	1.048	1.184
Motores	19	(10)	9	1
Aparelhos	3.803	(3.096)	706	737
Sistema de Segurança	948	(614)	334	376
Galpão	334	(140)	194	261
Outros bens	381	(221)	159	130
Bens Imóveis	487.941	(115.140)	372.801	288.649
Imóveis de natureza industrial	343.092	(86.570)	256.521	222.416
Instalações	77.371	(23.268)	54.103	55.065
Obras de acesso	4.903	(1.261)	3.642	2.480
Prédios	62.474	(4.041)	58.432	8.586
Terrenos	102	-	102	102
Obras em andamento	148.245	-	148.245	227.069
Total	743.356	(168.833)	574.523	571.192

9. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Imp. Encargos a Recolher	25.208	16.766



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Salário a Pagar	187	1
Autônomos - INSS	103	101
Parcelamento PORTUS RTSA	6.312	5.623
Parcelamento ISS	593	835
Total obrigações fiscais e trabalhistas	32.403	23.326

10. Férias a pagar

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais correspondentes ao valor de R\$ 2.719 mil (R\$ 2.284 mil em 2014), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96.

11. Contas a pagar

Composto principalmente pelo saldo de parcelamentos de dívidas com o PORTUS - Instituto de Previdência Privada, INSS - Previdência Social, ISS e Rateio do Porto de Maceió.

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Empregados	2	-
Terceiros	86	-
Contas a pagar passivo circulante	88	-

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Portus - Instituto de Seguridade Social	10.115	9.586
Parcelamento INSS	489	724
Parcelamento ISS	2.577	3.227
Parcelamento IRPJ	413	0
Parcelamento PIS/COFINS Maceió	505	630
Rateio - Maceió	2.928	2.643
Contas a pagar passivo não circulante	17.027	16.810

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2015, o montante de R\$ 2.939 mil referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 2.598 mil.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/15, o saldo remanescente de R\$ 1.765 mil não atualizados monetariamente, tendo em vista a não existência de Parecer Atuarial por parte da CODERN.

12. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Saldos em R\$ mil Consolidado			
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	4.153	984	19.126	24.262
Provisões constituídas no período	20.362	148	280	20.790
Reversões e/ou baixas	(54)	(328)	(6.762)	(7.144)
Saldo em 31 de janeiro de 2015	24.461	803	12.644	37.908

12.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.15, totalizou R\$ 803 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

12.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2015, totalizou R\$ 24.461 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Ressalta-se que o citado saldo apresentou acréscimo significativo, devido a provisão relativa ao PORTUS, no valor de R\$ 20.362 mil.

12.3 Provisões para causas tributárias

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2015 o montante de R\$ 12.644 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

12.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível e remota, cujo montante em 31.12.2015 somou R\$ 42.138 mil, conforme relação encaminhada pela GERJUR, mediante memorando nº. 010/2016.

13. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2015, totalizou R\$ 64.229 mil.

A CODERN providenciará consulta ao SPU do Estado de Alagoas, quanto a baixa da citada obra, uma vez que a mesma foi concluída no exercício de 2012 e, após a solicitação da Gerência Financeira, nos foi apresentado o Termo de Recebimento Definitivo de Conclusão da Obra, em setembro de 2015.

14. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2015 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	421.955	418.019
Aumento de capital com reservas	37.105	17.273
Compensação de prejuízos com redução de capital	(26.217)	(13.338)
Saldo Final	432.843	421.955

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade)	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ordinárias nominativas	98.365.624.890	82.832.561.687
Preferenciais nominativas	82.832.561.687	82.832.561.687
Total de ações	181.198.186.577	165.665.123.374

A compensação de prejuízos com redução de capital foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária com data de 24 de abril de 2015.

O aumento de capital com reservas que decorrem dos créditos para aumento de capital foi deliberado e aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária com data de 30 de junho de 2015. A homologação do aumento de capital foi realizada em Assembleia Geral Extraordinária de 07 de dezembro de 2015.

15. Créditos para aumento de capital

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, exceto quanto aos Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, os quais não compõem o saldo para efeito de incorporação ao Capital Social da CODERN.



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

16. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta de serviços prestados		
Total Receita Bruta	53.604	45.697
(-) Impostos sobre serviços prestados	(7.645)	(6.541)
Receita líquida dos serviços prestados	45.959	39.157

17. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Descrição		
Pessoal e Encargos	17.815	16.421
Material de Operação	3.185	2.905
Material de Manutenção	607	419
Capatazias (pessoal supletivo)	1.374	1.394
Serviços de Manutenção e Reparos	898	645
Serviços Prestados por Terceiros	12.170	10.944
Encargos Operacionais Diversos	1.242	787
Depreciação Direta	17.150	12.136
Outros custos operacionais	902	0
Total	55.344	45.651

18. Despesas gerais e administrativas

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Descrição		
Pessoal e Encargos	16.266	14.034
Material	580	523
Serviços Terceiros	9.799	9.060
Outros Encargos	156	139
Despesas tributárias	0	1.593
Depreciação	149	484



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Outras despesas administrativas	922	147
Total	27.872	25.980

19. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Descrição	31/12/2015	Saldos em R\$ mil Consolidado
		31/12/2014
Provisão para contingências	20.795	7.087
Reversão de provisões	(5.495)	(1.969)
Saldo líquido de provisões constituídas	15.300	5.118

O saldo da conta Causa Trabalhistas, fiscais e cíveis registrou um visível acréscimo, em decorrência da provisão do processo do PORTUS, considerado como perda provável.

20. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	31/12/2015	Saldos em R\$ mil Consolidado
		31/12/2014
Aluguéis Porto Natal	321	310
Aluguéis Porto Maceió	13.376	12.420
Total receitas patrimoniais	13.696	12.730
(-) Deduções da receita	(121)	
Total receitas patrimoniais líquidas	13.576	12.730

21. Receitas e despesas financeiras

São oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. As despesas financeiras são em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

22. Remuneração de administradores e funcionários

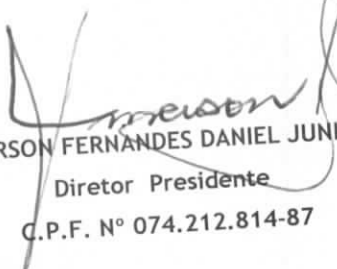
Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2015, foram os seguintes:



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Administradores		
Menor	17.844	17.844
Maior	25.279	30.164
Empregados		
Menor	812	684
Maior	49.330	22.875
Salário Médio	3.935	2.915


EMERSON FERNANDES DANIEL JUNIOR
Diretor Presidente
C.P.F. N° 074.212.814-87


HANNA YOUSEF EMILE SAFIEH
Diretor Técnico Comercial
CPF N° 037.959.854-04


EMILIANO ROSADO LAMARTINE DE FARIA
Diretor Administrativo Financeiro
C.P.F. N° 044.732.894-86


FRANCISCO JOSEFRAN DE AQUINO JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros
CPF N° 011.815.944-56


ANA MARIA DE SENA
Contadora - CRC
3815/RN
CPF N° 201.065.804-34

ANEXO IX

Gestão de Pessoas da CODERN/APMC - 2015

I - Estrutura de Pessoal da Unidade

A força de trabalho da APMC em dezembro de 2015 foi 68 (sessenta e oito) empregados, sendo 58 (cinquenta e oito) ocupantes de cargos efetivos do quadro de carreira e 10 (dez) em exercício de cargos comissionados, de caráter temporário, sendo um destes requisitado de outra entidade portuária.

Há estudos em andamento visando a contemplar as correntes necessidades de pessoal da APMC, assim, que houver autorização para a realização de Concurso Público.

A política de pessoal adotada pela APMC decorre, ainda, da aplicação do Plano Unificado de Cargos e Salários – PUCS da extinta PORTOBRAS, combinada com a aplicação de medidas pontuais de adequação organizacional.

No que tange às ações visando a impedir a acumulação remunerada de cargos públicos, a APMC exige o preenchimento de formulário específico no qual o ocupante de cargo comissionado assume formalmente o compromisso de não violar tal regra, no universo da Administração Pública.

A APMC conta também com 09 estagiários para apoio a sua força de trabalho.

A distribuição da referida força de trabalho, entre as áreas administrativa, operacional e de conservação, consta dos quadros abaixo:

Quadro da Força de Trabalho CODERN/APMC - 2015

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	100	58	-	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	100	58	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	100	58		
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários				
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	9	-	-
4. Total de Servidores (1+2+3)	110	68	-	-
Fonte: APMC				

Quadro da Distribuição da Lotação Efetiva - CODERN/APMC - 2015

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	19	40
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	18	40
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão		
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	01	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	08	01
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	27	41
4. Total de Servidores (1+2+3)		

Fonte: APMC

Quadro da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas CODERN/APMC - 2015

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	10	10	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	9	9		
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	1	1		
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas				
1.2.4. Sem vínculo				
1.2.5. Aposentados	17	17	-	-
2. Funções gratificadas	17	17		
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	27	27	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)				

Fonte: APMC

II - Demonstrativo das Despesas com Pessoal
Quadro da Despesa com Pessoal da CODERN/APMC - 2015

I - Demonstrativo das Despesas com Pessoal											
Quadro da Despesa com Pessoal da CODERN/APMC - 2015											
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Despesas Variáveis				Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
					Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	3.718.671	-	653.647	3.227.903	822.706	671.753	599.033	-	106.154	9.799.867
	2014	3.068.117	-	408.625	2.543.692	619.787	548.462	456.249	-	1.621,54	7.647.576
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada											
Exercícios	2015	118.507	-	14.548	59.126	15.475	6.753	32.105	-	-	246.514
	2014	110.110	-	6.773	44.044	19.588	2.104	29.634	-	-	212.255
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	622.085	-	98.702	195.005	37.105	10.929	103.290	-	-	1.067.116
	2014	561.389	-	91.104	229.339	99.438	10.345	95.339	-	-	1.086.957
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Exercícios	2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: APMC

Fonte: APMC

III - Informações Sobre Os Controles Para Mitigar Riscos Relacionados Ao Pessoal - APMC

Normalmente, são adotadas ações preventivas, em conjunto com a Coordenação de Gestão Ambiental da APMC, visando à manutenção da saúde dos trabalhadores, bem como à preservação de sua integridade física, por ocasião do exercício das respectivas funções laborais.

A fim de reforçar tal compromisso, no contexto da APMC, está prevista a inclusão de um técnico de segurança do trabalho no quadro de pessoal da Empresa, assim que houver a possibilidade de realização de concurso público, conforme já informado.

Registre-se, por oportuno, a elevada faixa etária da grande maioria da força de trabalho da Empresa, o que só vem a corroborar a urgente necessidade de renovação do corpo técnico-administrativo da APMC, independentemente dos indicadores utilizados para aferir a gestão de pessoas.



Fonte: APMC

V - Contratação de Pessoal de Apoio e de Estagiários CODERN/APMC

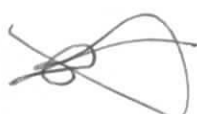
Quadro dos Contratos de Prestação de Serviços Não Abrangidos pelo Plano de Cargos da APMC

CODERN/APMC - INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS 2015						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
			Início	Fim		
01/09/2014	Serviço continuado de limpeza, asseio, conservação e jardinagem, com fornecimento de mão-de-obra e equipamentos para atender à APMC.	Reluzir Serviços Terceirizados (07.638.154/0001-52)	01/09/2014	31/08/2016	Nível Médio/Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
01/11/2012	Serviço continuado de pedreiro, ajudante de pedreiro, auxiliar de eletricitista, motorista, recepcionista, copeira, office-boy e moto-boy	Reluzir Serviços Terceirizados (07.638.154/0001-52)	01/11/2012	31/10/2016	Nível Médio/Fundamental	Ativo Prorrogado (P)
01/12/2015	Serviço de vigilância armada ostensiva	Tigre Vigilância Patrimonial de Alagoas LTDA	01/12/2015	30/11/2016	Nível Médio/Fundamental	Ativo Normal (A)
2012	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de informática, abrangendo serviços de desenvolvimento, manutenção e atualização de sistemas de informática, desenvolvimento do site e aplicativos para internet, suporte técnico para rede física e lógica, suporte técnico para rede física e lógica, suporte técnico aos usuários de microinformática. (Obs.: Cumprir salientar que o presente contrato em vigor, justifica-se pela necessidade de mão de obra específica na área de T.I., visando suprir a exiguidade de profissionais especializados).	Azimute Consultoria e Informática LTDA (02.527.738/0001-37)	01/10/2012	30/09/2016	Nível Superior/Nível Técnico	Ativo Prorrogado (P)

Fonte: APMC

Quadro dos Estagiários da CODERN/PORTO DE MACEIÓ – 2015

ANO	QUANTITATIVO	DESPESA (R\$)
2013	06	44.382,34
2014	08	49.645,82
2015	09	72.242,48
Fonte: APMC		


ANEXO X

Gestão do Patrimônio Imobiliário da União sob responsabilidade da CODERN/APMC - 2015

A gestão patrimonial dos bens móveis e imóveis da APMC consiste, tão somente, na manutenção de registros físicos e contábeis de todos os itens integrantes do acervo da Empresa.

Nesse sentido, a APMC dispõe de um sistema informatizado, desenvolvido por empresa de informática terceirizada, no intuito de possibilitar o contínuo monitoramento dos bens móveis de propriedade desta Entidade Portuária, bem como das áreas e instalações existentes no âmbito do Porto de Maceió.

A seguir, serão relacionados os bens imóveis da APMC arrendados e locados, no exercício de 2015, às empresas, a saber:

1. Petrobras S/A (Arrendamento) - Área com edificações, com superfície total de 60.425m², destinada à movimentação e armazenagem de combustíveis.
2. Petrobras Distribuidora S/A (Arrendamento) - Área com edificações, com superfície total de 13.677m², destinada à distribuição de combustíveis.
3. Empresa Alagoana de Terminais Ltda. - EMPAT (Arrendamento) - Área de 71.260m², contendo instalações físicas e equipamentos constitutivos do Terminal Açucareiro oriundo do extinto IAA, destinada à armazenagem e movimentação de açúcar a granel.
4. Jaraguá Equipamentos do Nordeste Ltda. (Uso Temporário) - Área de 26.500m², destinada à construção e movimentação de peças, equipamentos e estruturas de plataformas de petróleo.
5. FERROSTAAL Industrieanlagen Óleo e Gás do Brasil Ltda. (Uso Temporário) - Áreas e instalações compreendendo 71.260m², destinadas à fabricação, montagem e integração de módulos de plataformas de petróleo.
6. Valmar Serviços Industriais Ltda. (Locação) - Área de 5.000m², destinada à ocupação temporária, a título precário, para o exercício de atividades próprias de Operador Portuário.
7. Cooperativa Regional dos Produtores de Açúcar e Alcool de Alagoas - (Locação) - Estrutura metálica localizada fora dos limites do Porto Organizado de Maceió, abrangendo superfície total de 7.200m², e ora em fase de análise, por parte da ANTAQ, com vistas à sua efetiva desincorporação do acervo patrimonial da APMC.

Registre-se, ainda, que os contratos de arrendamento em vigor firmados com a Petrobras e a EMPAT, consoante diretrizes emanadas da SEP/PR, vêm sendo renovados, a cada período de 6 (seis) meses, até que se realizem os novos processos licitatórios para arrendamento de áreas e instalações portuárias, em estrita conformidade com o novo marco regulatório decorrente da aplicação da Lei nº 12.815/2013.

Fonte: Ofício APMC nº 050/2016



ANEXO XI

Gestão da Tecnologia da Informação CODERN/APMC 2015

Os sistemas existentes na Administração do Porto de Maceió consistem em faturamento, folha de pagamento, almoxarifado, financeiro e contábil, todos integrados. Tais sistemas foram desenvolvidos há mais de 15 anos e necessitam de atualização tecnológica.

I - Principais Sistemas

ERP- Sistema para gestão administrativa e financeira composta de softwares integrados de gerenciamento financeiro e tesouraria, contabilidade, folha de pagamento, almoxarifado e patrimônio.

Visando a atender as necessidades da Administração do Porto de Maceió, a Administração firmou contratos com empresa, terceirizados, todos através de processos licitatórios.

II - Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI

a) Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI

Foi verificado que no quadro de pessoal da Administração do Porto de Maceió não há profissionais com as qualificações necessárias para elaborar tal ferramenta. Desta forma, a depender de recursos financeiros, a empresa em um futuro próximo contratará empresa especializada para a elaboração.

b) Informações sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O projeto foi elaborado e ainda se encontra pendente de aprovação, embora em razão da falta de recursos financeiros está prejudicada a sua implementação.

Fonte: APMC



ANEXO XII

Gestão Ambiental CODERN/APMC - 2015

I) Visão geral da política de sustentabilidade no Porto de Maceió:

- Prevenir a poluição da água, da terra e do ar na área do porto organizado;
- Utilizar racionalmente os recursos naturais nos processos operacionais, buscando, continuamente, a redução dos impactos e acidentes relacionados à movimentação de carga, fornecendo ao público tais informações;
- Gerenciar a produção de Resíduos Sólidos;
- Apoiar e participar de iniciativas públicas que contribuam para a educação ambiental e conscientização da comunidade, prevenção de doenças e acidentes operacionais;
- Manter o Plano de Emergência Individual – PEI, atualizado e dimensionado para o atendimento ao derramamento de óleo e produtos químicos, assim como de sinistros relacionados aos riscos existentes na atividade, disponibilizando estas informações à comunidade e trabalhadores potencialmente sujeitos aos riscos;
- Promover a prevenção dos riscos operacionais aos trabalhadores portuários;
- Promover palestras que incentivem hábitos alimentares saudáveis e, a prevenção de doenças e ações de educação ambiental;
- Manter um canal de comunicação com a comunidade e partes interessadas no processo operacional da atividade;
- Promover o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas e o atendimento às legislações ambientais e de segurança do trabalho vigentes;
- Divulgar esta Política Integrada de Meio Ambiente, Saúde e Segurança do Trabalhador e fornecer treinamento para a conscientização e capacitação dos colaboradores, bem como para aqueles que atuam em nome desta Unidade Portuária.

II) Esta Unidade Portuária não participa da Agenda Ambiental da administração Pública (A3P).

III) No Porto de Maceió não ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, em razão deste porto não possuir instalação apropriada e pessoal capacitado para tal atividade. Uma empresa terceirizada é responsável pela remoção dos referidos resíduos, assim como sua destinação final. Os mesmos não são destinados à associações e cooperativas por não haver meio de transporte apropriado.

IV) As contratações realizadas por solicitação da Coordenação de Gestão Ambiental obedecem às Normas regulamentadoras da ANVISA e às legislações pertinentes da ANTAQ e IBAMA. Os demais processos licitatórios são abordados de forma pontual a depender do produto ou serviço a ser licitado. Não existem critérios, nem diretrizes únicas pré-estabelecidas aplicadas à todas as licitações.

V) O Porto de Maceió não possui Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS).

VI) Atualmente o Porto de Maceió aguarda a conclusão do Relatório de Controle Ambiental (RCA) para que possa ser dada entrada no processo para obtenção da Licença Ambiental (LA). A ausência da mesma reflete na dificuldade de obtenção de investimentos no setor, para fins de melhorias estruturais, contratação de serviços, auditorias e para a implantação de programas, tais o PGRS, PEI, PE e PAM entre outros. Acredita-se que com a obtenção da LA a obtenção de investimentos, a implantação e execução dos programas serão viabilizadas, promovendo uma gestão integrada, coesa e sustentável. Até então o Porto de Maceió possui o PEI, Plano de Controle de Fauna Sinantrópica Nociva e Plano de Contingência em Saúde implantados. A gestão de resíduos é realizada em obediência às Normas Regulamentadoras, porém não possui PGRS aprovado pelo órgão licenciador, nem implantado. Os demais planos encontram-se em fase de elaboração.

Fonte: APMC (Ofício APMC nº 050/2016)



Relatório Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1(CNPB: 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS

Estudo: Avaliação Atuarial de Encerramento do
Exercício de 2015, realizada com a data base de
31/12/2015

28 de março de 2016

Sumário

1.	Objetivo.....	2
2.	Base de Dados e Estatísticas.....	3
3.	Regimes e Métodos de Financiamento, Hipóteses Atuariais e Variáveis de Cálculo.....	7
4.	Plano de Custeio.....	10
5.	Resultados.....	17
6.	Parecer Atuarial.....	21
7.	Fatos Importantes.....	33
8.	Considerações Finais.....	35
ANEXO I	Distribuição do Valor da Contribuição Extraordinária Mensal por Patrocinadora em 31/12/2015 – Sistema Price.....	36

1. Objetivo

Este parecer tem por objetivo apresentar o valor das Provisões Matemáticas em 31/12/2015, para o Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29) administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, classificado na Modalidade de Benefício Definido, que encontra-se fechado a adesão de novos patrocinadores e participantes e que é patrocinado solidariamente pelas seguintes empresas: Companhia Docas do Ceará - CDC; Companhia Docas do Estado do Pará - CDP; Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ; Companhia Docas do Estado da Bahia - CODEBA; Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN; Companhia Docas do Estado do Espírito Santo - CODESA; Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP; Companhia Docas do Maranhão – CODOMAR; Companhia Docas da Paraíba - DOCAS-PB; Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP; Porto do Recife S/A; Instituto de Seguridade Social - PORTUS; Sociedade de Navegação Porto e Hidrovias do Estado do Amazonas - SNPH; e Superintendência do Porto de Itajaí - SPI.

Salientamos que além dos participantes inscritos no PBP1 das empresas patrocinadoras acima descritas, o Plano também acolhe grupo de participantes vinculados às extintas empresas patrocinadoras PORTOBRAS e CBD.

Além das Provisões Matemáticas, serão apresentados outros resultados decorrentes da Avaliação Atuarial, como o Plano de Custeio do PBP1 e sugestões para sua adequação frente a sua atual situação, as Hipóteses Atuariais e Regimes e Métodos de Financiamento, observando o que determina a Legislação vigente.

Neste contexto, serão ainda apresentados os valores relativos ao Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Resultado Técnico e Fundos.

Os resultados quando se fizerem necessários serão segregados por Patrocinadora.

Os resultados desta avaliação atuarial tem início de vigência em 01/04/2016, portanto, os cálculos dos fundos, de fator de débito, de antecipações e de benefícios deverão observar as hipóteses definidas neste estudo a partir da data acima mencionada.

As principais regras do Plano e do Regime Geral de Previdência Oficial, as metodologias atuariais, as simbologias e a descrição das hipóteses sobre os aspectos qualitativos serão apresentadas em documento específico conhecido como Nota Técnica Atuarial do Plano.

Por fim, cumpre esclarecer que o PORTUS está sob intervenção Federal decretada pela Diretoria Colegiada da Superintendência Nacional de Previdência Complementar em 22 de agosto de 2011, através da portaria nº 459, publicada no Diário Oficial da União de 23 de agosto de 2011, com última prorrogação através da Portaria nº 667, de 11 de dezembro de 2015.

2. Base de Dados e Estatísticas

A base de dados utilizada para processar a avaliação atuarial do PBP1 foi inicialmente concebida pelo PORTUS na posição de 31/12/2015. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais.

Após receber os ajustes necessários, relativos sua a verificação, a mesma foi julgada própria e adequada para realização da Avaliação Atuarial.

Dito isso, abaixo apresentamos as principais estatísticas relativas a base de dados dos participantes do PBP1 posicionado em 31/12/2015, como também as informações obtidas do relatório de avaliação atuarial de 31/12/2014 e 31/12/2013.

I – Ativo e Autopatrocinado:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	1.780	1.821	1.904
Idade Média em anos	56,91	55,84	54,59
Tempo Faltante Médio em anos (**)	2,14	2,58	3,11
Tempo de Contribuição em anos	30,98	29,96	28,92
Salário de Participação Médio Mensal em R\$	10.702	9.287	8.825
Salário de Participação Anual (***) x 13 em R\$	246.952.104	219.859.858	218.430.373

Informações relativas a 2015:

(*) Considera 13 participantes autopatrocinados e 13 participantes em auxílio doença com menos de 24 meses de benefício. Por sexo a segregação é a seguinte: 1.513 masculinos e 267 femininos.

(**) Para a aposentadoria programada.

(***) Considera o conceito de pico e capacidade para os valores em R\$.

II - Remido:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência	1	4	1
Idade Média em anos	48,17	41,13	59,93
Benefício Médio Mensal (*) em R\$	6.136	1.711	3.680

Informações relativas a 2015:

(*) Benefício calculado quando da opção pelo Instituto do BPD com conceito de pico e capacidade.

III - Aposentadoria Programada:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	4.722	4.861	4.974
Idade Média em anos (**)	72,96	72,24	71,54
Benefício Médio Mensal (***) e (****) em R\$	2.327	2.082	1.950
Benefício Anual (****) x 13 em R\$	142.827.50	131.552.457	126.106.514

Informações relativas a 2015:

(*) a.1) Especial: 2.059 masculinos e 20 femininos; a.2) Tempo de Contribuição: 2.163 masculinos e 396 femininos; e a.3) Idade: 44 masculinos e 40 femininos.

(**) b.1) Especial: 74,58; b.2) Tempo de Contribuição: 71,27; e b.3) Idade: 84,34.

(***) c.1) Especial: 2.000; c.2) Tempo de Contribuição: 2.624; e c.3) Idade: 1.343.

(****) Considera o conceito de pico e capacidade.

IV - Aposentadoria por Invalidez:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	423	438	454
Idade Média em anos	62,80	62,04	61,26
Benefício Médio Mensal (**) em R\$	1.635	1.431	1.368
Benefício Anual (**) x 13 em R\$	8.991.354	8.146.620	8.071.025

Informações relativas a 2015:

(*) Considera 8 participantes em auxílio doença com mais de 24 meses em benefício.

(**) Considera o conceito de pico e capacidade.

V - Pensão:

Informações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Frequência (*)	3.298	3.265	3.210
Idade Média em anos (**)	66,96	66,16	68,79
Benefício Médio Mensal (***) em R\$	927	850	806
Benefício Anual (***) x 13 em R\$	39.730.648	36.094.394	33.645.317

Informações relativas a 2015:

(*) Representa o Grupo Familiar.

(**) Idade do pensionista vitalício mais novo de cada Grupo Familiar.

(***) Considera o conceito de pico e capacidade.

VI – Ativo e Autopatrocinado por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Salário de Participação em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Médio (*)	
PORTOBRAS	-	-	-	-	-	-
PORTUS	15	9	24	113.449	4.727	50,53
CODOMAR	12	2	14	76.532	5.467	61,14
CDC	72	9	81	697.498	8.611	59,71
CODERN	99	30	129	1.059.699	8.215	57,39
CODEBA	111	35	146	1.295.687	8.875	57,90
CDP	127	25	152	1.571.537	10.339	56,30
CDRJ	312	75	387	4.559.300	11.781	57,37
APR	54	24	78	479.063	6.142	59,43
DOCAS-PB	4	1	5	26.000	5.200	60,28
CODESA	110	16	126	1.425.736	11.315	57,55
CODESP	571	37	608	7.437.339	12.232	55,63
SPI	11	1	12	127.738	10.645	58,99
EMAP	11	1	12	109.670	9.139	57,08
SNPH	4	2	6	17.067	2.844	61,75
TOTAL	1.513	267	1.780	18.996.316	10.672	56,91

VII – Remido por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Benefício Projetado em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Médio (*)	
PORTOBRAS	-	-	-	-	-	-
PORTUS	1	-	1	6.135	6.135	48,17
CODOMAR	-	-	-	-	-	-
CDC	-	-	-	-	-	-
CODERN	-	-	-	-	-	-
CODEBA	-	-	-	-	-	-
CDP	-	-	-	-	-	-
CDRJ	-	-	-	-	-	-
APR	-	-	-	-	-	-
DOCAS-PB	-	-	-	-	-	-
CODESA	-	-	-	-	-	-
CODESP	-	-	-	-	-	-
SPI	-	-	-	-	-	-
EMAP	-	-	-	-	-	-
SNPH	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	-	1	6.135	6.135	48,17

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

VIII - Aposentadoria Programada por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Suplementação em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Média (*)	
PORTOBRAS	153	45	198	350.766	1.772	81,83
PORTUS	14	29	43	77.664	1.806	65,04
CODOMAR	79	9	88	184.155	2.093	74,93
CDC	115	24	139	307.640	2.213	75,92
CODERN	171	31	202	346.179	1.714	70,21
CODEBA	221	33	254	468.828	1.846	73,41
CDP	105	22	127	247.721	1.951	72,26
CDRJ	553	130	683	1.658.279	2.428	75,35
APR	13	1	14	30.675	2.191	69,21
DOCAS-PB	17	3	20	28.614	1.431	63,39
CODESA	282	47	329	667.492	2.029	73,17
CODESP	2.489	76	2.565	6.416.310	2.501	71,97
SPI	35	1	36	133.263	3.702	64,36
EMAP	1	-	1	6.568	6.568	57,50
SNPH	18	5	23	62.542	2.719	70,24
TOTAL	4.266	456	4.722	10.986.696	2.327	72,96

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

IX - Aposentadoria por Invalidez por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência			Suplementação em R\$		Idade Média em anos
	Masculino	Feminino	Total	Mensal (*)	Média (*)	
PORTOBRAS	16	4	20	15.062	753	76,89
PORTUS	1	3	4	4.106	1.027	59,10
CODOMAR	3	1	4	6.119	1.530	63,17
CDC	7	2	9	7.558	840	74,56
CODERN	35	6	41	53.129	1.296	65,98
CODEBA	66	6	72	91.609	1.272	62,32
CDP	8	1	9	13.828	1.536	64,39
CDRJ	51	14	65	139.790	2.151	61,18
APR	1	1	2	3.439	1.720	66,04
DOCAS-PB	6	-	6	4.675	779	58,54
CODESA	22	4	26	45.674	1.757	61,00
CODESP	153	9	162	296.693	1.831	60,87
SPI	3	-	3	9.962	3.321	62,39
EMAP	-	-	-	-	-	-
SNPH	-	-	-	-	-	-
TOTAL	372	51	423	691.643	1.635	62,80

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

X - Pensionistas por Patrocinadora em 31/12/2015:

Patrocinador	Frequência	Suplementação em R\$	
		Mensal (*)	Média (*)
PORTOBRAS	336	236.622	704
PORTUS	5	6.215	1.243
CODOMAR	59	41.919	710
CDC	85	63.805	751
CODERN	117	89.241	763
CODEBA	221	153.764	696
CDP	100	74.164	742
CDRJ	682	705.613	1.035
APR	6	4.119	686
DOCAS-PB	7	2.344	335
CODESA	208	174.959	841
CODESP	1463	1.487.439	1.017
SPI	3	4.761	1.587
EMAP	0	-	-
SNPH	6	11.239	1.873
TOTAL	3210	3.056.204	952

(*) Considera o conceito de pico e capacidade.

3. Regime Financeiro, Método de Financiamento, Hipóteses Atuariais e Variáveis de Cálculo

O Regime Financeiro de Capitalização e o Método de Financiamento é o Agregado para avaliação de todos os Benefícios e Institutos cobertos pelo Plano.

As hipóteses atuariais empregadas na Avaliação Atuarial do PBP1 em 31/12/2015 são as seguintes:

Hipóteses Atuariais	Descrição em 31/12/2015	Descrição em 31/12/2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 Basic segregada por sexo	AT – 2000 Basic segregada por sexo para as patrocinadoras CDRJ, CODESP, PORTOBRAS, PORTUS e SPI e AT-1983 segregada por sexo para as demais
Tábua de Mortalidade de Inválidos	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagravada 20%	Experiência CESAT de 01/01/2000 a 31/12/2004, construída com base na experiência de Sinistros Expostos do INSS desagravada 20%
Tábua de Entrada em Invalidez	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012	Experiência PBP1 de 01/01/2006 a 31/12/2012
Tábua de Morbidez	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012	Experiência PBP1 de 01/01/2007 a 31/12/2012
Rotatividade Geral	Nula	Nula
Taxa Real de Crescimento Salarial	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,00% a.a.; CODOMAR: 0,00% a.a.; CDC: 0,00% a.a.; CODERN: 2,01% a.a.; CODEBA: 0,00% a.a.; CDP: 0,00% a.a.; CDRJ: 0,00% a.a.; APR: 0,00% a.a.; DOCAS-PB: 0,00% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 0,00% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 0,00% a.a.	Portobrás: 0,00% a.a.; Portus: 1,00% a.a.; CODOMAR: 1,00% a.a.; CDC: 0,00% a.a.; CODERN: 2,00% a.a.; CODEBA: 2,00% a.a.; CDP: 2,00% a.a.; CDRJ: 2,00% a.a.; APR: 1,00% a.a.; DOCAS-PB: 1,70% a.a.; CODESA: 2,00% a.a.; CODESP: 2,00% a.a.; SPI: 1,85% a.a.; EMAP: 1,00% a.a.; e SNPH: 1,00% a.a.
Taxa Real de Juros	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de Capacidade dos Benefícios	97,27%	97,55%
Fator de Capacidade dos Salários	97,27%	97,55%
Fator de Capacidade do INSS	97,27%	97,55%
Indexador do Plano	INPC – IBGE	INPC – IBGE
Composição de Família de Pensionistas	<u>Encargo de Ativo, Autopatrocinado e Remido:</u> Percentual de Casado de 97%, Percentual de Continuidade de 62% e Diferença de idade sendo 5 anos mais velho o	Encargo médio de herdeiros (Hx) apurado com base nos beneficiários dos participantes (Ativos e Assistidos) existentes em 31/12/2012 (futuros)

Hipóteses Atuariais	Descrição em 31/12/2015	Descrição em 31/12/2014
	participante do sexo masculino e 2 anos mais jovem o do feminino. <u>Encargo de Assistidos</u> (aposentados e pensionistas): família real.	pensionistas) para mensuração das provisões matemáticas de benefício de pensão a conceder e, a família real para mensuração das provisões matemáticas das pensões concedidas.

Com exceção das hipóteses de Mortalidade Geral, Crescimento Salarial, para patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDP, CDRJ, APR, DOCASPB, SPI e SNPH, Fator de Capacidade e Composição de Família de Pensionistas para participantes ativos, autopatrocinados, remido e aposentados, as hipóteses da presente Avaliação Atuarial são as mesmas utilizadas para determinar os resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2014 do PBP1.

O exame das hipóteses atuariais do Plano, apresentadas no quadro acima, com exceção das hipóteses de crescimento salarial das patrocinadoras, foi realizado ao longo do exercício de 2015 por essa Consultoria e apresentado para análise e aprovação através do documento Relatório Atuarial do Plano de Benefícios PORTUS 1 – PBP1(CNPB: 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL - PORTUS, de 23 de dezembro de 2015, tendo sido aprovado pela EFPC através de Carta Interv Corab nº 006.000284.216.0, de 05 de fevereiro de 2016.

O referido documento encontra-se arquivado no Portus e está à disposição para as patrocinadoras e participantes do PBP1, como também, aos órgãos reguladores e fiscalizadores das patrocinadoras e da entidade.

Em relação as hipóteses que são de responsabilidade das Patrocinadoras, de acordo com o item 1.1 do Anexo a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, e suas posteriores alterações, o Portus esclareceu que foram encaminhadas cartas solicitando estas informações para todas elas, entretanto, somente algumas das Patrocinadoras responderam. Diante disso estamos considerando a hipótese de crescimento salarial valor igual a 0,00%.

Lembramos que o embasamento teórico dos testes de hipóteses apresentados por esta consultoria consideraram o pressuposto na Resolução CGPC nº 18/2006, com suas posteriores alterações, e o previsto na Instrução Normativa nº 7/2013.

Outro ponto a ser destacado são as hipóteses que atualmente apresentam maior risco, consequentemente impactando os encargos atuariais do Plano, sendo elas a Taxa Real de Juros, Tábua de Mortalidade Geral e Crescimento Salarial.

Os valores relativos às variáveis do Regime Geral de Previdência Oficial (INSS), Salário Mínimo e Piso PORTUS foram os seguintes:

- Teto de Contribuição do INSS: R\$ 4.663,75, mas, com a aplicação do conceito de Pico (INPC – IBGE) e Capacidade para 31/12/2015 resultou em R\$ 5.047,97.
- Valor Máximo do Benefício do INSS: R\$ 4.702,52 em 31/12/2015.

- Salário de Benefício do INSS: de acordo com o valor registrado no Portus para cada participante em gozo de benefício pelo PBP1, atualizado de acordo com os índices de reajuste do INSS com a aplicação do conceito de Pico e Capacidade para 31/12/2015.
- Salário Mínimo: R\$ 788,00, mas, com a aplicação do conceito de Pico (INPC – IBGE) e Capacidade para 31/12/2015 resultou em R\$ 852,92.
- Piso PORTUS: R\$ 280,85, mas, com a aplicação do conceito de Pico (INPC – IBGE) e Capacidade para 31/12/2015 resultou em R\$ 303,14.

Para o cálculo do Salário de Benefícios do INSS, em relação a apuração das Suplementações a Conceder, foi aplicada a metodologia presente na Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.

Foi considerado o conceito de Pico e Capacidade para posicionar os valores monetários relativos às Suplementações Portus concedidas e a conceder, como também, para o Salário de Participação.

As Suplementações foram posicionadas com o Indexador do Plano, já, para os Salários de Participação foi considerado a data e índice de correção monetária do último dissídio de cada Patrocinadora.

4. Plano de Custeio

O Plano de Custeio abordará dois aspectos, sejam eles, as receitas para cobertura das despesas com os Benefícios e Institutos do Plano e para cobertura das despesas Administrativas.

Não serão abordadas neste tópico as receitas decorrentes do Fundo de Alteração de Beneficiário e de Antecipação de Aposentadoria Programada, como também para a Contribuição Adicional de Risco do Pensionista. Elas serão apresentadas em conjunto com a forma de cálculo das demais receitas do Plano, abaixo listadas, ou na Nota Técnica Atuarial do Plano.

Os valores de Contribuição Normal de todos os participantes e o percentual médio de Contribuição Normal dos Participantes Ativos e Autopatrocinados, constantes neste capítulo, poderão sofrer variação dependendo do valor da folha de Salário de Participação e de Suplementação dos meses posteriores ao desta avaliação ao qual eles incidirem.

O custeio proposto na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014 pelo atuário responsável pela avaliação do PBP1, para equacionamento do déficit técnico, não foi adotado no exercício de 2015.

Diante desta realidade, a fim de calcular as provisões matemáticas do PBP1, para este estudo foi considerado que para o exercício de 2016 e posteriores seja mantido o Plano de Custeio vigente na avaliação de encerramento do exercício de 31/12/2014, ou seja, sem revisão do custeio do Plano.

Lembramos que o Custeio Normal do PBP1 atualmente praticado teve o início de sua vigência na avaliação atuarial de encerramento do exercício do ano de 2000, ou seja, desde o ano 2000 o Plano de Custeio não mais foi revisto, apesar das avaliações atuariais que sucederam terem apresentado a necessidade de sua revisão. A exceção fica por conta da contribuição instituída na avaliação de encerramento do exercício de 2006 para o pensionista.

I - Contribuição Normal dos Participantes Ativos (Patrocinado):

A partir de 15/12/2000 os participantes devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado pela aplicação dos seguintes percentuais sobre o Salário de Participação (SP) com base no Teto do Salário de Contribuição do INSS (TI):

Idade em anos completos na Data da Inscrição	Percentual sobre todo SP	Percentual sobre o excesso do SP em relação à 50% TI	Percentual sobre o excesso do SP em relação ao TI
até 18 anos	1,875%	2,500%	8,750%
19 anos	1,938%	2,500%	8,750%
20 anos	2,000%	2,500%	8,750%
21 anos	2,063%	2,500%	8,750%
22 anos	2,125%	2,500%	8,750%
23 anos	2,188%	2,500%	8,750%
24 anos	2,250%	2,500%	8,750%

Idade em anos completos na Data da Inscrição	Percentual sobre todo SP	Percentual sobre o excesso do SP em relação à 50% TI	Percentual sobre o excesso do SP em relação ao TI
25 anos	2,313%	2,500%	8,750%
26 anos	2,375%	2,500%	8,750%
27 anos	2,438%	2,500%	8,750%
28 anos	2,500%	2,500%	8,750%
29 anos	2,563%	2,500%	8,750%
30 anos	2,625%	2,500%	8,750%
31 anos	2,688%	2,500%	8,750%
32 anos	2,750%	2,500%	8,750%
33 anos	2,813%	2,500%	8,750%
34 anos	2,875%	2,500%	8,750%
35 anos	2,938%	2,500%	8,750%
36 anos	3,000%	2,500%	8,750%
37 anos	3,063%	2,500%	8,750%
38 anos	3,125%	2,500%	8,750%
39 anos	3,188%	2,500%	8,750%
40 anos	3,250%	2,500%	8,750%
41 anos	3,313%	2,500%	8,750%
42 anos	3,375%	2,500%	8,750%
43 anos	3,438%	2,500%	8,750%
44 anos	3,500%	2,500%	8,750%
45 anos	3,563%	2,500%	8,750%
46 anos	3,625%	2,500%	8,750%
47 anos	3,688%	2,500%	8,750%
48 anos ou mais	3,750%	2,500%	8,750%

De acordo com o Regulamento do Plano o Salário de Participação corresponde aos valores que constituem a Remuneração do Participante.

Com base no Salário de Participação de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 18.910.074,41, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.697.308,35, equivalente a 8,9757% do Salário de Participação.

Do valor acima apresentado é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 1.570.010,22.

Cabe lembrar que para fins desta avaliação os Participantes em gozo de Auxílio Doença com menos de 24 meses nesta condição estão inclusos nos valores acima descritos, com seus respectivos valores apurados com base nas regras vigentes para os Participantes Ativos, mesmo que para o grupo em tela exista critério próprio para apuração das variáveis inerentes a este cálculo, conforme pode ser observado no item "V.a" deste Capítulo.

II - Contribuição Normal dos Participantes Autopatrocinados:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado de igual maneira aos Ativos, entretanto, deverá contribuir em dobro sobre a parcela do Salário de Participação objeto do autopatrocínio.

De acordo com o Regulamento do Plano o Salário de Participação corresponde aos valores que constituem a Remuneração do Participante.

Com base no Salário de Participação de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 86.241,31, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 22.139,92, equivalente a 25,6721% do Salário de Participação.

Do valor acima apresentado é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 20.479,43.

Lembrando que para o Participante Autopatrocinado o Salário de Participação ao qual será objeto do autopatrocínio é apurado com base na média aritmética dos doze últimos Salários de Participação relativos aos meses inteiros, recebidos pelo Participante na condição de patrocinado, corrigidos de acordo com a variação acumulada pelo Índice do Plano entre os meses de competência e o mês da sua apuração.

III - Contribuição Normal dos Participantes Remidos:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado de igual maneira aos Participantes Ativos, multiplicado pelo percentual de 7,5%, para fazer frente somente as despesas administrativas.

Lembrando que para o Participante Remido o Salário de Participação é apurado com base na média aritmética dos doze últimos Salários de Participação relativos aos meses inteiros, recebidos pelo Participante na condição de patrocinado, corrigidos de acordo com a variação acumulada pelo Índice do Plano entre os meses de competência e o mês da sua apuração.

IV – Joia:

A Joia não é mais calculada devida ao fechamento do PBP1 a entrada de novos participantes, entretanto, as joias apuradas anteriores a 11/05/2010, deverão ser mantidas, observando a necessidade de cumprimento dos prazos e das carências estipulados quando de sua determinação, para que o participante tenha direito à Aposentadoria Programada.

Em 31/12/2015 o valor mensal da Joia foi apurado em R\$ 42.124,04, que sobre a folha de Salário de Participação de Ativos e Autopatrocinados com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 18.996.315,72, resultou em 0,2218%.

Dos valores acima apresentados é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 38.968,44.

V - Contribuição Normal dos Participantes Assistidos:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre a Suplementação do Abono Anual, com 10% se Aposentados e, 6,0% se Pensionista, sobre a Suplementação Global.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por motivo diferente de Invalidez, no montante de R\$ 10.986.696,16, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.098.669,61.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por Invalidez, no montante de R\$ 691.642,61, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 69.164,26.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Pensionistas, no montante de R\$ 3.056.203,67, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 183.372,22.

Dos valores acima apresentados é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 1.063.593,04, R\$ 63.976,94 e R\$ 169.619,30, respectivamente.

Para o Participante Assistido o Salário de Participação é igual ao valor da Suplementação Global concedida pelo PBP1, ou seja, Suplementação mais Abono, no caso do pensionista, quando do início do benefício o Abono é incorporado à Suplementação.

Cabe lembrar que para fins desta avaliação os Participantes em gozo de Auxílio Doença com 24 ou mais meses nesta condição estão inclusos nos valores acima descritos, com seus respectivos valores apurados com base nas regras vigentes para os Participantes Assistidos, mesmo que para o grupo em tela exista critério próprio para apuração das variáveis inerentes a este cálculo, conforme pode ser observado no item V.a deste Capítulo.

V.a - Contribuição Normal dos Participantes Assistidos em Auxílio-Doença:

Devem contribuir mensalmente, inclusive sobre o 13º salário, com valor calculado de igual maneira aos Ativos.

Sobre o resultado decorrente da operação acima é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas.

Lembrando que para o Participante Assistido em Auxílio Doença o Salário de Participação é calculado com base na Remuneração, relativa a mês completo, que seria devida no mês de competência, caso estivesse em atividade no Patrocinador.

Pela segregação deste grupo, conforme descrito nos itens I e V deste Capítulo, não serão apresentados para fins desta avaliação atuarial os valores de Salário de Participação e de Contribuição. Entretanto, tal critério não exime a área operacional do Instituto de aplicar as regras contributivas de forma correta, conforme previsto no Regulamento do Plano.

VI - Contribuição Normal dos Patrocinadores:

Os Patrocinadores devem contribuir mensalmente com valor igual ao da soma das contribuições realizadas pelos Participantes Ativos e Assistidos a eles vinculados.

Para o Grupo de Participantes Assistidos oriundos da extinta empresa/patrocinadora PORTOBRÁS não haverá Contribuição Normal de Patrocinadora.

Conforme determinação do Tribunal de Contas da União, as Patrocinadoras CODERN/SEDE, CODERN/APMC, CODERN/APC, CODERN/APR, CODEBA/SEDE, CODEBA/AHSFRA, CDRJ, PORTO DO RECIFE, DOCAS PB, CODESA, CODESP/SEDE, CODESP/AHSUL, CODESP/AHRANA, CODESP/AHIPAR, CODESP/APFE e SNPH não vêm contribuindo de forma paritária para com os Pensionistas a elas vinculados. Maiores informações a cerca de cada determinação encontram-se nos documentos arquivados no Portus.

Com base no Salário de Participação de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos salários, no montante de R\$ 18.910.074,41, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.697.308,35, equivalente a 8,9757% do Salário de Participação.

Do valor acima apresentado é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 1.570.010,22.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por motivo diferente de Invalidez, no montante de R\$ 10.986.696,16, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 1.016.269,39.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Aposentados por Invalidez, no montante de R\$ 691.642,61, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 67.658,08.

Com base na Suplementação Global de 31/12/2015 com conceito de pico e capacidade dos benefícios dos Participantes Pensionistas, no montante de R\$ 3.056.203,67, foi apurado um valor mensal de contribuição de R\$ 12,184,25.

Dos valores acima apresentados é descontado o percentual de 7,5% para fazer frente as despesas administrativas, resultando em valor líquido de R\$ 983.823,56, R\$ 62.583,72 e R\$ 11.270,43, respectivamente.

Cabe lembrar que para fins desta avaliação os Participantes em gozo de Auxílio Doença estão inclusos nos valores acima descritos com base nos critérios de segregação adotados nos itens I e V deste Capítulo, devendo observar as diretrizes quanto a operacionalidade descritas no item V.a deste Capítulo.

Apresentamos no quadro abaixo apresentamos os percentuais médios de contribuição normal, segregados por Patrocinador, para Participantes Ativos e Autopatrocinados e, para os Patrocinadores.

Patrocinador	Salário de Participação mensal em R\$ ^(*)		Contribuição Normal mensal em R\$ ^(*)			Contribuição Normal mensal em % sobre o Salário de Participação		
	Ativo	Autop.	Ativo	Autop.	Patroc.	Ativo	Autop.	Patroc.
PORTOBRAS	-	-	-	-	-	0,0000%	0,0000%	0,0000%
PORTUS	109.775	3.674	5.147,66	668,90	5.147,66	4,6893%	18,2077%	4,6893%
CODOMAR	76.532	-	4.887,46	-	4.887,46	6,3862%	0,0000%	6,3862%
CDC	697.498	-	55.305,29	-	55.305,29	7,9291%	0,0000%	7,9291%
CODERN	1.059.699	-	86.979,82	-	86.979,82	8,2080%	0,0000%	8,2080%
CODEBA	1.295.687	-	102.883,71	-	102.883,71	7,9405%	0,0000%	7,9405%
CDP	1.571.537	-	137.888,76	-	137.888,76	8,7741%	0,0000%	8,7741%
CDRJ	4.504.799	54.502	420.126,38	14.857,69	420.126,38	9,3262%	27,2611%	9,3262%
APR	464.008	15.055	29.304,94	3.061,83	29.304,94	6,3156%	20,3379%	6,3156%
DOCAS-PB	23.270	2.730	1.574,48	187,98	1.574,48	6,7662%	6,8847%	6,7662%
CODESA	1.425.736	-	130.455,50	-	130.455,50	9,1500%	0,0000%	9,1500%
CODESP	7.427.058	10.281	701.934,50	3.363,51	701.934,50	9,4510%	32,7166%	9,4510%
SPI	127.738	-	11.329,01	-	11.329,01	8,8689%	0,0000%	8,8689%
EMAP	109.670	-	8.772,72	-	8.772,72	7,9992%	0,0000%	7,9992%
SNPH	17.067	-	718,13	-	718,13	4,2078%	0,0000%	4,2078%
Total	18.910.074	86.241	1.697.308	22.140	1.697.308	8,9757%	25,6721%	8,9757%

(*) Considera o conceito de pico e capacidade. Sendo calculados pela divisão entre o total resultante da aplicação da tabela de contribuição sobre o salário de participação de cada participante e o total de salário de participação de cada participante, relativo a cada patrocinadora. A contribuição da Patrocinadora é igual a do Participante Ativo e o Autopatrocinado paga a contribuição em dobro.

VII - Contribuição Extraordinária dos Patrocinadores:

Além da Contribuição Normal, os Patrocinadores deverão pagar as prestações para a amortização da Reserva de Tempo de Serviço Passado (Provisões Matemáticas a Constituir).

O valor mensal esperado para o próximo exercício é de R\$ 1.523.898,87, o que corresponde a um percentual da Folha de Salário de Participação dos Participantes Ativos e Autopatrocinados com conceito de pico e capacidade dos salários de 8,06%.

Para fins desta apuração são consideradas somente as contribuições daquelas patrocinadoras que são adimplentes com a contribuição extraordinária, conforme explicado no Capítulo 5 deste relatório.

VIII - Contribuição Administrativa:

A modalidade de receita administrativa adotada pelo PORTUS frente aos compromissos de gestão do PBP1 é a da Taxa de Carregamento através de percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios do Plano.

Neste contexto, a taxa de carregamento, que é de 7,5% ao mês, incide sobre as Contribuições Normais, Joia, conforme descrito acima, e sobre todos os benefícios concedidos pelo Plano, inclusive sobre o Pecúlio por Morte.

A receita administrativa do Portus, relativa ao programa previdencial no exercício de 2015 resultou em um montante de R\$ 23.485.495,94, em contrapartida, a despesa administrativa no mesmo período foi de R\$ 17.593.674,81.

Desta maneira, com base no total arrecadado a título de receita para o programa administrativo, percebemos que os referidos recursos vêm sendo suficiente para pagar as despesas administrativas da EFPC como também gerar evolução positiva no PGA. O Fundo Administrativo cresceu ao longo de 2015 em torno de 17%.

Abaixo apresentamos o quadro na forma da Fonte de Recursos previsto na Demonstração Atuarial, considerando as contribuições anuais e líquidas do percentual para cobrir as Despesas Administrativas, quando for o caso:

Contas	Participantes		Assistidos		Patrocinador		Total em Valores
	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	Valor (R\$)	Valor (%)	
Total de	21.182.955,17		16.248.253,19		53.970.628,40		91.401.836,76
Contribuições Previdenciárias	21.182.955,17	8,58	16.248.253,19	8,48	53.970.628,40	23,54	91.401.836,76
Normais	20.676.365,45	8,37	16.248.253,19	8,48	34.159.943,09	15,48	71.084.561,73
Extraordinárias	506.589,72	0,21	0,00	0,0	19.810.685,31	8,06	20.317.275,03
Déficit Equacionado	0	0	0	0	0	0	0,00
Serviço Passado	0	0	0	0	19.810.685,31	8,06	19.810.685,31
Outras Finalidades	506.589,72	0,21	0	0	0	0	506.589,72
Utilização de Fundos	0	0	0	0	0	0	0,00
Exigências Regulamentar	0	0	0	0	0	0	0,00
Destinação de reserva	0	0	0	0	0	0	0,00

Para fins de apuração dos valores contidas no quadro acima: a base de incidência das contribuições dos Participantes Ativos, Autopatrocinados e Assistidos em Auxílio-Doença com menos de 24 meses nessa condição é a soma dos Salários de Participação; a base de incidência das contribuições dos Participantes Aposentados, Pensionistas e Assistidos em Auxílio-Doença com mais de 24 meses nessa condição é a soma das Suplementações Globais; a base de incidência das contribuições das Patrocinadoras em relação aos Participantes Ativos e Assistidos em Auxílio-Doença com menos de 24 meses é a soma dos seus Salários de Participação e para os Participantes Aposentados, Pensionistas e Assistidos em Auxílio-Doença com mais de 24 meses nessa condição é a soma das suas Suplementações Globais, desconsiderando as suplementações referentes à PORTOBRAS e às Patrocinadoras que por determinação do TCU não mais contribuem para os Participantes Pensionistas e, por último, para fins de apuração do Serviço Passado da Patrocinadora é considerada como base de incidência a soma dos Salários de Participação dos Participantes Ativos e Autopatrocinados.

5. Resultados

Para apuração dos Resultados do PBP1, além da Base de Dados, Hipóteses Atuariais, Variáveis de Cálculo, Regime de Capitalização, Método de Financiamento e Plano de Custeio, descritos nos Capítulos acima, foram consideradas as regras vigentes do Regulamento do PBP1 em 31/12/2015; a base contábil e financeira posicionado em 31/12/2015, fornecida pela área contábil e financeira do PORTUS; e a manutenção de Fundo Previdencial, instituído na Avaliação Atuarial de 31/12/2008.

Assim, disponibilizamos no quadro o valor do Patrimônio Social e de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do PBP1 na posição de 31/12/2015, como também, para fins de comparação, na posição em 31/12/2014, em R\$.

Plano de Contas		31/12/2015	31/12/2014
2.3.0.0.00.00.00	PATRIMÔNIO SOCIAL	259.354.687,91	257.280.208,93
2.3.1.0.00.00.00	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	161.344.584,60	172.794.112,02
2.3.1.1.00.00.00	PROVISÕES MATEMÁTICAS	3.733.744.808,13	3.866.704.373,94
2.3.1.1.01.00.00	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07
2.3.1.1.01.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-	-
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	-	-
2.3.1.1.01.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	1.512.477.426,55	1.726.961.158,38
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO-PROGRAMADOS - ASSISTIDOS	560.099.131,88	528.952.241,69
2.3.1.1.02.00.00	BENEFÍCIOS A CONCEDER	1.722.295.242,25	1.678.341.058,98
2.3.1.1.02.01.00	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	-	-
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS - PARCELA PATROCINADOR(ES) / INSTITUIDOR(ES)	-	-
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS - PARCELA PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.02.02.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGRAMADO	1.699.521.159,45	1.651.560.612,47
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	1.751.894.784,67	1.706.916.268,77
2.3.1.1.02.02.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	25.676.285,96	27.155.064,89
2.3.1.1.02.02.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	26.697.339,26	28.200.591,41
2.3.1.1.02.03.00	BENEFÍCIO DEFINIDO ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGRAMADO	22.774.082,80	26.780.446,51
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	23.470.290,17	27.668.493,24
2.3.1.1.02.03.02	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PATROCINADORES	347.205,42	442.920,07
2.3.1.1.02.03.03	(-) VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUTURAS DOS PARTICIPANTES	349.001,95	445.126,66
2.3.1.1.03.00.00	(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR	61.126.992,55	67.550.085,11
2.3.1.1.03.01.00	(-) SERVIÇO PASSADO	61.126.992,55	67.550.085,11
2.3.1.1.03.01.01	(-) PATROCINADOR(ES)	61.126.992,55	67.550.085,11
2.3.1.1.03.01.02	(-) PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.03.02.00	(-) DÉFICIT EQUACIONADO	-	-

Liability - Serviços Técnicos em Atuária

Plano de Contas		31/12/2015	31/12/2014
2.3.1.1.03.02.01	(-) PATROCINADOR(ES)	-	-
2.3.1.1.03.02.02	(-) PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.03.02.03	(-) ASSISTIDOS	-	-
2.3.1.1.03.03.00	(+/-) POR AJUSTES DAS CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS	-	-
2.3.1.1.03.03.01	(+/-) PATROCINADOR(ES)	-	-
2.3.1.1.03.03.02	(+/-) PARTICIPANTES	-	-
2.3.1.1.03.03.03	(+/-) ASSISTIDOS	-	-
2.3.1.2.00.00.00	EQUILÍBRIO TÉCNICO	- 3.572.400.223,53	- 3.693.910.261,92
2.3.1.2.01.00.00	RESULTADOS REALIZADOS	- 3.572.400.223,53	- 3.693.910.261,92
2.3.1.2.01.01.00	SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	-	-
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DE PLANO	-	-
2.3.1.2.01.02.00	(-) DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO	- 3.572.400.223,53	- 3.693.910.261,92
2.3.1.2.02.00.00	RESULTADOS A REALIZAR	-	-
2.3.2.0.00.00.00	FUNDOS	98.010.103,31	84.486.096,91
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	57.799.386,29	49.606.504,62
2.3.2.1.01.00.00	REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR	-	-
2.3.2.1.02.00.00	REVISÃO DE PLANO	-	-
2.3.2.1.03.00.00	OUTROS - PREVISTOS EM NOTA TÉCNICA ATUARIAL	57.799.386,29	49.606.504,62
2.3.2.1.03.01.00	REVISÃO SUPLEMENTAÇÕES DECORRENTE DA LEI N° 9.876/1999	57.799.386,29	49.606.504,62
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	36.355.121,47	31.192.977,47
2.3.2.2.01.00.00	PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA	36.355.121,47	31.192.977,47
2.3.2.2.02.00.00	PARTICIPANTES NO FUNDO ADMINISTRATIVO PG	-	-
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.855.595,55	3.686.614,82

O resultado acima apresentado indica em 31/12/2015 um **Déficit Técnico para o BBP1 de valor muito elevado, equivalente a 2314% do Patrimônio de Cobertura do Plano**, derivando em um nível de insolvência muito além do aceito. Assim, o nível de solvência atuarial do Plano está em apenas 4,32%.

Para fins de classificação entre Benefícios Programados e Não Programados consideramos os seguintes critérios:

- Benefício Programado Concedido: Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; e Pecúlio por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial.
- Benefício não Programado Concedido: Aposentado por Invalidez; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez; Pensão por Morte em geral; e Pecúlio por Morte de Aposentado por Invalidez.
- Benefício Programado a Conceder: Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Tempo de Contribuição, Idade e Especial; e Pecúlio por Morte de Aposentado por Tempo de

Contribuição, Idade e Especial. Para os Participantes Remidos (optantes pelo Benefício Proporcional Diferido) seus encargos atuariais também são classificados neste grupo.

- Benefício não Programado a Conceder: Aposentado por Invalidez; Reversão em Pensão por Morte de Aposentado por Invalidez; Pensão por Morte de Participante Ativo e Autopatrocinado; e Pecúlio por Morte de Participante Ativo, Autopatrocinado e de Aposentado por Invalidez. Os encargos atuariais relativos ao benefício de Auxílio Doença são classificados neste grupo.

O Benefício de Auxílio Reclusão não foi avaliado, tendo em vista que nos últimos anos não foram observadas ocorrências. Por outro lado, os Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Resgate e Portabilidade não foram avaliados no presente estudo, pois, a Hipótese Atuarial responsável pela mensuração desses eventos, que é a de Rotatividade, é nula. Entretanto, os encargos relativos a esses Institutos podem ser associados aos encargos atuariais do Benefício Programado a Conceder, já que nele as provisões estão em seu nível mais elevado de valor, ainda mais, que o valor nulo da hipótese de rotatividade não retira ninguém do modelo de forma antecipada.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos relativos às Aposentadorias Programa e por Invalidez e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte foram calculadas líquidas das contribuições dos atuais Participantes Assistidos e dos futuros Pensionistas.

As Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos relativos às Pensões por Morte foram calculadas líquidas das contribuições dos atuais Pensionistas.

As Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativos às Aposentadorias Programa e por Invalidez e suas respectivas Reversões por Morte, como também, das Pensões por Morte, foram calculadas líquidas das contribuições dos futuros Participantes Assistidos e Pensionistas.

Os encargos líquidos também consideraram as contribuições das Patrocinadoras, observando o disposto no item VI do Capítulo 4 deste estudo.

As definições dos Benefícios e Institutos do PBP1 são abordadas na Nota Técnica Atuarial do Plano.

De forma sintética seguem as Provisões Matemáticas e o Fundo Previdenciário consolidado por Patrocinadora em R\$ por Mil.

PATROCINADOR	Provisões Matemáticas				Fundo Previdencial	Total de Encargos	% de Encargos
	Benefícios Concedidos	Benefícios a Conceder	à Constituir	Total			
PORTOBRAS	67.950	-	-	67.950	-	67.950	1,79%
PORTUS	13.544	7.309	-	20.853	569	21.422	0,56%
CODOMAR	30.255	6.165	4.200	32.220	185	32.405	0,85%
CDC	48.735	55.927	8.683	95.979	472	96.451	2,54%
CODERN	70.870	86.333	-	157.203	1.550	158.753	4,19%
CODEBA	103.753	109.090	-	212.843	5.571	218.415	5,76%
CDP	47.040	114.184	-	161.224	1.520	162.744	4,29%
CDRJ	337.993	427.715	-	765.708	9.505	775.213	20,45%
APR	5.868	30.849	-	36.717	937	37.654	0,99%
DOCAS-PB	6.127	1.569	-	7.696	- 76	7.619	0,20%
CODESA	129.008	135.625	12.565	252.068	6.740	258.807	6,83%
CODESP	1.176.056	725.496	35.679	1.865.873	29.977	1.895.851	50,00%
SPI	23.409	12.088	-	35.497	1.127	36.623	0,97%
EMAP	1.146	8.685	-	9.831	-	9.831	0,26%
SNPH	10.822	1.261	-	12.083	- 275	11.808	0,31%
TOTAL	2.072.576	1.722.296	61.127	3.733.745	57.802	3.791.546	100,00%

O Fundo Previdencial foi constituído em 31/12/2008 com a finalidade de dar cobertura pela elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possíveis revisões do cálculo das suplementações, tendo em vista que o Portus adotou as alterações introduzidas nos benefícios do INSS pela Lei nº 9.876/1999 para o cálculo da concessão de seus benefícios. Atualmente seu valor está em R\$ 57.799.386,29, e a variação ao longo de 2015 em relação ao valor registrado em 31/12/2014 foi R\$ 8.192.881,67, proveniente da sua atualização pela Meta Atuarial (5% a.a. mais variação do INPC-IBGE) do PBP1.

O Valor Atual dos Salários Futuros dos Participantes Ativos é de R\$ 329.030.661,39 e dos Autopatrocinados é de R\$ 1.775.451,80, resultando num total de R\$ 330.806.113,19.

O Custo Normal do ano, com base nas Contribuições dos Participantes Ativos e Autopatrocinados e das Patrocinadoras em nome dos Participantes Ativos, líquida do percentual para fazer frente as despesas administrativas é de R\$ 41.086.798,31. Neste Custo Normal não está computado o valor relativo a Joia, a Contribuição Extraordinária, aos Participantes Assistidos e a contrapartida das Patrocinadoras.

Entretanto, devemos chamar a atenção que este custo é decorrente do atual custeio do PBP1, não sendo computado nele o custo relativo a insuficiência Patrimonial do Plano para fazer frente aos compromissos com pagamento dos benefícios e institutos cobertos por ele.

6. Parecer Atuarial

A Avaliação Atuarial de encerramento do exercício ano de 2015, do Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29), administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL teve como data base dos cálculos 31/12/2015 e considerou os seguintes fatores em seu desenvolvimento:

Base de Dados:

A base de dados foi fornecida pelo PORTUS em relação aos Participantes e seus Beneficiários existentes em 31/12/2015. A esse conjunto de informações foram aplicados testes de consistência para verificar os aspectos qualitativos e quantitativos antes de ser utilizada nos cálculos atuariais. Após receber os ajustes de acordo com as respostas fornecidas pelo PORTUS, a mesma foi julgada própria e adequada para realização desta Avaliação Atuarial. Entretanto, ressalta-se que os testes, os questionamentos, as respostas e os ajustes realizados não garantem a não existência de outras inconsistências, assim, sendo exclusivamente do PORTUS a responsabilidade sobre a veracidade das informações.

Segundo o PORTUS, o cadastramento dos Participantes e Beneficiários do PBP1 previsto para ter início em 2014 foi adiado, tendo sido postergado até a definição de uma nova data para seu início.

Informações Contábeis de Financeiras:

As informações contábeis e financeiras foram fornecidas pelo PORTUS na posição de 31/12/2015, a elas não foi aplicado nenhum teste de consistência, sendo exclusivamente do Portus a responsabilidade sobre a veracidade das mesmas.

Hipóteses Atuariais, Regime de Capitalização e Método de Financiamento:

As hipóteses atuariais, regimes de capitalização e método de financiamento consideradas na avaliação atuarial de 31/12/2015 são aqueles descritos no Capítulo 3 deste Relatório.

Plano de Custeio:

Foi considerado o Plano de Custeio vigente na Avaliação Atuarial do PBP1 de encerramento do exercício 2014, conforme apresentado no Capítulo 4 deste relatório.

Neste Parecer Atuarial serão apresentados os principais resultados do PBP1 acrescidos dos itens analíticos exigidos no Demonstração Atuarial.

Abaixo apresentamos as principais contas patrimoniais do Passivo do PBP1 em 31/12/2015 e 31/12/2014, em R\$ e a variação entre os dois exercícios.

Contas Patrimoniais	31/12/2015	31/12/2014	Variação em R\$	Variação em %
Passivo	353.201.715,57	348.666.608,68	- 4.535.106,89	-1,28%
Exigível Operacional	9.896.297,88	8.913.848,52	- 982.449,36	-9,93%

Liability - Serviços Técnicos em Atuária

Contas Patrimoniais	31/12/2015	31/12/2014	Varição em R\$	Varição em %
Gestão Previdencial	9.186.362,74	8.258.277,84	- 928.084,90	-10,10%
Gestão Administrativa	688.120,11	597.553,00	- 90.567,11	-13,16%
Investimentos	21.815,03	58.017,68	36.202,65	165,95%
Exigível Contingencial	83.950.729,78	82.472.551,23	- 1.478.178,55	-1,76%
Provisões Matemáticas	3.733.744.808,13	3.866.704.373,94	132.959.565,81	3,56%
Benefícios Concedidos	2.072.576.558,43	2.255.913.400,07	183.336.841,64	8,85%
Benefícios a Conceder	1.722.295.242,25	1.678.341.058,98	- 43.954.183,27	-2,55%
a Constituir [1]	61.126.992,55	67.550.085,11	6.423.092,56	10,51%
Déficit	-3.572.400.223,53	-3.693.910.261,92	- 121.510.038,39	3,40%
Fundos	98.010.103,31	84.486.096,91	- 13.524.006,40	-13,80%
Previdencial	57.799.386,29	49.606.504,62	- 8.192.881,67	-14,17%
Administrativo	36.355.121,47	31.192.977,47	- 5.162.144,00	-14,20%
Investimentos	3.855.595,55	3.686.614,82	- 168.980,73	-4,38%

(*) Somente são consideradas as RTSA das Patrocinadoras que estão pagando as Contribuições Especiais para a sua amortização.

O Déficit Técnico Acumulado do PBP1 em 31/12/2015 foi avaliado em **R\$ 3.572.400.223,53**, resultando em 3,40% a menos do que o déficit avaliando em 31/12/2014 no valor R\$ 3.693.910.261,92.

Observa-se em mais um encerramento de exercício resultado técnico negativo do Plano com um enorme grau de insolvência, já que o Patrimônio de Cobertura do Plano (Patrimônio Social menos os Fundos) representa apenas 4,32% das Provisões Matemáticas do Plano, ou seja, os recursos previdenciários não são suficientes nem para cobrir as obrigações com os benefícios concedidos (Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos).

A natureza do Resultado Deficitário do PBP1 provém de diversas fontes ocorridas em diferentes momentos durante a vida do Plano, neste contexto, podemos citar como as principais causas:

- equivocado dimensionamento da Reserva de Tempo de Serviço Passado (RTSA) no ano de 2000, que considerava dentre diversos critérios inconsistentes, hipótese de geração futura, hipótese de mortalidade geral não aderente à época, não dimensionamento real do tempo de serviço anterior dos participantes que ingressavam no plano, não inclusão do custo relativo as Pensões e considerando a RTSA como sendo uma fato novo, ignorando que o mesmo já vinha sendo constituído desde a criação do Plano, mas de forma insuficiente;
- "perdão" de Joia de Participante sem haver contra partida de receita para financiar o custo relativo ao ingresso do participante;
- não cumprimento parcial ou integral do Plano de Custeio aprovado na avaliação do exercício de 2000;
- pagamento das contribuições em atraso sem a devida aplicação de correção necessária;
- má gestão dos recursos garantidores;
- perda de oportunidade de aplicação dos recursos garantidores não ingressados;

- não revisão do Plano de Custeio ao longo dos anos;
- adoção de hipóteses atuariais sem determinação de custeio específico;
- ações judiciais que majoram suplementações dos participantes;
- falta de custeio para implantação das modificações trazidas pela Lei 9.876/99; e
- não pagamento do valor relativo a retirada de patrocínio da extinta PORTOBRÁS.

Para exemplificar, apresentamos alguns dos fatos passados convertidos em valores monetários mensurados na data desta avaliação.

As decisões do TCU quanto a não contribuição das Patrocinadoras de forma paritária aos Pensionistas, o impacto atuarial é de **R\$ 58 milhões** aproximadamente. Neste valor não está mensurado o montante financeiro que deixou de entrar nos cofres do PBP1 e nem a perda pela não disponibilidade para aplicação financeira desses recursos.

A troca da Taxa Real de Juros efetivada na avaliação atuarial de 2011 de 6% ao ano para 5% ao ano, o impacto atuarial em 31/12/2015 para fins de ilustração é de **R\$ 336 milhões**, aproximadamente 9,00% do Passivo Atuarial.

As suplementações que por decisão judicial tiveram seus valores majorados ao longo de 2015 resultaram em um impacto atuarial de **R\$ 2.931.364**. A EFPC estima que no exercício de 2016 ela encerrará o levantamento minucioso das situações análogas relativas aos exercícios anteriores para mensuração do impacto total relativo as provisões matemáticas do Plano.

No exercício de 2015 ainda não foi implementada pela Entidade o provisionamento periódico relativo ao impacto atuarial decorrente das ações que por ventura possam vir a majorar outras suplementações.

A Provisão Matemática à Constituir, considerada nesta avaliação, levou em conta somente as provisões daqueles patrocinadores que vem honrando com seu pagamento. Sendo assim, sua evolução ocorreu conforme o esperado, com base no pagamento das prestações e atualização do saldo devedor, conforme segue:

Patrocinadora	Possui Contrato	Saldo Devedor	Nº de prestações pagas	Nº de prestações faltantes
30 CODOMAR/SEDE	Sim	3.708.462,14	120	120
31 CODOMAR/AHIMOC ^(*)	Não	491.850,39	-	-
SUB-TOTAL - CODOMAR		4.200.312,53		
40 CDC	Sim	8.683.476,61	105	135
110 CODESA	Sim	12.565.056,03	129	111
130 CODESP/SEDE	Sim	35.047.781,90	147	33
131 CODESP/AHSUL	Sim	216.043,50	147	33
132 CODESP/AHRANA	Sim	101.743,70	147	33
133 CODESP/AHIPAR	Sim	124.355,63	147	33
134 CODESP/APFE	Sim	115.972,37	147	33
135 CODESP/APL	Sim	72.250,28	147	33
SUB-TOTAL - CODESP		35.678.147,38		

Patrocinadora	Possui Contrato	Saldo Devedor	Nº de prestações pagas	Nº de prestações faltantes
Total		61.126.992,55		

(¹) Não assinou acordo, mas vem pagando um valor de 3,933% sobre salário participação.

Observação:

a) As patrocinadoras que firmaram contrato e não estão honrando: CODERN/SEDE, CODERN/APC, CODEBA/SEDE e CODEBA/AHSFRA. A CDRJ firmou contrato e não vem pagando, entretanto parte de seu débito foi pago através de valores de levantamentos junto ao judicial.

b) As Patrocinadoras que não firmaram contrato e não vem pagando: PORTO DE RECIFE, DOCAS PB, e SPI.

c) Os valores relativos à PORTOBRÁS foram assumidos pelas patrocinadoras sucessoras e o PORTUS ainda possui um resíduo a ser pago, aguardando aditivo.

d) As Patrocinadoras CODERN/APC, CODERN/APR, CODESP/API e EMAP não foram relacionadas para pagamento da RTSA, entretanto, a EMAP vem pagando contribuição para tanto.

e) As Patrocinadoras CODOMAR/AHINOR, CODOMAR/APM, CDP e SNPH quitaram sua dívida em relação a RTSA, entretanto, a CDP continua pagando contribuição.

A Provisão Matemática de Benefícios Concedidos variou – 8,85% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2014.

Já, a Provisão Matemática de Benefícios a Conceder variou 2,55% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2014.

A variação do total das Provisões Matemáticas, excluído a constituir, foi de -10,51% em relação ao valor apurado na avaliação de 31/12/2014.

As principais causas da variação ao longo do exercício de 2015 foram as que se encontram listadas nas tabelas a seguir apresentadas.

Para Benefícios a Conceder:

Descrição	Valores em R\$
PMBAC 31/12/2014 Portus	1.678.341.058,98
Folha de Contribuição	- 14.784.983,77
Meta Atuarial	274.748.607,51
Saídas de Ativos	- 29.376.301,14
Ativos não considerados nesta condição na avaliação de 31/12/2014	2.670.329,95
Postergação de Aposentadoria	- 74.775.041,23
Salário Esperado	14.325.789,23
Impacto mudança Hipóteses(¹)	-114.301.988,78
PMBAC 31/12/2015 Estimada	1.736.847.470,75
PMBAC 31/12/2015 Reavaliada	1.722.295.242,25
Não explicado	14.552.228,50
Índice de Explicação	99,16%

(¹) Impacto de Hipóteses: CS 2015, Fator de Capacidade 97,27%, Tábua de Mortalidade AT 2000 por sexo e Composição Familiar.

Para Benefícios Concedidos:

Descrição	Rendas em R\$
PMBC 31/12/2014 Portus	2.255.913.400,02
Despesas Rendas/Pecúlios	- 186.728.912,80
Receitas Contribuições	45.000.071,46

Descrição	Rendas em R\$
Meta Atuarial	349.897.108,80
Extinção de Benefícios	- 23.753.911,29
Novos Benefícios	28.441.648,76
Variação Suplementação	- 20.917.101,47
Impacto mudança Hipóteses ^(*)	- 365.275.833,82
PMBC 31/12/2015 Estimada	2.082.576.469,66
PMBC 31/12/2015 Reavaliada	2.072.576.558,39
Não explicado	9.999.911,27
Índice de Explicação	99,52%

(*) Impacto de Hipóteses: Fator de Capacidade 97,27%, Tábua de Mortalidade AT 2000 por sexo e Composição Familiar.

Os principais riscos atuariais do Plano são os relacionados às hipóteses de mortalidade geral, pelo constante aumento da sobrevivência da população; da taxa real de juros, decorrente da descapitalização, falta de recursos para investimentos alinhados a meta atuarial e da insolvência do Plano; da taxa real de crescimento salarial, tendo em vista a enorme volatilidade dos Salários de Participação, principalmente para o grupo de participantes que se encontram aptos a se aposentarem pelo PBP1, os quais não são alcançados pelo modelo de mensuração da referida hipótese; e as possíveis alterações nas regras do Regime Geral da Previdência Oficial do Brasil.

Cumprе salientar, que em relação ao exercício de 2014 o ganho real salarial médio observado em 2015 foi inferior, mas ainda acima da hipótese apontadas pelas Patrocinadoras. Sugerimos que ao longo do exercício de 2016 o Portus realize um estudo a respeito desta hipótese independente dos valores fornecidos pelas patrocinadoras.

Ainda neste contexto, pode ser citado como risco do Plano o judicial, decorrente do enorme volume de ações existentes contra o Portus, onde os participantes pleiteiam aumento no valor das suas suplementações pagas pelo PBP1, e na maioria das sentenças o PBP1 é acionado a custeá-los sozinho. Por este motivo, além da medida apontada anteriormente em relação às ações judiciais que já resultaram em alteração nos valores das suplementações do PBP1, é indicado que o Portus passe a provisionar os impactos futuros nas Provisões Matemáticas do Plano das possíveis perdas com ações judiciais, vislumbrando repassar a responsabilidade a cada integrante do Plano, através da criação de um Fundo Previdencial para tanto, pois atualmente, o Portus somente provisiona no Exigível Contingencial relativo as perdas prováveis relativas aos valores pretéritos.

Para ilustrar a referida engenharia, abaixo segue de forma sintética, o mapa de perdas decorrente de ações judiciais:

a) Perda Patrimonial: ocorre quando existe a necessidade de contingenciar os valores de possíveis resultados desfavoráveis ao Plano, esses valores são apurados com base em valores arbitrados pelos autores da ação, por cálculos desenvolvidos pelo Portus ou por calculistas do juízo, mas todos tendo o objetivo de mensurarem o passado, ou seja, o que seria devido caso, a partir de uma determinada data, o PBP1 tivesse pago suplementação de valor $x + y$ ao invés de x . Inclusive, nesse valor ainda podem ser incluídos multas, juros, correção, honorários advocatícios e outros custos inerentes à ação.

b) Realização da Perda: ocorre quando a ação de fato é transitada em julgado e o Portus/PBP1 é obrigado a pagar o valor relativo ao passado, em certos casos, dependendo do custo final, o valor contingenciado tem de ser complementado, dificilmente existe uma reversão de valores para o Plano. Este item ainda pode ser acrescido da situação em que o juízo determina o bloqueio de recursos do Plano, com ou sem o levante dos mesmos, criando um fator agravante, já que nesta determinação, que configura na realização do ativo, não é observado se naquele momento sua cotação geraria perdas para o Plano.

c) ocorre quando a ação de fato é transitada em julgado e o Portus/PBP1 é obrigado a pagar o valor relativo ao passado, em certos casos, dependendo do custo final, o valor contingenciado tem de ser complementado, dificilmente existe uma reversão de valores para o Plano. Este item ainda pode ser acrescido da situação em que o juízo determina o bloqueio de recursos do Plano, com ou sem o levante dos mesmos, criando um fator agravante, já que esta operação configura a realização do ativo não observando a possibilidade de haver perdas financeiras com base na cotação do mesmo no dia da efetivação da determinação judicial.

Portanto, este tipo de acontecimento, compromete o nível de solvência do Plano, pois consome patrimônio e majora os encargos atuariais, assim, agravando ainda mais sua situação Patrimonial/Deficitária.

Salientamos que o custo relativo as ações judiciais em algum momento será cobrado dos participantes e patrocinadoras do Plano, pois, considerando que os pleitos não estão previstos na estrutura de benefícios do Plano, também não são previstos no sua estrutura de custeio e, ao serem implementados judicialmente causam perdas para o Plano e, não havendo sobra de recursos para ser utilizada para a cobertura desses eventos, resulta em déficit para o Plano, que segundo a legislação previdenciária deverá ser coberto através do aporte de contribuições extraordinárias vertidas ao Plano pelas partes acima relacionadas.

O Patrimônio Social obteve uma evolução positiva em relação ao exercício de 2015, resultando em valor na ordem de R\$ 2 milhões a maior do que o valor de 2014.

Por outro lado, o Plano continua sendo prejudicado pelo não cumprimento do Plano de Custeio decorrente do não pagamento das contribuições devidas por algumas Patrocinadoras, neste item, não está sendo incluída as revisões sugeridas nas Avaliações Atuariais anteriores, para manutenção do Plano e equacionamento do Déficit Técnico do PBP1.

Tal fato é confirmado pela observação dos registros contábeis, onde resulta em elevado valor de dívidas de contribuições em atraso, destacando-se que, com base em informações prestadas pelo PORTUS, o Plano de Custeio adotado para o exercício de 2015 não foi seguido na íntegra pelas Patrocinadoras CODOMAR, CODERN, CODEBA, CDP CDRJ, PORTO DE RECIFE S/A, DOCAS PB, CODESA, CODESP, SPI e SNPH.

Devemos esclarecer que parte dos descumprimentos contabilizados pelo Portus se deve as decisões e orientações do TCU para com determinadas patrocinadoras quanto a não existência de paridade contributiva entre as patrocinadoras e os Participantes Assistidos na condição de pensionistas.

Entretanto, cumpre esclarecer que segundo o Portus, este não é seu entendimento, portanto, a não consideração da contribuição patrocinadora para pensionistas no presente estudo, no que se refere aos valores aqui apresentados (contribuições, custeio e provisões matemáticas), tem por objetivo adotar o **critério da prudência**, até porque essa discussão já está acontecendo na esfera judicial.

A Meta Atuarial de rentabilidade do PBP1 ao longo de 2015 resultou em 16,52% (5% a.a. mais a variação acumulada do INPC-IBGE entre dez/14 a nov/15, apurado em 10,97%).

A Taxa Nominal de Rentabilidade dos recursos garantidores do Plano ao longo de 2015 resultou em 4,35%, isto significa que o resultado da aplicação dos recursos garantidores do Plano não foram suficiente nem para cobrir a inflação componente da Meta Atuarial.

Em termos monetários, apesar da rentabilidade obtida pelo Plano em termos percentuais estar deslocada da Meta Atuarial, pelo motivo do Patrimônio de Cobertura ser **2314%** inferior as Provisões Matemáticas do Plano, seu valor é muito aquém daquele caso o Plano hoje possuísse resultado técnico de equilíbrio.

A respeito da aderência do valor atual da taxa real de juros, segundo os estudos realizadas pela Risk Office, a taxa real de juros do Plano com base na rentabilidade esperada dos recursos garantidores do Plano poderia estar no máximo em 5,96% a.a..

Ainda neste contexto, se formo observar o intervalo relativo a taxa real de juros, conforme Resolução CNPC nº 15/2014 e Portaria nº 197/2015, onde a PREVIC divulgou a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média para o exercício de 2015, com base na duração do passivo apurado conforme planilha PREVIC constante da Portaria nº 708/2015, que resultou em 11,28 anos, a taxa real de juros do Plano deve estar ente o seguinte intervalo: 3,71% a.a. a 5,70% a.a..

Desta maneira, observamos que o PBP1 é um Plano em que sua Taxa Real de Juros está dentro do limite determinado pela legislação, mas pelo motivo do reduzido valor de seus ativos garantidores as receitas financeiras não são suficientes em termos monetários para gerar a rentabilidade necessária e não possuem a força para acompanhar a longevidade das obrigações com pagamento dos benefícios garantidos pelo Plano.

Neste sentido, o Portus não irá adotar taxa de juros diferente da considerada na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2014.

Portanto, neste momento, para comprovar ou não a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao Plano de Custeio torna-se necessário **conhecer como será estruturado o Plano para equacionamento da situação deficitária do PBP1**, para aí sim conhecer como ocorrerá o ingresso de recursos no Plano e realizar o estudo necessário para identificar se o atual nível da Taxa Real de Juros terá ou não respaldo frente ao mercado e em relação ao fluxo futuro de receitas e despesas.

O Fundo Previdencial teve sua variação ao longo de 2015, conforme segue:

Descrição	Em R\$
Saldo em 31/12/2014	49.606.504,62

Recursos Recebidos no Exercício	8.192.881,67
Recursos Utilizados no Exercício	0,00
Saldo em 31/12/2015	57.799.386,29

A constituição do Fundo Previdencial iniciou com a avaliação atuarial de 31/12/2008 com a finalidade de formar recursos para dar cobertura pela elevação das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em razão de possíveis revisões no cálculo das suplementações, tendo em vista que o Portus até aquele momento não havia adotado as alterações introduzidas nos benefícios do INSS pela Lei nº 9.876/1999, assim, considerando o método da Lei nº 8.213/1991, para o cálculo da concessão de seus benefícios. A adoção pelo método da Lei nº 9.876/1999 ocorreu somente a partir de janeiro de 2012. Portanto, o fundo tem por objetivo custear o impacto futuro de todas as revisões administrativas e judiciais que por ventura vierem ocorrer entre a data da promulgação da referida Lei até a data em que o Portus passou efetivamente a considerar a mesma nas concessões das suplementações do PBP1.

Naquela época foi realizado um estudo onde foi constatada a necessidade de um valor de R\$ 7.067.353,34 para fazer frente às possíveis revisões pretéritas e que o mesmo iria crescer ao longo dos anos pela Meta Atuarial de rentabilidade.

Alguns pontos que devem ser destacados acerca do referido Fundo:

a) Desde sua criação o Fundo foi reavaliado em 31/12/2011, data em que o Portus passou a conceder as suplementações do PBP1 com base na Lei nº 9.876/1999, assim, ao Fundo foi incorporado as concessões de benefícios ocorridas entre 31/08/2008 a 31/12/2011.

b) O Fundo foi formado sem haver fonte de custeio específica, já que naquela época o Plano já se encontrava deficitário e a revisão do Custeio do Plano, com base na proposta do atuário, não foi adotado pelo Portus, ou seja, foi provisionado um Fundo que reduziu o Patrimônio de Cobertura do Plano, assim, aumentando o seu Déficit Técnico acumulado. Entretanto, este não é um custo apresentado de forma oportuna já que quando da avaliação do benefício a conceder, pelo menos a partir do exercício de 2003, o impacto pela adoção da Lei nº 9.876/1999 estava sendo considerada em seus cálculos, portanto, a criação do Fundo foi a forma encontrada para refletir o efeito da redução nas provisões matemáticas do Plano quando da concessão da suplementação com base na Lei nº 8.213/1991.

c) Por último deve ser observada a necessidade do Portus ao longo do exercício de 2016 identificar todas as revisões nos valores das suplementações decorrentes de decisão judicial, cuja matéria é a revisão pelo método da Lei nº 9.876/1999, apurar o custo atuarial e verificar a possibilidade de reversão de recursos do Fundo para o Patrimônio a fim de equalizar tal impacto.

O Custo apurado para o PBP1 em 31/12/2015:

Custo Normal (Somente Participante Ativo com base na folha de salários)	17,9514%
Futuras Suplementações de Auxílio-Doença	0,0234%

Futuras Supl. de Aposent. Invalidez + Rev. Pensão + Peculio	0,1224%
Futuras Supl. de Aposent. Programadas + Rev. Pensão + Peculio	16,3834%
Futuros Pecúlios por Morte	0,0078%
Futuras Pensões de Ativos	0,0679%
Administração	1,3464%
Custo Especial (Percentual com base no VAS Ativo e Autopatrocinado)	1098,39%
RTSA das Patrocinadoras	18,48%
Cobertura do Déficit	1079,91%
Custo Total (Normal + Especial)	1116,34%

O Custo Normal do Plano tende a se estabilizar anualmente conforme a maturidade do grupo de participantes vai ocorrendo, assim, o PBP1 já possui um contingente significativo de participantes que possuem as condições plenas para se aposentarem de forma integral pelo benefício de Aposentadoria Programada, aproximadamente de 62%, portanto, o custo irá crescer de forma muito mais próxima a variação da meta atuarial de rentabilidade.

Em conjunto com esta característica este grupo remanescente possui um benefício estimado médio mensal bruto de aproximadamente R\$ 5.560. A combinação destas características cria um cenário de agravamento do custo do Plano por aproximadamente mais uns 5 anos, pois, além, desta situação, existe o fato de que a hipótese de crescimento salarial informada pelas patrocinadoras não refletem a variação real média encontrada nos estudos em relação ao crescimento dos salários de participação considerados no cálculo do benefício projetado.

Abaixo segue quadro contendo a distribuição dos Participantes Ativos e Autopatrocinados por faixa de tempo faltante para a aposentadoria programada.

Número de meses faltantes para Suplementação de Aposentadoria Programada – PBP1			Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Custo mensal previsto com pagamento de benefícios em R\$ ^(*)
		0	1.104	62,02%	5.559.788
1	a	12	106	5,96%	550.092
13	a	24	95	5,34%	508.421
25	a	36	86	4,83%	483.815
37	a	48	96	5,39%	583.345
49	a	60	65	3,65%	392.153
61	a	72	59	3,31%	357.261
73	a	84	32	1,80%	163.440
85	a	96	15	0,84%	66.819
97	a	108	8	0,45%	17.714
109	a	120	3	0,17%	9.867
121	ou	mais	111	6,24%	446.407
TOTAL			1.780	100,00%	9.139.122

(*) Valor Líquido da Contribuição Normal de 10%.

Por outro lado, existe o fator que resulta em ganho para os resultados do Plano, este, é relacionado aos participantes que já tem condições plenas de se aposentar, mas, vem postergando seu direito; conforme tabela acima pode ser observado que 1.104 participantes se encontram nessa situação.

O equacionamento imediato do Déficit Técnico do PBP1 torne-se inevitável, por ser de valor muito expressivo, mas, o principal fato que deve orientar o seu equacionamento está relacionado **ao alto grau de insolvência em que se encontra**.

Considerando o que preconiza a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar no que diz respeito ao equacionamento de Déficit Técnico, o resultado deficitário do Plano deverá ser equacionando entre participantes e patrocinadoras observando a proporção quanto às contribuições normais vertidas no exercício em que foi apurado o resultado.

A proporção contributiva com base no Plano de Custeio vigente em 31/12/2015 está assim constituída:

Folha de Contribuição Atuarial em 31/12/2015		
Categorias	Participantes	Patrocinadoras
Ativos	1.697.308,35	1.697.308,35
Autopatrocinados	22.139,92	-
Aposentados Programados	1.098.669,61	1.063.593,04
Aposentados por Invalidez	69.164,26	67.658,08
Pensionistas	178.543,18	10.865,49
Total	3.065.825,32	2.839.424,96
Proporção Contributiva	52,00%	48,00%

Para efeitos do estudo acima foi considerado o conceito de Pico e de Capacidade para os Salários e Benefícios.

Assim, antes de apresentar o valor do déficit técnico atribuível aos grupos do Plano, torna-se necessário observar o que preceitua a Resolução nº 22/2015, onde o déficit a ser equacionado, observada a situação econômica, financeira e atual do Plano, deverá ser aquele que ultrapassar o limite apurado pela seguinte formulação: $1\% \times (\text{duração do passivo em anos} - 4) \times \text{Provisão Matemática cujos benefícios estejam estruturados na modalidade de benefício definido}$.

Para o Plano em tela, este limite equivale a $R\$ 276.266.667,09 = (1\% \times 11,28 - 4) \times R\$ 3.794.871.800,68$. Portanto, observando a legislação, o déficit a ser equacionado em 31/12/2015 é de $R\$ 3.296.133.556,44$, ou seja, a diferença entre os seguintes valores, $R\$ 3.572.400.223,53$ e $R\$ 276.266.667,09$.

Ainda neste contexto, segundo a Instrução PREVIC nº 19/2015, para fins de equacionamento de déficit deverá ser considerado o equilíbrio técnico ajustado constante das informações complementares do Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios, sendo este ajuste positivo ou negativo.

Entretanto, a Entidade informou que não tem como garantir que os atuais títulos públicos que se enquadrem na referida resolução possam ser mantidos até o vencimento, por conta do alto índice de insolvência do Plano. Portanto, o ajuste não foi calculado.

Com base na explicação acima, podemos observar o valor do Déficit Técnico atribuível a cada categoria ficou distribuído da seguinte maneira:

Categorias	Déficit Técnico 31/12/2015
Participantes	1.713.989.449,35
Patrocinadoras	1.582.144.107,09
Total	3.296.133.556,44

Considerando a atual legislação a Entidade deverá montar plano para equacionamento do referido déficit ainda no exercício de 2016, utilizando para tanto a atualização deste valor com base na evolução por recorrência das provisões matemáticas ou, através da realização de uma nova avaliação atuarial do Plano

Par afins de ilustração iremos apresentar o equacionamento do Plano considerando o critério pelo **pagamento de Contribuição Extraordinária/Adicional** pelos Participantes e Patrocinadoras, conforme segue.

Com base na resolução CNPC nº 22/2015, iremos considerar com prazo para o equacionamento o valor da duração do passivo arredondada em meses vezes 1,5 (203 meses), uma taxa real de juros de 5% a.a. e sua equivalente mensal, o sistema "price" de amortização com pagamentos mensais e postecipados.

Assim, o valor da parcela mensal a título de contribuição extraordinária a ser atribuída ao Plano é o seguinte, segregado por categoria: Patrocinadora R\$ 11.471.000,46 e participante R\$ 12.426.917,16. Tais percentuais equivalem a 34,01% para patrocinadora e 36,84 para participante, percentuais apurados sobre a folha total de salários e benefícios em 31/12/2015.

Salientamos, que o percentual sobre a folha é uma mera informação para apresentar esse impacto em termos percentuais sobre a folha em 31/12/2015, pois, como a folha tende a variar mensalmente, inclusive quando existe a concessão de um benefício, onde a folha de salário de participação é substituída pelo valor da suplementação, deve-se ter claro que esse percentual irá variar, tendo em vista que o valor da parcela para financiamento do déficit é "congelada", pelo conceito do modelo de financiamento "price" de amortização, mas, assim mesmo, ela é mensalmente atualizada pelo índice do Plano.

Cabe ressaltar ainda que existem valores relativos a dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS, que estão sendo discutidos na esfera federal e judicial. A realização de parte ou do total desses recursos, de forma positiva ao PBP1, faria com que a atual situação deficitária do Plano fosse parcialmente coberta ou integralmente coberta, respectivamente, desta maneira, reduzindo ou zerando a necessidade de revisão do Custeio do Plano acima proposto. Esses assuntos são tratados com mais detalhe no item 7 do Relatório de Avaliação Atuarial de 31/12/2015 do PBP1.

Por fim, cumpre esclarecer que a taxa de carregamento administrativo de 7,5% incidente sobre as contribuições normais e benefício do Plano encontra-se acima do nível das atuais despesas administrativas do PBP1. Entretanto, chamamos a atenção que antes de decisão por reduzir a referida taxa, é necessária a realização de estudo para conhecer se esse nível de carregamento em cenário futuro, de somente pagamento de benefícios atrelado ao restabelecimento de estrutura sem Intervenção Federal, será suficiente para arcar com as despesas administrativas.

O Plano de Custeio do PBP1 sem a implantação de Contribuição Extraordinária/Adicional vigorará a partir de 1º de abril de 2016.

A proposta de equacionamento do déficit técnico do Plano para ser efetivada deverá ser aprovada pelo Conselho Deliberativo do Portus, hoje na figura do Interventor, por todas as Patrocinadoras do PBP1 e pelo órgão oficial que fiscaliza as atividades das Patrocinadoras.

Lembramos que é de responsabilidade de cada patrocinadora buscar a manifestação relativa à do seu respectivo órgão fiscalizador.

Assim, finalizamos o nosso parecer atuarial a respeito do Plano PBP1 em 31/12/2015.

7. Fatos Importantes

Conforme comentado no Capítulo 6 deste relatório existem valores relativos a determinadas dívidas que estão sendo analisadas e discutidas em âmbito federal, a abrangência do fórum provém de que a União é a principal acionista das Patrocinadoras do PBP1 e, assim corresponsável por todos os assuntos relativos ao PBP1.

Atualmente o escopo de discussão está em torno de três tipos de dívida sejam elas:

Dívidas decorrentes do não pagamento das contribuições ou pagamento com atraso das contribuições, previstas no Regulamento e no Plano de Custeio do PBP1, por parte das Patrocinadoras em 31/12/2015. O referido valor está sob controle do Portus, com base nas ações efetivamente adotadas pela referida EFPC.

Dívida decorrente da Retirada de Patrocínio da extinta Patrocinadora Portobrás com base sentença de mérito: R\$ 1.200.731.746,57. O valor não foi atualizado para 31/12/2015, pois, por se tratar de valor em discussão na espera judicial, o mesmo deverá ser atualizado de acordo com os critérios desse órgão. Salientamos que o Portus obteve decisão favorável em primeira instância acerca do referido processo (cobrança ajuizada em 1999, em face da União, Processo nº 000.8839-79.1999.4.02.5101). Atualmente essa decisão encontra-se sob Recurso de Apelação junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

Montante decorrente da reavaliação atuarial do valor da Reserva de Tempo de Serviço Anterior, conforme metodologia apresentada no Relatório de Avaliação Atuarial do PBP1 de 31/12/2008, elaborado pela Cesat – Consultoria Estatístico – Atuarial (CT.0020/PR/09, de 18 de março de 2009), ratificado em auditoria contratada pelos patrocinadores através de Relatório de Auditoria/Consultoria Mercer, de 08 de março de 2010, que validou o valor da RTSA apresentada na referida avaliação do PBP1, indicando que a metodologia deve ser complementada com base em informações sobre as despesas com benefícios encerrados; de acordo com o Contrato de Integralização de Reserva de 14 de dezembro de 2000, com a devida anuência do Ministério dos Transportes e do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (Ofício DEST/CGS nº 306/2000, de 04/12/2000) e; o Memorando de Entendimentos, de 16 de janeiro de 2002, observando o fato de que a RTSA foi subdimensionada em sua primeira avaliação atuarial (STEADT/286/2001/130, de 19 de fevereiro de 2001), bem como levando-se em conta a situação atuarial do PBP1, no valor de R\$ 2.927.067.776,97.

Salientamos que nas avaliações atuariais de encerramento de exercício dos anos de 2009, 2010, 2011 e 2012 foram apresentados em seus textos os valores referentes a metodologia em tela que mensura o valor da RTSA, atualmente ela está disposta na Nota Técnica Atuarial do Plano.

Seguindo a prática adota nos relatórios destacados apresentamos abaixo o valor da RTSA distribuído por Patrocinadora:

Liability - Serviços Técnicos em Atuária

Patrocinadora	RTSA dos Atuais Participantes	Valor Atual das Despesas Realizadas	Valor Atual das Receitas Realizadas	RTSA em 31/12/2015
PORTUS	951.113,70	7.934.121,81	8.202.562,96	682.672,55
CODOMAR/SEDE	4.276.195,33	14.481.548,98	6.565.285,28	12.192.459,03
CODOMAR/AHIMOC	232.212,21	845.991,97	186.424,35	891.779,83
CODOMAR/AHINOR	918.708,69	1.727.496,75	886.887,67	1.759.317,77
CODOMAR/APM	6.474.485,70	19.689.684,05	0,00	26.164.169,75
CDC	22.767.987,98	61.937.897,53	12.740.118,82	71.965.766,69
CODERN/SEDE	7.584.857,00	26.476.926,43	2.196.469,11	31.865.314,32
CODERN/APMC	6.515.774,77	20.381.585,22	6.301.370,82	20.595.989,17
CODERN/APC	273.332,42	4.441.289,89	0,00	4.714.622,31
CODERN/APR	837.945,29	25.590.647,71	2.264.660,49	24.163.932,51
CODEBA/SEDE	38.547.882,51	120.508.661,25	12.238.902,58	146.817.641,18
CODEBA/AHSFRA	146.444,70	1.133.633,77	343.734,47	936.344,00
CDP/SEDE	18.877.158,68	49.280.758,40	21.627.419,61	46.530.497,47
CDP/AHIMOR	429.251,41	687.179,68	816.544,72	299.886,37
CDP/AHITAR	1.410.351,66	2.902.386,47	1.549.945,40	2.762.792,73
CDRJ	18.644.317,34	503.514.107,61	587.521,93	521.570.903,02
PR	630.204,22	3.534.695,42	0,00	4.164.899,64
DOCAS PB	849.497,84	2.506.162,90	547.053,45	2.808.607,29
CODESA	37.349.091,99	161.222.791,76	28.327.943,67	170.243.940,08
CODESP/SEDE	594.720.828,25	1.444.083.817,89	233.953.311,51	1.804.851.334,63
CODESP/AHSUL	3.290.116,76	5.967.304,03	1.485.459,59	7.771.961,20
CODESP/AHARANA	88.616,45	277.609,04	700.809,59	-334.584,10
CODESP/AHIPAR	920.612,42	2.369.542,09	1.185.632,37	2.104.522,14
CODESP/APFE	781.293,60	1.690.641,79	816.291,91	1.655.643,48
CODESP/APL	60.057,49	231.165,28	512.288,69	-221.065,92
CODESP/API	1.568.719,93	5.134.344,91	0,00	6.703.064,84
SPI	1.531.183,47	7.921.200,87	0,00	9.452.384,34
EMAP	59.033,57	13.783,95	766.195,81	-693.378,29
SNPH	4.334.114,52	9.838.520,54	9.526.276,13	4.646.358,93
TOTAL	775.071.389,91	2.506.325.497,99	354.329.110,93	2.927.067.776,97

8. Considerações Finais

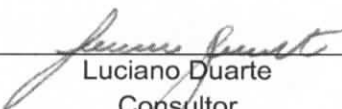
Na qualidade de atuário responsável pela avaliação atuarial Plano de Benefícios Portus 1 – PBP1 (CNPB 19.780.005-29) administrado pelo PORTUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL – PORTUS, certifico que o Plano está **deficitário, com alto nível de insolvência**, dependendo do **seu imediato equacionamento**, seja pela revisão do seu Plano de Custeio e/ou pelo ingresso de recursos decorrentes das dívidas de contribuição das patrocinadoras, pelo não cumprimento do Plano de Custeio, revisão da Provisão Matemática de Serviço Passada (RTSA) e retirada de patrocínio da PORTOBRAS e, da manutenção das contribuições previstas no Plano de Custeio vigente e da concretização das hipóteses atuariais para a manutenção desta situação.

Cumpra esclarecer que o Plano atualmente se encontra em situação de descumprimento quanto as normas técnicas atuariais adequadas e o disposto na Legislação quanto à obrigatoriedade de imediata regularização de insuficiências atuariais, assim, reforçando a necessidade imediata de seu saneamento financeiro e atuarial.

E por último salientamos a necessidade da Entidade ao longo de 2016 junto com o atuário do Plano desenvolver plano para equacionamento do referido déficit técnico. Além do mais o Portus deverá estipular prazo para as Patrocinadoras se manifestarem pela aprovação do referido plano de equacionamento do déficit técnico. A aprovação da proposta de revisão do Plano de Custeio é de extrema importância para iniciar a busca pelo reequilíbrio frente a situação deficitária em que o PBP1 se encontra, mas para tanto, o Portus precisa obter autorização de **todas as Patrocinadoras sem exceção**, observando ainda, a necessidade das mesmas obterem resposta positiva junto quanto a revisão junto ao órgão que as fiscaliza, conforme previsto no artigo 4º da Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 e parágrafo segundo do artigo 29 do Regulamento do Plano PBP1.

O Plano de Custeio sem a revisão apresentada no Capítulo 6 deste documento, assim, como as hipóteses atuariais passarão a vigorar automaticamente a partir de 01/04/2016.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2016.


Luciano Duarte
Consultor
Atuário MIBA 1.111

**ANEXO I – Distribuição do Valor da Contribuição
Extraordinária Mensal por Patrocinadora em 31/12/2015
– Sistema Price**

Patrocinadora	Percentual de Rateio	Valor da Contribuição Extraordinária Inicial
PORTOBRAS	0,0000%	-
PORTUS	0,5689%	65.258,52
CODOMAR	0,8789%	100.818,62
CDC	2,6182%	300.333,73
CODERN	4,2884%	491.922,38
CODEBA	5,8062%	666.029,23
CDP	4,3981%	504.506,07
CDRJ	20,8879%	2.396.051,12
PR	1,0016%	114.893,54
DOCAS-PB	0,2099%	24.077,63
CODESA	6,8762%	788.768,93
CODESP	50,8996%	5.838.693,35
SPI	0,9683%	111.073,70
EMAP	0,2682%	30.765,22
SNPH	0,3296%	37.808,42
TOTAL	100,00%	11.471.000,46

**RELATÓRIOS, PARECERES E
DECLARAÇÕES**

RELATÓRIO DA AUDITORIA INTERNA



RELATÓRIO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA ACERCA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS – EXERCÍCIO 2015

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de avaliação do controle interno responsável por fortalecer e assessorar a gestão. O presente parecer foi instituído cumprindo a atribuição estabelecida no Parágrafo 6º do Artigo 15 do Decreto nº 3.591, de 06 de setembro de 2000, alterado pelo Decreto nº 4.304, de 16 de julho de 2002.

A sua elaboração atende, também, ao disposto na Portaria TCU nº 321, de 30 de novembro de 2015, que dispõe em seu Anexo Único pela elaboração de “Relatório e/ou Parecer da Unidade de Auditoria Interna”, pelo que apresentamos o presente parecer em consonância com o que estabelece a citada portaria.

a) No tocante à unidade de Auditoria Interna, encontra-se regulamentada no artigo 35 do Estatuto da Companhia (http://codern.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Estatuto_Social_da_CODERN1.pdf).

b) A unidade de Auditoria Interna encontra-se vinculada ao Conselho de Administração da Companhia e às normas e diretrizes do seu regimento próprio, fato que possibilita uma maior independência e objetividade na realização dos trabalhos.

Normativamente, esta unidade encontra-se vinculada à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República – Ciset/PR.

Os resultados das auditorias realizadas são remetidos diretamente aos Conselhos de Administração e Fiscal, o que corrobora a existência da independência e objetividade necessárias ao desenvolvimento das nossas atividades.

c) A composição da Auditoria Interna da CODERN sofreu alterações em 2014, com a entrada de uma nova colaboradora na unidade, com formação em Ciências Contábeis, permanecendo com o mesmo quantitativo em 2015.

No momento, a gerência conta com três auditores, todos lotados no Porto de Natal. O titular da unidade de Auditoria Interna ocupa a função desde 02 de agosto de 2012, ocasião em que foi designado para ocupar o cargo de chefia, através da Portaria 106/2012.

Importa referir que a Controladoria Geral da União aprovou a nomeação do empregado Manoel Alves Neto como titular da Auditoria Interna em 28 de setembro de 2012, através do Ofício nº 28886/DITRA/DI/SFC/CGU-PR.

Santos



d) Com relação aos controle internos administrativos, podemos destacar a aprovação da nova Norma de Faturamento da companhia, através da Resolução nº 100/2015, e da Norma de Auxílio Alimentação, através da Resolução nº 003/2015.

Nos trabalhos de auditoria realizados em 2015 observou-se um baixo atendimento às recomendações realizadas, que de um total de 113, encontram-se pendentes de atendimento 95 recomendações.

Podemos concluir, portanto, que há possibilidade de os controles internos serem aperfeiçoados através da normatização dos trabalhos e atividades, ponto de extrema importância, seja pela criação de novas normas ou pela revisão das existentes. Ademais, soma-se a isso a implantação de um sistema de acompanhamento dos pontos elencados nas auditorias realizadas, bem como pela realização de um trabalho de mapeamento de todos os processos e sistemas existentes por todos os setores da companhia.

e) Ainda não há, até o presente momento, uma rotina formalizada para acompanhamento das recomendações da Auditoria Interna por parte da gestão.

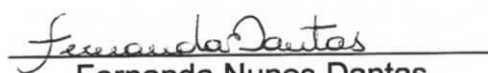
f) Ainda não há, até o presente momento, sistemática ou sistema constituído para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos de Auditoria Interna.

g) Após a finalização dos trabalhos, os relatórios de auditoria são enviados à Diretoria da Presidência e aos Conselhos de Administração e Fiscal.

h) Mensalmente, são enviados aos Conselhos de Administração e Fiscal planilha com posição acerca do atendimento às recomendações de auditoria, listando os pontos ainda não atendidos de forma a dar ciência acerca das pendências ainda não corrigidas.

i) Em relação à execução do plano de trabalho da Auditoria Interna no exercício de 2015, ressaltamos que não foram realizadas 03 das 22 ações programadas. A realização da Auditoria Fotográfica na Faixa do Cais, não prevista no PAINT 2015, foi realizada dada a possibilidade de reserva técnica, constante do plano.

Natal, 20 de abril de 2016.



Fernanda Nunes Dantas
Gerente de Auditoria Interna Substituta

**PARECERES DO CONSELHO FISCAL E DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**



CODERN
AUTORIDADE PORTUÁRIA

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório de Gestão, Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2015, e com base no Relatório de Auditoria Interna nº 008/2016 e considerando as conclusões e ressalvas apresentadas no Parecer e Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, elaborado pela empresa *Emerson Auditores e Consultores S/S – Auditores Independentes*, é de opinião que as referidas Demonstrações representam, adequadamente, a posição econômico-financeira da Empresa, estando em condições de serem submetidas à Assembleia Geral de Acionistas para aprovação. No entanto, o Conselho Fiscal recomenda que sejam sanadas as falhas apontadas como “Ressalvas” e adicionalmente, este Conselho Fiscal solicita que sejam observadas as recomendações constantes do Relatório de Auditoria Interna nº 008/2016 e Relatório de Auditoria Externa.

Natal/RN, 26 de abril de 2016.

REGINALDO LAFAYETE DA SILVA ABREU
Presidente

EDUARDO ROCHA PRAÇA
Conselheiro Titular

ELÁDIO DE SANTANA BRASILEIRO
Conselheiro Titular

MÁRCIA PAÍM ROMERA
Conselheira Titular

JOÃO CLEMENTE NETO
Conselheiro Titular



COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

**DELIBERAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Nº 005/2016**

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN, no uso das atribuições legais e estatutárias e, de acordo com o resolvido na 604ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, e com base nos Incisos XV e XXVI, do Art. 20, do Estatuto Social,

DELIBERA:

I. Aprovar o Relatório de Gestão, o Balanço Patrimonial e as Demais Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2015, com base no Parecer da Auditoria Externa e Relatório de Auditoria Interna nº 008/16, que passam a integrar esta deliberação, independentemente de transcrição, observados os registros e as ressalvas constantes da ata desta reunião.

II. Determinar que a documentação referida no item I desta deliberação seja submetida à Assembleia Geral Ordinária, em cumprimento ao disposto na Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Natal/RN, 25 de abril de 2016.


DAN RAPHAEL LEVY
Presidente do Conselho

RELATÓRIO DE AUDITOR INDEPENDENTE

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2015 e Relatório
dos Auditores Independentes

Sumário

Relatório dos Auditores Independentes

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultado

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Senhores
Acionistas e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Natal/RN

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A - CODERN**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da empresa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da empresa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Base para opinião com ressalvas

Em 31 de dezembro de 2015 a CODERN possui valor líquido registrado no seu ativo imobilizado de R\$ 574.523 mil (R\$ 571.192 mil em 2014), representando 91% do seu ativo total, onde não foi aplicada a NBC TG 01 (R1), que trata sobre a redução ao valor recuperável dos ativos, não realizando também a avaliação da vida útil-econômica estimada dos bens para fins de cálculo da depreciação, bem como não possui controle patrimonial que possa respaldar os saldos apresentados. Diante disso, não estamos em condições de emitir opinião sobre os possíveis efeitos que o teste de recuperabilidade, a avaliação da vida útil e a falta de controle possam ocasionar nos saldos apresentados no ativo imobilizado e em seu resultado.

Não acompanhamos a contagem física dos estoques no início e no final do exercício de 2015. Não foi possível nos satisfazer por meios alternativos quanto às quantidades em estoque em 31 de dezembro de 2015 e 2014 que estão registradas no balanço patrimonial por R\$ 9.603 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 10.082 em 2014), respectivamente. Adicionalmente, a introdução do novo sistema informatizado de estoques durante o exercício resultou em diversos erros no saldo de almoxarifado. Na data das demonstrações contábeis a administração ainda estava no processo de sanar as

deficiências do sistema e de corrigir os erros. Em decorrência desses assuntos, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes em relação aos estoques registrados ou não registrados, assim como nos elementos componentes das demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa.

Conforme nota explicativa nº 14, a CODERN apresenta saldos de R\$ 64.229 mil decorrentes de créditos da união, que de acordo com a contabilidade são relativos aos convênios nº 009/2008, 001/2008 e 268/2006. Este último convênio de nº 268/2006 apresenta saldo em aberto no passivo não circulante de R\$ 20.438 mil e até o término dos nossos trabalhos não foi disponibilizado para avaliação dos nossos auditores. Como consequência não foi possível aplicar procedimentos usuais e alternativos de auditoria que possam oferecer assecuração razoável sobre o saldo de R\$ 20.438 mil em 31 de dezembro de 2015 e 2014. Em virtude disso não estamos em condição de opinar, bem como não opinamos sobre os efeitos no passivo e no resultado da Companhia.

De acordo com a nota explicativa nº 10, a CODERN apresenta saldo de R\$ 10.114 mil referente ao PORTUS (R\$ 9.586 em 2014). A Companhia participa como patrocinadora do plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a seus funcionários, correspondendo ao Plano de Benefícios PORTUS - Instituto de Seguridade Social. Durante 2015 não foi emitido parecer atuarial, bem como não há atualização monetária dos valores em aberto referente aos parcelamentos com aquela entidade. Como consequência não estamos em condição de opinar sobre os possíveis efeitos que a atualização e o laudo atuarial poderiam ocasionar no resultado da empresa.

Em 31 de dezembro de 2015 a CODERN apresenta um saldo de R\$ 6.626 mil (R\$ 6.116 mil em 2014) referente a conta de Devedores Diversos. Entre os valores apresentados a Companhia apresenta R\$ 1.756 mil a receber de Portos Conveniados decorrentes de parcelamentos tributários originados em 2012, quando o Porto Recife ainda era integrado ao Porto de Natal. Os valores dos débitos de responsabilidade do Porto de Recife não demonstram expectativas de recuperabilidade, tendo em vista que os valores estão em aberto de vários exercícios anteriores. Também consta em aberto saldos de valores bloqueados no montante de R\$ 562 mil, dos quais não há respaldos da assessoria jurídica que os valores estão realmente a em aberto para posterior recebimento. Não foi realizado em 2015 nenhuma provisão para perdas com crédito em virtude da incerteza de recuperabilidade de tais ativos. Como consequência o ativo está apresentado a maior e o resultado a menor em R\$ 2.319 mil.

Até a data deste relatório não recebemos informações da assessoria jurídica responsável pela administração do Porto Maceió sobre os litígios ou possíveis litígios que envolvam a CODERN. Por meio de procedimentos alternativos, verificamos que existem processos ativos e passivos em curso na primeira e segunda instância de Alagoas. Não nos foi possível avaliar os possíveis efeitos que tais contingências passivas possam ocasionar no passivo e no resultado da Companhia em conformidade a NBC TG 25 que trata sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Em virtude disso não opinamos sobre os possíveis efeitos que tais contingências possam ocasionar no resultado da CODERN.

Em 31 de dezembro de 2015 a CODERN apresenta saldo de R\$ 7.104 mil (R\$ 6.993 mil em 2014) no Realizável a longo prazo, entre os quais constam valores de depósitos judiciais e contratuais e bloqueios judiciais no equivalente a R\$ 6.804 mil (R\$ 6.693 mil em 2014). Os valores são na sua maioria decorrentes de exercícios anteriores, onde a CODERN não possui, atualmente, levantamento dos depósitos e bloqueios judiciais constituídos em exercícios anteriores, devidamente conciliados com a contabilidade. Como consequência não foi possível obter evidências apropriadas e suficientes sobre a recuperabilidade dos referidos saldos.

A CODERN apresenta saldo no seu passivo circulante de R\$ 2.719 mil em 2015 (R\$ 2.284 mil em 2014) referente a provisão de férias. A Companhia não detém controles analíticos e composição sobre os saldos remanescentes de férias e décimo terceiro salário, não fornecendo base para avaliar possíveis lançamentos em duplicidade ou baixas indevidas. Em virtude disso não opinamos sobre os possíveis efeitos que as referidas provisões possam ocasionar no passivo e no resultado da Companhia.

A CODERN elabora suas demonstrações contábeis consolidadas considerando as atividades desenvolvidas pela unidade do Rio Grande do Norte e Alagoas. As demonstrações consolidadas não foram preparadas considerando os ajustes dos valores entre as companhias. Consequentemente, o ativo e passivo se encontram a maior em R\$ 4.323 mil.

Opinião com Ressalvas

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A** em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Prejuízos operacionais

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme nota explicativa nº 2, a Companhia vem apresentando sucessos prejuízos, principalmente em virtude de despesas com encargos financeiros em decorrência da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, cujo valor dos encargos para o exercício de 2015 foi de R\$ 75.089 mil. Nossa opinião não contém modificação em relação a este assunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram auditadas por outros auditores independentes com emissão do relatório dos auditores independentes na data de 17 de março de 2015, contendo opinião com ressalvas sobre o ativo imobilizado (R\$ 571.192 mil) e sobre os saldos do almoxarifado (R\$ 10.082 mil) com parágrafo de ênfase sobre os prejuízos operacionais recorrentes.

Natal/RN, 15 de abril de 2016.

Emerson Auditores e Consultores S/S
Auditores Independentes
CRC/RN 547/O-8


José Emerson Firmino
Contador
CRC/RN 6570/O-6

Felipe da Silva Moreira
Contador
CRC/RN 10940/O-5

COMPANHIA DOCS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Balanco patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	19.248	23.447	Contas a Pagar	11	88	0
Contas a Receber	5	6.999	5.437	Fornecedores		4.177	4.051
Outros Créditos		10.700	9.639	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	9	32.403	23.326
Adiantamentos		546	564	Provisões de Férias	10	2.719	2.284
Impostos a Recuperar		3.527	2.956	Outras Obrigações		1.890	1.567
Devedores Diversos	6	6.626	6.116	Total do passivo circulante		41.277	31.228
Outros valores a receber		0	3				
Estoques	7	9.603	10.082	Não Circulante			
Despesas Antecipadas		39	34	Contas a Pagar	11	17.027	16.810
Total do ativo circulante		46.589	48.639	Provisão para contingências	12	37.908	24.262
				Outros Créditos da União	13	64.229	64.229
Não Circulante				Total do passivo não circulante		119.164	105.302
Realizável a longo prazo		7.104	6.993				
Contas a Receber	5	289	289	Total do passivo		160.440	136.529
Depósitos judiciais e Contratuais		2.495	2.385				
Bloqueios Judiciais		4.309	4.308	Patrimônio Líquido			
Outros Valores a Receber		11	11	Capital Social	14	432.843	421.955
Investimentos		22	22	Créditos para aumento de capital	15	623.482	568.200
Imobilizado Líquido	8	574.523	571.192	Prejuízos acumulados		(588.519)	(499.829)
Intangível		9	9	Total do patrimônio líquido		467.807	490.325
Total do ativo não circulante		581.658	578.216				
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		628.247	626.855

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Descrição	Nota	2015	2014
Receita Líquida dos serviços	16	45.959	39.157
Custos operacionais	17	(55.344)	(45.651)
Lucro Bruto		(9.385)	(6.495)
(Despesas)/Receitas operacionais		(30.482)	(17.029)
Despesas gerais e administrativas	18	(27.872)	(25.980)
Despesas tributárias		(1.429)	-
Provisões diversas		(356)	-
(Provisões)/Reversões para passivos contingentes	19	(15.300)	(5.118)
Receitas patrimoniais	20	13.576	12.730
Outras (despesas)/receitas operacionais		900	1.339
Lucro/(Prejuízo) antes das receitas e despesas financeiras		(39.866)	(23.524)
Receitas financeiras	21	2.715	2.877
Despesas financeiras	21	(77.546)	(58.160)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos		(114.698)	(78.807)
IRPJ e CSLL		-	-
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício		(114.698)	(78.807)
Lucro/(Prejuízo) líquido por ação (em R\$)		- 0,0005	- 0,0003

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA DO CAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Descrição	Capital social (Nota 14)	Créditos para aumento de Capital (Nota 15)	Lucros/(Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Em 1º de janeiro de 2014	418.019	486.922	(434.164)	470.776
Prejuízo líquido do período			(78.807)	(78.807)
Aumento de Capital com reservas	17.273	(17.273)		
Ajustes de Exercícios Anteriores			(194)	(194)
Atualização dos créditos para aumento de capital		54.661		54.661
Recebimento dos créditos para aumento de capital		43.890		43.890
Compensação de prejuízos com redução de capital	(13.338)		13.335	(2)
Em 31 de dezembro de 2014	421.955	568.200	(499.829)	490.325
Mutações de 2014	3.936	81.278	(65.665)	19.549
Em 1º de janeiro de 2015	421.955	568.200	(499.829)	490.325
Prejuízo líquido do período			(114.698)	(114.698)
Aumento de Capital com reservas (Nota 14)	37.105	(37.105)		
Ajustes de Exercícios Anteriores		(70)	(209)	(279)
Atualização dos créditos para aumento de capital		75.089		75.089
Recebimento dos créditos para aumento de capital		17.368		17.368
Compensação de prejuízos com redução de capital (Nota 14)	(26.217)		26.217	
Em 31 de dezembro de 2015	432.843	623.482	(588.519)	467.807
Mutações de 2015	10.888	55.282	(88.690)	(22.519)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Descrição	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(114.698)	(78.807)
Ajustes do Lucro Líquido	18.408	12.933
Depreciação e amortização	(279)	0
Ajustes de exercício anterior	13.817	0
Provisões	75.089	0
Despesas de atualização monetária		
Redução (Aumento) de Ativos	(1.733)	(1.795)
Clientes e contas a receber	(1.061)	(1.920)
Outros créditos	478	(1.911)
Estoques	(5)	0
Despesas antecipadas	(111)	0
Outros ativos não circulantes		
Aumento (Redução) de Passivos	(34)	0
Contas a Pagar	126	569
Fornecedores	9.077	5.129
Obrigações Fiscais e Trabalhistas	435	0
Provisões de Férias	444	(9.919)
Outras Obrigações	285	0
Outros passivos não circulantes	0	2.333
Provisão para contingências	240	(73.388)
Caixa gerado pelas operações	0	0
Imposto de renda e contribuição social pagos	240	(73.388)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado	(21.739)	(32.194)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(21.739)	(32.194)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recebimento para aumento de capital	17.368	3.936
(+) Acréscimo (-) Redução de Reserva de Capital	0	81.278
Parcelamentos tributários e outros parcelamentos	(69)	0
Compensação de prejuízos	0	13.335
Ajuste de exercícios anteriores	0	(194)
Caixa líquido das atividades de financiamento	17.300	98.356
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(4.200)	(7.227)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.447	30.674
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 4)	19.248	23.447
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(4.200)	(7.227)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

1. Informações Gerais e contexto operacional

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma empresa de economia mista subordinada à Secretaria de Portos da Presidência da República e tem como objetivo a administração e exploração do Terminal Salineiro de Areia Branca, Porto de Natal e demais instalações portuárias localizadas no Estado do Rio Grande do Norte.

Por força do Decreto nº 99.475, de 24.08.90, o Porto de Macaé permanece sob a administração da CODERN, conforme Convênio de Descentralização nº. SEP/001/2007-DC, celebrado entre a Secretaria de Portos - SEP e a CODERN, em 31.12.2007, tendo sido celebrado o 7º Termo Aditivo a partir de 01.01.2016, com vigência até 31.12.2016.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na lei 6.404/76 e suas alterações, os pronunciamentos contábeis, interpretações, e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que no caso de ativos financeiros disponíveis para venda e outros passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresenta prejuízos acumulados em montante de R\$ 588.519 mil (R\$ 499.829 mil em 2014). Tais prejuízos no período corrente ocorreram principalmente em decorrência das despesas financeiras oriundas da aplicação do disposto no art. 2º do decreto 2.673/98 sobre os créditos de acionistas, cujo valor dos encargos para o exercício de 2015 foi de R\$ 75.089 mil.

A administração da Companhia buscando a adequação de sua estrutura de capital, para que possa dar continuidade as suas atividades operacionais, irá expandir e aperfeiçoar suas operações e cumprir sua missão de ser autoridade portuária.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis para elaboração e apresentação das demonstrações financeiras são apresentadas a seguir:

3.1 Conversão de moeda estrangeira e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua ("moeda funcional").

As demonstrações financeiras são apresentadas em R\$ (reais) que é a moeda funcional da Empresa e, também, a moeda de apresentação.

3.2 Ativos e passivos circulante e não circulante

No Circulante estão registradas as contas com vencimento até 12 meses. Acima desse prazo estão agrupadas no ativo não circulante e passivo não circulante, conforme parágrafos 1º, 2º e 3º, itens I e II, do Artigo 178 e itens I e II do Artigo 179, da Lei 6.404/76, alterados pelo artigo 37 da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outras aplicações financeiras de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido dos saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas como "empréstimos" no Balanço Patrimonial.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

3.4 Clientes e outras contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a 12 meses ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (*impairment*).

O valor registrado como provisão para créditos de liquidação duvidosa compõe-se de créditos não liquidados e registrados a débito de despesa, conforme disposto nos artigos 340 ao 343 do Regulamento do Imposto de Renda.

3.5 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o custo médio. Os valores registrados nos estoques compreendem a materiais alocados nos almoxarifados da Sede, Terminal Salineiro de Areia Branca e Maceió.

3.6 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamentos relacionados com ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for possível que benefícios econômicos futuros fluam para a empresa e esses custos possam ser mensurados com confiabilidade.

A empresa utiliza as taxas de depreciação fiscal e calculada usando o método linear considerando o custo do imobilizado e seu valor residual.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outros ganhos/(perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

O saldo das imobilizações em curso compõe-se de bens em construção ou recuperação, cujos valores são transferidos para o imobilizado técnico após a conclusão dos mesmos, comprovado pelo respectivo Termo de Recebimento definitivo da obra.

As taxas de depreciação são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Imóveis	4%
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Instalações	10%
Veículos	20%

3.7 Fornecedores e contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens e/ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, estão apresentadas como passivo não circulante.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

Os valores de contas a pagar registrados no passivo não circulante também compreende a valores parcelados junto ao PORTUS e outras contas a pagar.

3.8 Benefícios a empregados

A Companhia participa de um plano de pensão para os empregados, administrado por uma empresa privada denominada PORTUS, que prevê benefícios pós-emprego, classificado como contribuição definitiva. Neste plano a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais, nem contratuais, de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço no período corrente e anterior. As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

3.9 Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetários incidentes sobre ativos e passivos, quando aplicável.

3.10 Variações monetárias passivas

Variações monetárias passivas - representam os encargos financeiros calculados à taxa Selic sobre os recursos transferidos pela União a título de Crédito para Aumento de Capital, desde o dia da transferência até a data da capitalização com base no art. 2º do Decreto nº 2673/1998.

3.11 Reconhecimento de receitas

A empresa vende serviços previstos no seu contexto operacional que compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, devoluções, abatimentos e dos descontos.

A empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A receita financeira é reconhecida conforme prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

3.12 Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 que trata sobre ativos e passivos contingentes.

Basicamente, o Pronunciamento Contábil 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estabelece que:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa, deixando o ativo de ser contingente, requerendo-se assim o seu reconhecimento.

- Passivos contingentes: não são reconhecidos contabilmente, devendo ser divulgada, para cada classe de passivo contingente, uma breve descrição de sua natureza e, quando aplicável: (i) a estimativa do seu efeito financeiro, (ii) a indicação das incertezas relacionadas ao valor ou momento de ocorrência de saída de recursos, e (iii) a possibilidade de qualquer desembolso. Os passivos contingentes para os quais a possibilidade de uma saída de recursos para liquidá-los seja remota não são divulgados.

- Provisão: São obrigações presentes, reconhecidas como passivo, desde que possa ser feita uma estimativa confiável e seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação.

Considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco: provável, possível e remota, levando-se em conta a possibilidade de ocorrência de perda, tendo como base a opinião de assessores jurídicos.

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa		
Recursos em caixa	254	483
Recursos em bancos	18.994	22.964
Aplicações financeiras	19.248	23.447
Total de caixa e equivalentes de caixa		

As aplicações financeiras compreendem a aplicações na modalidade extra mercado com rentabilidade média de 12% durante o exercício 2015 e está detalhado da seguinte forma:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras Sede	18.924	22.901
Aplicações financeiras Maceió	70	63
Total de caixa e equivalentes de caixa	18.994	22.964

Os rendimentos provenientes da aplicação são reconhecidos como receitas financeiras na demonstração do resultado e são utilizados para pagamentos de fornecedores e impostos.

5. Clientes e contas a receber

Composto por valores faturados e não liquidados por parte dos Clientes, bem como, pelos valores pendentes de liquidação referentes a exercícios anteriores, apresentando saldos em 31 de dezembro, assim especificado:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Clientes e contas a receber		
Contas a receber de clientes	9.388	7.655
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(2.389)	(2.218)
Contas a receber de clientes líquidos	6.999	5.437
Total ativo circulante	6.999	5.437

Os valores apresentados no ativo não circulante estão descritos a seguir:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Clientes e contas a receber		
Contas a receber de clientes longo prazo	289	289
Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	-	-
Contas a receber de clientes líquidos	289	289
Total ativo não circulante	289	289

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

6. Devedores diversos - outros créditos

Os valores apresentados correspondem a valores a receber de empregados, fornecedores e autarquias. Em destacando-se valor a receber do Porto de Maceió relativo ao rateio das despesas com folha de pagamento do COFIS (Conselho Fiscal), CONSAD (Conselho de Administração) e gerências. A CODERN também apresenta valores a receber do Porto de Recife relativo ao parcelamento de tributos.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Portos Conveniados	1.781	1.547
Parcelamentos a receber COFINS, PASEP e IRRF	1.322	-
Valores a Receber de Rateio COFIS, CONSAD e Gerenciais	2.688	3.749
Valores a receber de bloqueios judiciais	562	562
Outros devedores diversos	273	257
Total Devedores Diversos	6.626	6.116

7. Estoques

Os valores reconhecidos nos estoques estão descritos a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Material de consumo permanente Sede	1.626	780
Material Terminal Salineiro Areia Branca	7.908	9.195
Material de consumo permanente Maceió	69	107
Total	9.603	10.082

8. Imobilizado líquido

Os valores reconhecidos no ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2015 estão apresentados conforme quadro a seguir:

Discriminação	Custo	(-) Depreciação acumulada	Saldos em R\$ mil	
			Saldo líquido em	
			31/12/2015	31/12/2014
Bens Móveis	107.170	(53.692)	53.477	55.474
Equipamentos Industriais	92.026	(44.456)	47.570	50.810
Embarcações	3.919	(2.943)	977	1.068
Veículos	585	(505)	80	136
Móveis e Utensílios	2.400	(737)	1.663	541
Informática	1.206	(470)	737	230
Máquinas	1.548	(500)	1.048	1.184
Motores	19	(10)	9	1

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

	3.803	(3.096)	706	737
Aparelhos	948	(614)	334	376
Sistema de Segurança	334	(140)	194	261
Galpão	381	(221)	159	130
Outros bens	487.941	(115.140)	372.801	288.649
Bens Imóveis	343.092	(86.570)	256.521	222.416
Imóveis de natureza industrial	77.371	(23.268)	54.103	55.065
Instalações	4.903	(1.261)	3.642	2.480
Obras de acesso	62.474	(4.041)	58.432	8.586
Predios	102	-	102	102
Terrenos	148.245	-	148.245	227.069
Obras em andamento	743.356	(168.833)	574.523	571.192
Total				

9. Obrigações fiscais e trabalhistas

Estão compostas de impostos a recolher e parcelamento de dívidas, assim discriminadas:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Imp. Encargos a Recolher	25.208	16.766
Salário a Pagar	187	1
Autônomos - INSS	103	101
Parcelamento PORTUS RTSA	6.312	5.623
Parcelamento ISS	593	835
Total obrigações fiscais e trabalhistas	32.403	23.326

10. Férias a pagar

Provisão destinada ao pagamento de férias e encargos sociais correspondentes ao valor de R\$ 2.719 mil (R\$ 2.284 mil em 2014), tendo sido apropriadas em contas de provisão de despesas e custos operacionais de acordo com inciso I do Artigo 13, da Lei 9.249/95, alterado pelo o Artigo 14 da Lei 9.430/96.

11. Contas a pagar

Composto principalmente pelo saldo de parcelamentos de dívidas com o PORTUS - Instituto de Previdência Privada, INSS - Previdência Social, ISS e Rateio do Porto de Maceió.

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo circulante compreendem a valores a pagar a funcionários da Companhia e junto a terceiros, conforme descrito a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Empregados	2	-
Terceiros	86	-
Contas a pagar passivo circulante	88	-

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Os valores de contas a pagar reconhecidos no passivo não circulante compreendem, principalmente valores de parcelamentos tributários e parcelamentos junto ao PORTUS, conforme apresentado a seguir:

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Portus - Instituto de Seguridade Social	10.115	9.586
Parcelamento INSS	489	724
Parcelamento ISS	2.577	3.227
Parcelamento IRPJ	413	0
Parcelamento PIS/COFINS Maceió	505	630
Rateio - Maceió	2.928	2.643
Contas a pagar passivo não circulante	17.027	16.810

A Companhia Docas do Rio Grande do Norte é uma das patrocinadoras do PORTUS Instituto de Seguridade Social, tendo sido apropriado no exercício de 2015, o montante de R\$ 2.939 mil referente às contribuições Participante/Patronal, sendo repassado ao PORTUS o total de R\$ 2.598 mil.

No tocante à dívida da CODERN, permanece registrado no Balanço, em 31/12/15, o saldo remanescente de R\$ 1.765 mil não atualizados monetariamente, tendo em vista a não existência de Parecer Atuarial por parte da CODERN.

12. Passivos contingentes e provisão para contingências

As provisões para passivos contingentes estão classificadas em ações trabalhistas, cíveis e tributárias e são apresentadas resumidamente a seguir:

	Saldos em R\$ mil			
	Consolidado			
	Contingências cíveis	Contingências trabalhistas	Contingências tributárias	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	4.153	984	19.126	24.262
Provisões constituídas no período	20.362	148	280	20.790
Reversões e/ou baixas	(54)	(328)	(6.762)	(7.144)
Saldo em 31 de janeiro de 2015	24.461	803	12.644	37.908

12.1 Provisões para causas trabalhistas

Compõe-se de valores das reclamações trabalhistas em tramitação na Justiça do Trabalho, devidamente atualizados e registrados na contabilidade por processo, cujo saldo em 31.12.15, totalizou R\$ 803 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

12.2 Provisões para causas cíveis

Corresponde a valores de processos de execuções cíveis tramitando na Justiça Estadual, cujo saldo em 31.12.2015, totalizou R\$ 24.461 mil, consideradas como de provável perda, conforme previsto na NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

Ressalta-se que o citado saldo apresentou acréscimo significativo, devido a provisão relativa ao PORTUS, no valor de R\$ 20.362 mil.

12.3 Provisões para causas tributárias

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Corresponde a valores de processos de execuções fiscais junto às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, registrando em 31.12.2015 o montante de R\$ 12.644 mil, em obediência a NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009.

12.4 Passivos contingentes classificados como possível

A CODERN é parte ré em diversos processos de execução fiscal e trabalhista junto a Justiça do Trabalho, Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, não havendo provisão dessas demandas por terem sido classificados pela assessoria jurídica, dentro dos conceitos da NBC TG 25 aprovada pela Resolução do CFC nº 1.180 de 24.07.2009, como de perda possível e remota, cujo montante em 31.12.2015 somou R\$ 42.138 mil, conforme relação encaminhada pela GERJUR, mediante memorando nº. 010/2016.

13. Outros créditos da União

Compreende os recursos dos Convênios 268/2006- DNIT, Convênio 01/2008 e Convênio 009/2008 da Secretaria de Portos, destinados a obra de construção do Cais para contêineres do Porto de Maceió e Dragagem do Porto de Natal, cujo saldo em 31.12.2015, totalizou R\$ 64.229 mil.

A CODERN providenciará consulta ao SPU do Estado de Alagoas, quanto a baixa da citada obra, uma vez que a mesma foi concluída no exercício de 2012 e, após a solicitação da Gerência Financeira, nos foi apresentado o Termo de Recebimento Definitivo de Conclusão da Obra, em setembro de 2015.

14. Capital social

O Capital Social Autorizado, Subscrito e Integralizado em 31 de dezembro de 2015 soma R\$ 432.843 mil.

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	421.955	418.019
Aumento de capital com reservas	37.105	17.273
Compensação de prejuízos com redução de capital	(26.217)	(13.338)
Saldo Final	432.843	421.955

O quadro de ações preferenciais e ordinárias é composto da seguinte forma:

	Ações (Quantidade)	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Ordinárias nominativas	98.365.624.890	82.832.561.687
Preferenciais nominativas	82.832.561.687	82.832.561.687
Total de ações	181.198.186.577	165.665.123.374

A compensação de prejuízos com redução de capital foi deliberada pela Assembleia Geral Ordinária com data de 24 de abril de 2015.

O aumento de capital com reservas que decorrem dos créditos para aumento de capital foi deliberado e aprovado através da Assembleia Geral Extraordinária com data de 30 de junho de 2015. A homologação do aumento de capital foi realizada em Assembleia Geral

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)
 Extraordinária de 07 de dezembro de 2015.

15. Créditos para aumento de capital

Representam os repasses efetuados pelo Tesouro Nacional, a serem incorporados ao Capital Social da CODERN, corrigidos mensalmente à taxa Selic de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto 2.673/1998, exceto quanto aos Créditos para Aumento de Capital do Porto de Maceió, os quais não compõem o saldo para efeito de incorporação ao Capital Social da CODERN.

16. Receita líquida

O saldo da Receita Operacional Líquida compõe-se dos valores da Receita Operacional Bruta deduzido dos Impostos sobre vendas de serviços, assim discriminado:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Receita Bruta de serviços prestados		
Total Receita Bruta	53.604	45.697
(-) Impostos sobre serviços prestados	(7.645)	(6.541)
Receita líquida dos serviços prestados	45.959	39.157

17. Custos operacionais

Os custos das atividades operacionais estão discriminados a seguir:

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Descrição		
Pessoal e Encargos	17.815	16.421
Material de Operação	3.185	2.905
Material de Manutenção	607	419
Capatazias (pessoal supletivo)	1.374	1.394
Serviços de Manutenção e Reparos	898	645
Serviços Prestados por Terceiros	12.170	10.944
Encargos Operacionais Diversos	1.242	787
Depreciação Direta	17.150	12.136
Outros custos operacionais	902	0
Total	55.344	45.651

18. Despesas gerais e administrativas

	Saldos em R\$ mil	
	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Descrição		
Pessoal e Encargos	16.266	14.034

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

Material	580	523
Serviços Terceiros	9.799	9.060
Outros Encargos	156	139
Despesas tributárias	0	1.593
Depreciação	149	484
Outras despesas administrativas	922	147
Total	27.872	25.980

19. Provisões/Reversões para passivos contingentes

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Provisão para contingências	20.795	7.087
Reversão de provisões	(5.495)	(1.969)
Saldo líquido de provisões constituídas	15.300	5.118

O saldo da conta Causa Trabalhistas, fiscais e cíveis registrou um visível acréscimo, em decorrência da provisão do processo do PORTUS, considerado como perda provável.

20. Receitas patrimoniais

As receitas patrimoniais são decorrentes de contratos de arrendamentos das áreas dos Portos de Natal/RN e Maceió/AL.

Descrição	Saldos em R\$ mil	
	31/12/2015	31/12/2014
Aluguéis Porto Natal	321	310
Aluguéis Porto Maceió	13.376	12.420
Total receitas patrimoniais	13.696	12.730
(-) Deduções da receita	(121)	
Total receitas patrimoniais líquidas	13.576	12.730

21. Receitas e despesas financeiras

São oriundas de descontos obtidos e juros sobre duplicatas e outras receitas. As despesas financeiras são em grande parte, oriundas da provisão dos juros da dívida junto ao PORTUS Instituto de Seguridade Social, variação monetária sobre causas trabalhistas e juros decorrentes dos encargos financeiros sobre Crédito para Aumento de Capital, Decreto 2.673/98, de conformidade com o artigo 9º da Lei 9.718/98 e artigo 375, parágrafo único, do Decreto 3.000/99 - RIR.

22. Remuneração de administradores e funcionários

Na forma do art. 6º do inciso IV, do anexo I, do Decreto nº 3.224, de 28 de outubro de 1999, os valores da maior e menor remuneração pagas aos administradores e empregados no exercício de 2015, foram os seguintes:

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (em milhares de reais)

	31/12/2015	31/12/2014
Administradores		
Menor	17.844	17.844
Maior	25.279	30.164
Empregados		
Menor	812	684
Maior	49.330	22.875
Salário Médio	3.935	2.915

DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

DECLARAÇÃO

Eu, **ANTONIO FRANCISCO DA SILVA**, CPF nº 149.587.677-20, Gerente de Planejamento e Orçamento, exercido na **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE-CODERN**, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos firmados até o exercício de 2015 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Natal, RN, 31 de dezembro de 2015.

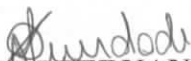


ANTONIO FRANCISCO DA SILVA
149.587.677-20
Gerente de Planejamento e Orçamento da
Companhia Docas do Rio Grande do Norte-CODERN

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN** estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – SISAC para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Natal, RN, 31 de dezembro de 2015.



DANIEL FERNANDES TRINDADE

CPF: 027.969.014-24

Gerente Administrativa

Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN** obrigados pela Lei nº 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a **Gerência Administrativa-GEADMI** para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Natal, RN, 31 de dezembro de 2015.



DANIELLI FERNANDES TRINDADE

CPF: 027.969.014-24

Gerente Administrativa

Companhia Docas do Rio Grande do Norte-CODERN